



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

AFONSO VIEIRA LINO FILHO

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE: PERCEPÇÕES JUVENIS
ACERCA DA POLÍTICA PÚBLICA

FORTALEZA - CEARÁ

2016

AFONSO VIEIRA LINO FILHO

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE: PERCEPÇÕES JUVENIS ACERCA DA
POLÍTICA PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas

Orientadora: Profa. Dr^a Lia Machado Fiúza Fialho

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Lino Filho, Afonso Vieira.

Serviço de convivência adolescente: percepções juvenis acerca da política pública [recurso eletrônico] / Afonso Vieira Lino Filho. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 205 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof.ª Dra. Lia Machado Fiúza Fialho.

1. Políticas públicas. 2. Juventude. 3. Assistência Social. 4. Serviço de Convivência Adolescente. I. Título.

AFONSO VIEIRA LINO FILHO

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE: PERCEPÇÕES JUVENIS
ACERCA DA POLÍTICA PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 27/09/2016

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Lia Machado Fiuza Fialho
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof^a. Dr^a. Francisca Rejane Bezerra Andrade
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof^a. Dr^a. Celecina de Maria Veras Sales
Universidade Federal do Ceará - UFC

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus em primeiro lugar pela oportunidade que me foi dada a ingressar no mestrado profissional em planejamento e políticas públicas onde adquirimos mais conhecimentos, a Deus todo louvor e toda a honra.

À minha orientadora Dr^a Lia Machado Fiuza Fialho, pela sua paciência e orientações, não tenho palavras para agradecer todo seu empenho neste processo de aprendizagem e na construção desta dissertação, suas orientações foram fundamentais na busca do melhor caminho, meu muito obrigado eternamente.

Minha esposa Flavianne Barreto Santos Vieira pelo amor e incentivo desde a seleção do mestrado, apoio nas aulas, na construção da dissertação e principalmente pela paciência em esperar, pois necessitava finalizar este trabalho e sempre com seu apoio estamos nós finalizando a dissertação, meu amor, meu muito obrigado.

Aos meus pais Afonso Vieira Lino e Maria de Fátima Oliveira Lino que sempre contribuíram com minha permanência no mestrado, o apoio de vocês foram essencial para que hoje estivéssemos apresentando este trabalho, vocês são minha inspiração de vida e se hoje estou aqui foi por total empenho e dedicação de vocês ao longo de minha vida acadêmica, meus sinceros votos de agradecimento.

Aos meus sogros Flávio Gomes e Maria de Lourdes Barreto que ao longo deste mestrado compreenderam que às vezes era necessário ficar em casa estudando do que ter que ir em Canindé para passear, tudo por conta da dissertação, contudo, mesmo distantes o apoio foi fundamental neste processo, além claro dos meus cunhados em Canindé Renato Mesquita, Erotilde Barreto e Moacir Neto e em Fortaleza Vilamar, também nossos agradecimentos pela paciência em compreender este momento de labuta acadêmica.

Aos meus irmãos João Paulo Oliveira Lino, Ana Paula Oliveira Lino e Analice Oliveira Lino pelo apoio, além do amor dos sobrinhos Gabriel, Gabriele e Maria Clara que nos fizeram esquecer um pouco a angustia de produzir este trabalho, meu muito obrigado.

Aos jovens entrevistados e a todos os profissionais que fazem a Secretaria de Assistência Social de Maracanaú, pelo apoio e torcida, meu muito obrigado. Aos meus colegas de mestrado aquele abraço a todos, em especial, Josabete Cacau, Ricardo Amorim, Francisco Tavares e Ricardo Victor pela oportunidade de formamos uma amizade.

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério;O jovem no Brasil nunca é levado
a sério;Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo o que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já; Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil;Eu sei como é difícil
acreditar;
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou...
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério (3x)
A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber porque eu me drogo;
O que é que eu uso;Eu também senti a dor
E disso tudo eu fiz a rima;Agora tô por conta
Pode crer que eu tô no clima;Eu tô no clima,
eu tô clima;Eu tô no clima, segue a rima
Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua vida você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Também sou rimador, também sou da banca
Aperta um do forte que fica tudo a pampa
Eu to no clima! Eu to no clima! Eu to no
clima;Segue a Rima!
Sempre quis falar....
"O que eu consigo ver é só um terço do
problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
A Juventude tem que estar a fim,
Tem que se unir,
O abuso do trabalho infantil, a ignorância
Só faz destruir a esperança
Na TV o que eles falam sobre o jovem não é
sério
Deixa ele viver! É o que Liga."
(Não é sério – Charlie Brown Júnior)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender as concepções que os jovens possuem sobre o desenvolvimento do Serviço de Convivência Adolescente (SCA) realizado no município de Maracanaú no Estado do Ceará. A relevância consiste em contribuir com a produção de pesquisa nas áreas de Assistência Social e Juventude ao desvelar como se efetiva na prática uma política social, de um serviço público oferecido para sociedade, bem como proporcionar subsídios para o aperfeiçoamento do SCA, em Maracanaú, a partir de sua compreensão. Investigamos os pressupostos da política pública, o perfil social e econômico dos jovens, além da compreensão acerca da efetivação dos objetivos propostos pelo serviço de convivência, o que possibilitou assim identificar os possíveis benefícios e lacunas decorrentes da implementação e desenvolvimento dessa política a partir das percepções dos jovens que fazem uso do serviço de convivência, no município de Maracanaú. Em nossa organização metodológica da pesquisa utilizou-se estudo empírico, do tipo estudo de caso, com abordagem de natureza qualitativa. O lócus da pesquisa foram os dez CRAS existentes no Município de Maracanaú. Os sujeitos colaboradores foram dez jovens que participam do serviço de convivência, sendo um de cada CRAS. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada – gravadas, transcritas, validadas e textualizadas. Os resultados, das narrativas juvenis permitiu inferir que o serviço de convivência, apesar de ensejar o fortalecimento de vínculos, ainda é incapaz de estimular, a contento, o protagonismo juvenil.

Palavras-chave: Políticas públicas. Juventude. Assistência Social. Serviço de Convivência Adolescente.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the concepts that young people have about the development of Adolescent service (SCA) held in New Delhi in the State of Ceará. The relevance is to contribute to the production of research in the areas of Social Assistance and youth to unveil how in practice becomes effective social policy, a public service offered to society, as well as providing subsidies for the improvement of the SCA, in New Delhi, from your understanding. We investigate the assumptions of public policy, social and economic profile of the young, beyond comprehension about the effectiveness of the objectives proposed by the coexistence, allowing thus to identify the possible benefits and gaps arising from the implementation and development of this policy from the perceptions of young people that make use of the service of coexistence, in the municipality of New Delhi. In our methodological organization of the research used empirical study, case study type, with qualitative approach. The locus of research were the ten existing CRAS in the municipality of New Delhi. The subjects were ten young employees who participate in the service of living together, being one at CRAS. The data collection instrument was the semi-structured interview-taped, transcribed, validated and textualizadas. The results of the youth narratives allowed to infer that the roommate service, although lead to the strengthening of ties, is still unable to stimulate the satisfaction, youth protagonism.

Keywords:Public policy. Youth.Social Assistance.Teen Living service.

LISTA DE SIGLAS

ADL	Área de Desenvolvimento Local
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCS	Centro de Convivência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Política Econômicas Aplicadas
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
OIJ	Organização Ibero Americana de Juventude
ONG	Organização Não - Governamental
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Programa Nacional de Amostragem Domiciliar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNJ	Política Nacional de Juventude
PJ	Pastoral da Juventude
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SCA	Serviço de Convivência Adolescente - SCA
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNE	UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Programas/projetos de inclusão para a juventude.....	58
Quadro 2	Distribuição da carga horária do Ciclo I do Projovem Adolescente.....	85
Quadro 3	Distribuição da carga horária do Ciclo II do Projovem Adolescente.....	85
Quadro 4	Panorama dos Temas Transversais no Ciclo I.....	87
Quadro 5	Panorama dos Temas Transversais no Ciclo II Tópicos – conteúdos, experiências e desafios formativos em cada tema.	88
Quadro 6	Infraestrutura Unidades de Atendimento – Proteção Básica – SCFV.....	95
Quadro 7	Profissionais do SCFV nas Unidades de Atendimento – Proteção Básica.....	96
Quadro 8	Volume de Famílias PAIF / SCFV nas Unidades de Atendimento – Proteção Básica.....	97
Quadro 9	Volume de Famílias PAIF / SCFV nas Unidades de Atendimento – Proteção Básica(outras unidades).....	99

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDES.....	25
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	33
2.2	CONCEITOS DE JUVENTUDES.....	40
2.3	JUVENTUDES NO BRASIL.....	52
3	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA AS JUVENTUDES: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE.....	64
3.1	CONTEXTUALIZANDO OS MARCOS LEGAIS.....	64
3.2	O TRAÇADO METODOLÓGICO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE.....	78
3.3	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE EM MARACANAÚ.....	90
4	PERCEPÇÃO JUVENIL DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE.....	103
4.1	EXPLORANDO VOZES.....	103
4.2	ANALISANDO NARRATIVAS.....	104
4.3	PROBLEMATIZANDO O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA.....	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS.....	148
	ANEXOS.....	153
	ANEXO A - ENTREVISTAS COMPLETAS.....	154
	ANEXO B – PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS 2016.....	194

1. INTRODUÇÃO

A Dissertação apresentada objetiva compreender as concepções que os jovens possuem sobre o desenvolvimento do Serviço de Convivência Adolescente realizado no município de Maracanaú no Estado do Ceará. Tal serviço constitui uma política pública vinculada à Secretaria de Assistência Social e Cidadania do município de Maracanaú no Estado do Ceará.

Assistência Social como política pública deu-se a partir da constituição de 1988, sob a óptica de cidadania. Como política pública, a Assistência Social inicia um novo percurso, o caminho dos direitos, do acesso direto sem a intermediação centralizada de Prefeitos e/ou Vereadores. Observamos, também, a universalização dos serviços, além, claro da responsabilidade estatal restringindo a influência e a responsabilidade das entidades pela condução da política. Podemos também destacar que neste momento inicia um processo de política de proteção social articulada a outras políticas públicas objetivando a garantia de direitos, sem o cunho meramente assistencialista das populações em vulnerabilidade social¹.

A política de Assistência Social nos últimos dez anos, desde a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no ano de 2005, passou por um processo de reestruturação que rompeu com o conservadorismo histórico, construindo formas de políticas públicas voltadas para as camadas mais vulneráveis do Brasil, e Maracanaú está neste contexto de totalidade no qual devemos a cada momento, dialogar com as pessoas que recebem este serviço e assim avaliar se a política pública que se propõe a realizar tem realmente o resultado obtido.

A presente pesquisa está intimamente apoiada nas inquietações que emergiram de nossas experiências com a juventude e vivenciada com nossa experiência de orientador social, porém, é necessário que algumas categorias sejam elencadas como fundamentais para compreensão deste trabalho. Uma delas é a Política Pública, tão debatida e cobrada pela população, esta categoria é basilar em nosso estudo por apresentar a concepção de como podemos proceder aos inúmeros casos de omissão em áreas importantes como saúde, educação, assistência social dentre outras. É essencial a compreensão sobre esta categoria, por ser necessária sua compreensão de Estado, possibilitando neste trabalho o debate, essa compreensão é necessária para entendimento do poder político e das atividades produtivas e econômicas deste Estado.

¹Na análise de Robert Castel (1998) o conceito de vulnerabilidade social está localizado na chamada “sociedade

Uma consideração importante que destacamos em nosso caminhar nesta pesquisa é que buscamos um entendimento da totalidade dos fatos e acontecimentos dentro do Serviço de Convivência de Maracanaú e estabelecemos, em um esforço contínuo, o olhar de pesquisador para que se possa, ao longo deste trabalho, dispor de referenciais teóricos que possibilitem o rigor científico exigido para uma pesquisa acadêmica. Assim, afirmo que é um trabalho desafiador e ao mesmo tempo prazeroso, pelo fato de estarmos atuando profissionalmente muito próximos desta temática, todavia, concentramos nossos esforços para apresentar as reflexões dos principais usuários da política em tela, que são os adolescentes, ou seja, vamos apresentar suas falas e percepções, algo que deveria ser constantemente considerado nas políticas públicas, pelo fato de ser necessário avaliar e monitorar esse serviço público.

Além de apresentar o serviço de convivência, é necessária uma breve apresentação sobre a história de Maracanaú, município lócus desta pesquisa. Segundo o autor Silva (1992), a etimologia da palavra "Maracanaú" vem da língua tupi, onde significa "rio das maracanãs", através da junção dos termos *marakanã* (maracanã) e 'y (rio). Sua denominação original era Vila do Santo Antônio do Pitaguary. A partir de 1890, adotou seu atual nome. Até hoje em Maracanaú os índios se encontram em sua reserva, segundo o autor SOUSA (1996, p.74), estes foram os primeiros habitantes de Maracanaú:

Até o século XVII, vimos que Maracanaú era uma região habitada pelos índios potiguares que viviam do trabalho da caça e da pesca em seus rios e lagoas. A terra não tinha um dono e a produção era partilhada. Aqui, o trabalho era coletivo, a produção era coletiva, ou seja, todos trabalhavam e todos tinham o direito aos frutos do seu trabalho. Esta foi a primeira face do trabalho na vida dos primeiros habitantes de Maracanaú.

Segundo Sousa (1996), foi com a chegada da linha férrea, por volta de 1875, que o município começa a se desenvolver, entrando indiretamente no cenário capitalista com a passagem do algodão pelos trilhos do então distrito. Além da via férrea, o hospital de Maracanaú proporcionou uma aproximação da população com o hospital que tratava a tuberculose bem como da colônia Antônio Justa, que tratava a hanseníase, assim, a cidade inicia um processo de preconceito devido às doenças. O autor menciona:

Como fator de segregação e conseqüentemente de estagnação, deve ser creditado à especialidade do hospital e ao forte preconceito de então em relação à tuberculose e à hanseníase. Morar em Maracanaú, desde este tempo era motivo de pecha, e até mesmo de repulsa ou desconfiança em relação à possibilidade de contaminação. (SOUSA, 1996, p.77)

Por ser desabitada e com uma grande vegetação, a cidade é escolhida para a implantação do distrito industrial, devido à proximidade com Fortaleza e a sua pouca população. Com isso, os conjuntos habitacionais foram construídos, iniciando uma nova fase para Maracanaú. A cidade inicia então um processo industrial que se prolonga até hoje, com a atividade econômica. O autor cita:

Assim, em Maracanaú, extraem-se óleos de casca de castanha de caju e de mamona, fabrica-se tintas hidrossolúveis, emulsões asfálticas catiônicas, colchões de molas, tecidos, sandálias, jeans, equipamentos hidráulicos, vergalhões e barras, pregos e grampos, ração animal, mosaicos, pedras, sucos naturais. Do ponto de vista econômico, o Distrito Industrial é de grande importância para Maracanaú, como gerador de receita, cerca de 75% de toda a arrecadação municipal. (SOUSA, 1996, p.87)

Segundo Silva (1992), a economia de Maracanaú está centralizada fundamentalmente no setor industrial, devido ao seu Distrito Industrial, o qual, possui indústrias de: preparação de britamento e outros trabalhos em pedras (não associados à extração); produtos de laticínio (exceto leite); artefatos têxteis de tecidos (exceto vestuário); artigos para cama e mesa e colchoaria; biscoitos e bolachas; calçados de couro, plástico, tecidos, fibras, madeira ou borracha; fungicidas; herbicidas; defensivos agrícolas; massas alimentícias; material elétrico para veículos (exceto baterias) e medicamentos. Silva(1992, p.09), cita ainda a agricultura como fonte de renda no município, além do North Shopping Maracanaú, o primeiro shopping da região metropolitana e o Centro de Abastecimento S/A - CEASA que é a mais importante central de abastecimento do Ceará:

A agricultura é também uma fonte de renda do município, onde se encontra também a central de abastecimento (CEASA) que recebe frutas de todos os lugares do Brasil . E Maracanaú conta com plantações de algodão herbáceo sequeiro e plantas aromáticas e medicinais. A arrecadação de Maracanaú é a segunda maior do estado. Maracanaú tem a segunda maior arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Ceará, ficando atrás apenas da cidade de Fortaleza. A economia do município também é impulsionada pelo seu maior centro de compras: North Shopping Maracanaú, o primeiro shopping center de toda Região Metropolitana de Fortaleza.

Segundo o autor, em 1648 houve os primeiros contatos dos colonizadores com indígenas de Jaçanaú, Mucunã e Cágado. A partir de 1870, o povoamento cresceu em torno inicialmente da lagoa de Maracanaú e depois das lagoas de Jaçanaú e Pajuçara, fazendo com que os nativos perdessem o controle da então chamada Aldeia Nova. Com a inauguração da linha férrea, em Maranguape, no ano de 1875, houve uma luta para estendê-la até o povoado.

O povoado tornou-se Vila do Santo Antonio do Pitaguary em 6 de maio de 1882. Maracanaú tornou-se distrito de Maranguape em 1906.

Mesmo sendo uma cidade industrial, Maracanaú conta com inúmeras áreas verdes e com uma rica vegetação, conforme o autor supracitado, a cidade possui uma grande reserva ambiental que é administrada pela Universidade Federal do Ceará- UFC:

A vegetação de Maracanaú é tipicamente de vestígios de Mata Atlântica, caatinga, carnauberais densa, complexo vegetacional da Zona Litorânea, Floresta Subcaducifólia, Tropical Pluvial e Floresta Subperenifólia Pluvio-Nebular. Maracanaú possui uma Reserva Ambiental, a Fazenda Raposa, que é uma reserva ambiental e fazenda experimental com área de 147 hectares, administrada pela Universidade Federal do Ceará. Nas demais áreas verdes da cidade, já não existe vegetação nativa, constituindo-se de vegetação variada, árvores frutíferas mais comumente. A Reserva Ecológica abriga uma importante coleção de palmeiras, sendo que sua coleção consiste em 17 dos 24 tipos de palmeiras existentes no mundo, possuindo o maior número de espécies do gênero Copernicia da América Latina. (SILVA, 1992, p.04)

Ainda segundo Silva (1992), Maranguape conquistou o Distrito Rodolfo Teófilo (Pajuçara), que pertencia à Fortaleza, em 1938. O território passaria a integrar a cidade de Maracanaú com a emancipação que estaria por vir. O primeiro movimento de emancipação começou em 1953, com os tenentes Mário de Paula Lima e Raimundo de Paula Lima. Uma segunda tentativa bem sucedida de emancipação ocorreu em 1962, tendo à frente o Padre José Holanda do Vale, no entanto, a emancipação durou pouco. Na terceira tentativa o Golpe Militar de 1964 acabou com todos os municípios criados em 1962. Mais uma tentativa frustrada de emancipação teve à frente o então vice-prefeito de Maranguape, Almir Dutra, culminando na quarta tentativa, segundo o autor:

A quarta tentativa de emancipação foi em 1981 com o “Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú” o MIDEMA, fundado por jovens lideranças do Distrito, participaram ainda dois outros movimentos, o FAPEMA e o CODIM. Ainda segundo o autor Maracanaú foi finalmente emancipado em 06 de março de 1983 e em 5 de julho de 1983, foi assinada a Lei Estadual no. 10.811. A primeira eleição municipal foi em 16 de dezembro de 1984, elegendo Almir Freitas Dutra. O adversário foi o Vereador e Comerciante Paulo Alexandre. (SILVA, 1992, p.14)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a cidade possui uma área de 105,696 km² e uma população estimada para o ano de 2015 de duzentos e vinte e um mil e quinhentos e quatro mil habitantes (221.504) sendo o clima tropical. Destacamos que o município tem dois distritos: Mucunã e Pajuçara, o município conta com 36 bairros.

Segundo o IBGE (2010), o segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,58% ao ano. Crianças e jovens detinham 34,9% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 62.726 habitantes. Em 2010, a

participação deste grupo reduziu para 25,6% da população, totalizando 53.510 habitantes. No censo demográfico de 2000 tínhamos entre os jovens de 15 a 29 anos um quantitativo de 52.926 habitantes jovens, já no censo de 2010, Maracanaú tinha um quantitativo de 64.171, tornando assim a cidade com um maior número de jovens entre as cidades, necessitando de políticas públicas específicas.

Ao somarmos pelo censo demográfico de 2010 as idades de 0 a 14 (53.510) e de 15 a 29 anos (64.171), teremos então um quantitativo de 117.681 habitantes entre 0 a 29 anos. Percebemos então que 53% da população de Maracanaú, pelos dados divulgados em 2010 pelo IBGE, são jovens, temos então uma cidade eminentemente formada por jovens, necessitando urgentemente por parte dos gestores ações específicas e eficazes para o atendimento da população em tela.

Um ponto importante a mencionar é que a cidade está subdividida administrativamente, para efeito de planejamento urbano, em 06 territórios denominados de Áreas de Desenvolvimento Local - ADL², que agrupam diversos bairros e localidades. Vejamos os bairros por ADL:

ADL	BAIRROS
01	Alto da Mangueira, Bela Vista, Boa Vista, Centro, Colônia Antonio Justa, Coqueiral, Escola de Menores, Horto, Jenipapeiro, Novo Maracanaú, Olho D'água, Picada, Piratininga, Residencial Maracanaú, Santo Antonio do Pitaguary, Vida Nova.
02	Jereissati I e II, Timbó
03	Alto da Bonança, Boa Esperança, Jardim Bandeirante, Jardim Paraiso, Menino Jesus de Praga, Novo Mondubim I, Pajuçara, Parque Progresso.
04	Alto Alegre II, Conjunto Industrial, Esplanada do Mondubim, Parque Novo Mondubim II, Planalto Cidade Nova.
05	Novo Oriente, Acaracuzinho, Alto Alegre, Jardim Maravilha, Santo Sátiro, Vila Buriti.
06	Cágado, Jaçanaú, Jardim Jatobá, Mucunã, Parque Jari, Parque Luzardo Viana, Parque Nazaré, Parque Santa Maria, Parque São João, Parque Tijuca, Pau Serrado, Siqueira.

Fonte: Secretaria de Planejamento de Maracanaú, 2005.

Segundo o plano municipal 2014-2017 da Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, o município possui uma grande quantidade da população que faz parte do cadastro único, apontando que mesmo sendo um município rico, ainda não consegue realizar uma distribuição desta riqueza para as famílias Maracanauenses, existindo um distanciamento entre o que é gerado no município e o que fica como riqueza local, vejamos o que diz o documento:

Segundo IBGE (2010) desse universo 164.277 estão inscritas no Cadastro Único o que corresponde a 78,58 % da população total do município. Esse dado mostra o grau acentuado de desigualdade existente no município, uma vez que o mesmo

² Subdivisão baseada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei N° 557 de 26 de maio de 1997).

constitui um dos principais polos industriais do Ceará, com um número significativo de famílias que declara possuir uma renda per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, portanto, constituindo-se público sujeito das ações socioassistenciais através de serviços, programas, projetos e benefícios. (MARACANAÚ, 2014, p.55)

O plano municipal (2014-2017) indica que é nesse cenário de potencialidades, contradições, estigmas e desigualdades, que as políticas públicas de assistência social terão de se debruçar para implantar e implementar suas ações. Esses dados tornam-se elucidativos quando os comparamos com os dados do Cadastro Único de Maracanaú. O número de famílias inseridas no Cadastro Único é de 43.231 famílias; dessas, 21.298, recebem o Bolsa Família. Assim, 164.277 pessoas de uma população de 209.057 habitantes estão no Cadastro Único de Maracanaú – mais da metade da população, exigindo do poder público municipal, em particular da assistência social, ações eficazes na promoção da emancipação social dessas famílias (SASC, 2013).

Após conhecer um pouco da cidade de Maracanaú e antes de iniciar as leituras teóricas e documentais acerca do Serviço de Convivência Adolescente, faz-se necessário considerar o caminho que nos levou a pesquisar sobre esse serviço público. A opção por este objeto de estudo deu-se a partir da experiência de trabalho realizada no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Alto Alegre no ano de 2010 e 2011, e no CRAS Acaracuzinho por todo ano de 2012. Neste período, o serviço era chamado de Projovem Adolescente, por fazer parte complementar de outras políticas públicas de educação e juventude.

O projeto inicia suas atividades em 2005 com o nome agente jovem, no ano de 2008 foi implementado como Projovem Adolescente e em 2013, com o reordenamento a nível nacional pelo Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS, passou a ser chamado de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Nessa configuração, cada grupo etário, criança, adolescente e idosos, deveria ser trabalhado nos municípios com um traçado metodológico que ao longo deste estudo apresentaremos.

Nesse sentido, a experiência que obtivemos como orientador social a frente do socioeducativo do Projovem Adolescente, no ano de 2010 e 2011, nos proporcionou uma experiência única com os adolescentes do território do CRAS Alto Alegre, experiência essa ampliada por todo o ano de 2012, ao continuarmos nossas atribuições no CRAS Acaracuzinho, e amadurecidas ainda mais de 2013 até os dias atuais, pela atuação como Técnico de Referência da Proteção Social Básica de Maracanaú, possibilitando desenvolver os três serviços (crianças, adolescentes e idosos) na Política de Assistência Social, também contribuiu para o aprendizado e conhecimento prévio da temática em estudo.

O fato é que o Serviço de Convivência Adolescente despertou muitas reflexões que extrapolaram o campo de trabalho, tornando objeto de reflexão, questionamentos e observações. As inquietações no que concerne a temática das juventudes e Assistência Social atravessaram o território de Maracanaú, a vida profissional e de pesquisador, e nos possibilitaram desenvolver um trabalho acadêmico no Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. O interesse em pesquisar essas duas categorias – juventude e Serviço de Convivência - decorreu do fato de ambas fortalecem as políticas de proteção social e se fazerem conhecimentos necessários para efetivação de direitos dos jovens em todo o Brasil. A Política Nacional de Juventude (PNJ), bem como a Assistência Social (PNAS), se consolidaram nesses últimos 11 (onze) anos, tornando pertinente ensejar reflexões de tais políticas para que possamos dialeticamente apresentar os dados pesquisados neste trabalho.

Com a temática juventude sendo debatida em nossa sociedade recentemente, propomos indagar sobre qual lugar social está reservado aos jovens. Para isso, é necessário considerar suas falas e experiências, salientamos a importância do tema para a pesquisa e para o conhecimento científico nos bancos acadêmicos:

Assim, nos tempos atuais, colocar os jovens no foco do conhecimento científico é estratégico e essencial para que se possa apostar em sociedades mais justas no acesso ao bem-estar e à participação cidadã, por meio de maior equidade e igualdade de oportunidades. Desse modo, possibilitam-se maiores níveis de inclusão social dos jovens e instruem-se práticas de integração dessa população nas redes de promoção social (educação, trabalho, cultura, comunicação etc.). Sem dúvida, garantir direitos e ampliar oportunidades constitui a chave mestra para imprimir sustentabilidade à democracia em nosso país. (HENRIQUES; NOVAES, 2007, p.07)

Um dos autores que iremos dialogar no caminho metodológico é Antônio Carlos Gil (2008), pois somos congruentes na ideia de que a pesquisa social visa fornecer respostas tanto a problemas determinados por interesse intelectual, quanto por interesse prático. Interessa, pois, na formulação do problema, determinar qual a sua relevância em termos científicos e práticos. Ainda segundo Gil (2008), “O pesquisador desde a escolha do problema recebe influência do seu meio cultural, social e econômico. A escolha do problema tem a ver com grupos, instituições, comunidades ou ideologia com que o pesquisador se relaciona”.

Partindo do que fora exposto, o objetivo da pesquisa é analisar as concepções que os jovens possuem sobre o desenvolvimento do Serviço de Convivência Adolescente realizado no município de Maracanaú, como já mencionado. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas, com isso, se faz necessário a construção de uma metodologia, pois a mesma explicita as questões norteadoras e as estratégias que serão utilizadas para abordagem

empírica do objeto, nas quais, devem ser articuladas ao quadro teórico. Sabemos que a metodologia não é somente um conjunto de técnicas. No campo em que visitaremos, os CRAS, partilhamos então do conceito de Pesquisa de Minayo(2010):

Entendemos por pesquisa a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (MINAYO, 2010, p.23).

A pesquisa será de natureza qualitativa, pois esta possibilita que os participantes digam o que pensam a respeito do que foi pesquisado, valorizando assim o que os sujeitos têm a dizer. Frente à necessidade de identificarmos, na concepção dos jovens atendidos nos CRAS em Maracanaú, os significados que estes têm sobre o desenvolvimento da Política Pública que é o Serviço de Convivência Adolescente, acreditamos, para melhor compreensão de nosso público, que são os jovens do referido serviço onde a pesquisa qualitativa se apresenta como a mais adequada. Segundo Minayo(1994):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p.21-22).

Os sujeitos contemplados são os adolescentes usuários do Serviço de Convivência. Para a proposta de pesquisa em pauta, recorreremos a uma relação que Bourdieu (1999), que denomina como muito especial na construção do objeto de estudo como um movimento contínuo e de aproximações sucessivas do real: a relação entre teoria e prática.

Segundo este autor, não há como apreender a vida social e pesquisar se não for praticando, ou seja, exercitando. A pesquisa exige dedicação e compromisso, por fim, saliento o aspecto essencial ético para a realização e integridade desta pesquisa: a garantia do sigilo, da ética e do retorno dos resultados da pesquisa para os sujeitos que participaram, assim como, para a instituição, onde nos comprometemos que no caso, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú a entregar os resultados aqui analisados.

Destacamos, então, a importância deste trabalho, onde buscaremos realizar algumas reflexões das experiências dos adolescentes que são atendidos por este serviço público. Abramo (1997), menciona que as pesquisas buscam ouvir as instituições como família, escola, mas não dialoga com os jovens, isso acontece muito nas políticas públicas,

onde não se buscam ouvir os usuários da política. Nosso trabalho tentará dar voz aos adolescentes sobre seu olhar de usuário da Política de Assistência Social em Maracanaú.

A escolha do tema foi motivada pelos seguintes questionamentos: Qual a importância do Serviço de Convivência Adolescente para a comunidade e para os jovens de Maracanaú? O que muda na vida dos jovens participantes? O Serviço realmente influencia para o protagonismo juvenil e melhoria da vida dos jovens? Quais os benefícios e lacunas oriundos da efetivação prática desse Serviço? Esses questionamentos subsidiaram a reflexão preliminar que deu origem a problemática central da pesquisa: Como se desenvolve o Serviço de Convivência Adolescente realizado nos CRAS do município de Maracanaú, na perspectiva do jovem usuário? Responder ao problema explicitado possibilita compreender o sentido do Serviço de Convivência Adolescente como ferramenta de utilidade para efetivação da política pública de Assistência Social à juventude, em especial aos jovens de vulnerabilidade social.

Ante a problemática elencada, percebemos como afirma o autor Gil(2008) que a relevância da pesquisa está nos benefícios que decorrem da solução de sua problemática e resposta ao objetivo proposto. Sabe-se, pois, que os usuários ponderam se beneficiar com as mudanças oriundas da melhoria do serviço ou no aperfeiçoamento da sua gestão, que oportunizará a realização de um melhor serviço. Essa discussão da aplicação dos aprendizados proporcionados pela pesquisa científica, na prática, é fundamental para traçar caminhos metodológicos para nossa pesquisa. Ainda segundo Gil (2008):

A relevância prática do problema está nos benefícios que podem decorrer de sua solução. Muitas pesquisas são propostas por órgãos governamentais, associações de classe, empresas, instituições educacionais ou partidos políticos, visando à utilização prática de seus resultados. Assim, o problema será relevante à medida que as respostas obtidas trouxerem consequências favoráveis a quem o propôs. Ao se falar da relevância prática do problema, cabe considerá-la também do ponto de vista social. Neste sentido, várias questões podem ser formuladas: Qual a relevância do estudo para determinada sociedade? Quem se beneficiará com a resolução do problema? Quais as consequências sociais do estudo? Entretanto, esta discussão torna-se importante à medida que ajuda a explicitar as direções possíveis de uma investigação e suas diferentes consequências. (GIL, 2008, p.35)

A partir desses olhares, torna-se possível empreender ações para solucionar lacunas, ao minimizar os aspectos negativos, valorizar as características consideradas positivas e investir efetivamente na melhoria da Assistência Social no município. No caso deste estudo, os sujeitos selecionados para participar da pesquisa foram os jovens na faixa etária de treze a dezoito anos que são assistidos pelo referido serviço e que, consecutivamente, se tornaram referência para desvelar o objeto de estudo. Analisar as concepções dos participantes que são usuários desta política pública é de fundamental importância, pois são os

usuários que podem relatar, com maiores detalhes, como estão se desenvolvendo as políticas públicas, salientando características positivas ou negativas, sem nenhum julgamento político da gestão atual em curso.

O caminhar da pesquisa nos mostra onde os adolescentes estão inseridos, permite observar se esse serviço objetiva, realmente, o fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, desenvolvido pelos profissionais da Política de Assistência Social. Estas reflexões trazem o cerne do serviço para o debate, além de proporcionar, a luz da pesquisa de campo, visualizar a estrutura física e humana nos dez (10) CRAS que serão pesquisados neste trabalho. Ratifico, porém, que não temos a intenção de realizar uma avaliação do serviço, mas compreendê-lo a partir da ótica dos jovens usuários.

Compreender como os adolescentes observam o serviço realizado em Maracanaú foi o foco desse estudo, logo, não iremos envolver outros atores que seria necessário para uma avaliação de política pública como os gestores, profissionais do SUAS (Orientadores Sociais, Técnicos de Referência, Facilitadores de Cultura e Esporte). Realizamos neste estudo a perspectiva de discutir o Serviço de Convivência Adolescente dentro da realidade que se passa e, claro, considerando suas contradições – entre a proposta e seu desenvolvimento na interface das narrativas juvenis, com os materiais apresentados a nível nacional e municipal e com a prática ocorrida nos CRAS.

As reflexões sobre o tema, sua delimitação, a justificativa da pesquisa, seus objetivos dentre outros aspectos apontados nesse capítulo introdutório, são passos importantes para pautar os marcos teóricos e metodológicos a fim de que se possa desenvolver coerentemente o trabalho de pesquisa e esta assuma um significado científico. Assim, iremos cotejar a visão teórica com os dados da realidade nos dez (10) CRAS que compõem a Proteção Básica em Maracanaú. Segundo Gil (2008), precisamos delinear a pesquisa e isso sugere descrever o ambiente e a maneira em que são coletados os dados e as variáveis envolvidas, vejamos:

A formulação do problema, a construção de hipóteses e a identificação das relações entre variáveis constituem passos do estabelecimento do marco teórico ou sistema conceitual da pesquisa. A medida que estas tarefas são plenamente realizadas, o trabalho de investigação assume o caráter de um sistema coordenado e coerente de conceitos e proposições. O estabelecimento desse marco teórico, ou sistema conceitual que deriva fundamentalmente de exercícios lógicos, é essencial para que o problema assumo o significado científico. Todavia, por si só, estas tarefas não possibilitam colocar o problema em termos de verificação empírica. Torna-se, pois, necessário, para confrontar a visão teórica do problema, com os dados da realidade, definir o delineamento da pesquisa. O delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados. Entre outros aspectos, o

delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas. (GIL, 2008, p.50)

Em nossa organização metodológica da pesquisa, consideramos indissociável o tripé – pesquisa teórica, documental e empírica – pois acreditamos que este dará um melhor suporte para o desenvolvimento da dissertação. Sabemos que, com abordagem qualitativa, desenvolvemos um estudo de caso, mas para tal, se fez necessário compreender os conhecimentos já produzidos acerca da temática bem como os documentos oficiais que norteiam o desenvolvimento das políticas públicas.

O caminho inicial foi realizar uma pesquisa documental, levantamos as legislações que tratam de nossa temática além de materiais implantados como orientação profissional pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. Colhemos documentações também que alimentam os serviços prestados pelos CRAS no município de Maracanaú.

Ao mesmo tempo, realizamos um levantamento de referenciais teóricos, na qual nos debruçamos sobre uma gama de autores para debater e refletir sobre políticas públicas, assistência social, juventude dentre outros autores. Percebemos que existem poucos estudos envolvendo Juventude e Assistência Social, todavia, nossas pesquisas realizadas ao longo deste trabalho, proporcionaram conhecimento mais aprofundado das categorias Juventude e Política de Assistência Social de maneira isolada para sua posterior articulação.

O segundo momento, que conferiu grande importância ao estudo foi a pesquisa de campo que se realizou nos 10 (dez) CRAS de Maracanaú, ouvindo um adolescente de cada unidade de atendimento da Proteção Social Básica. Tivemos a oportunidade de obter a narrativa de dez adolescentes participantes do estudo. Importa salientar que o discurso dos jovens foram coletados mediante entrevista semi-estruturada³ - gravadas, transcritas e textualizadas. Por questão de ética, na pesquisa iremos utilizar o anonimato para preservar os participantes que serão referendados em forma de letras (A,B,C...) os adolescentes pesquisados em cada CRAS.

Acreditamos, com efeito, que através desta pesquisa se possa lançar luz a novos estudos e ações práticas, que possam considerar a inclusão do jovem como sujeito capaz de contribuir com a formulação, junto ao Estado, de políticas públicas que atendam às suas necessidades. Esclarecido que o trabalho dissertativo versa sobre juventude e políticas públicas, ao tecer reflexões sobre o Serviço de Convivência Adolescente considerando a

³ O instrumental de pesquisa encontra-se nos anexos da dissertação.

percepção de seus usuários na Política de Assistência Social em Maracanaú, importa clarificar os objetivos específicos que nortearam a pesquisa em tela.

Para facilitar o alcance do escopo, delinearam-se três objetivos específicos: conhecer o perfil social e econômico dos jovens, considerados vulneráveis, inseridos no Serviço de Convivência Adolescente; compreender os objetivos propostos pelo Serviço de Convivência Adolescente, bem como os moldes em que este serviço é desenvolvido; e identificar os possíveis benefícios e lacunas decorrentes da implementação e desenvolvimento do serviço de convivência adolescente, a partir das percepções dos jovens que fazem uso deste serviço socioeducativo no município de Maracanaú.

Importa inferir que ao ouvir os jovens atendidos pelo Serviço de Convivência, torna-se possível a aquisição de informações acerca da qualidade do serviço que está sendo desenvolvido, para saber se o que está nas normativas e projetos dos programas vem sendo realizado com eficiência e eficácia, afinal, é o dinheiro público que está sendo investido nessas ações de Assistência Social. Além disso, esta política tem o dever de zelar e aprimorar todos os seus atendimentos para a população, e, ensejar visibilidade à voz dos jovens, poderá ser uma maneira de compreender as informações pertinentes para subsidiar o aprimoramento das políticas públicas de Juventudes como de Assistência Social.

Compreender como o Serviço de Convivência se dá como política pública poderá contribuir com estratégias para desenvolver ações para a juventude maracanaense, refletir o programa de uma forma direta, tentando fugir dos vícios tecnicistas que buscam sempre agradar o “gestor de plantão”. Dialogar com os jovens, usuários da política de Assistência Social é buscar a compreensão do mundo juvenil, logo, a pesquisa serve também para instigá-los como sujeitos capazes de se posicionar e de participar constantemente no exercício de sua cidadania.

É essencial para a consolidação dos direitos, entender a situação de alguns jovens inscritos no serviço que participam em Maracanaú e compreender, a partir do olhar desses jovens, os impactos ocasionados do programa como política pública em suas vidas. Este programa implica em muitos gastos e esforços, é realizado nos bairros dos jovens e nos CRAS, na maioria das vezes, localidades periféricas do município e onde as dificuldades de políticas públicas como Saúde, Educação, Assistência Social, Lazer e outras políticas salientam um arcabouço de desigualdades.

Nosso trabalho é realizado em quatro capítulos, além das considerações finais. O primeiro é este da introdução, nele, apresentamos a temática e sua delimitação, destacamos as motivações sobre o estudo do Serviço de Convivência Adolescente em Maracanaú,

expressamos a problemática central e os objetivos a serem alcançados, a questão ética da pesquisa. Apresentamos os caminhos para realização da pesquisa, a justificativa, a relevância da pesquisa além de uma breve apresentação do município de Maracanaú.

O segundo capítulo que é o de: “Políticas Públicas e Juventudes” apresentamos a discussão das categorias Políticas Públicas e Juventudes, analisados por diversos autores como Elaine Rossetti Behring (2000), Rua (2009) e Secchi (2010), Josênio C. Parente (1999), Giddens (1991), Yazbek (2012), Marcio Pochamann (2014), Socorro Osterne (2014), Carlos Alberto Ramos (2014) Abramo (1997) dentre outros. Dividimos este capítulo em três sub itens, neles, iremos apresentar as Políticas Públicas que evidenciam o papel do Estado e suas funções, iremos apresentar o constructo Juventudes como categoria plural e dinâmica, na contramão do senso comum em que ela é mal compreendida ao ser associada, prioritariamente, a questões etárias e aspectos problemáticos naturalizados nessa fase da vida, e evidenciar o que diferencia ser adolescente ou jovem.

Consideramos que pesquisar este serviço é tentar compreender as idas e vindas da Política de Assistência Social como garantidora de direitos, contudo, ainda lutando contra o viés assistencialista que vez em quando tenta se apropriar em alguns municípios de nosso Brasil, por isso é necessária sua compreensão para que possamos estabelecer um esforço contínuo pelo fortalecimento de seus programas, projetos, benefícios e serviços. Realizamos uma explanação panorâmica das Políticas públicas para as juventudes no Brasil manifestadas nos últimos anos e desenvolvidas pelo Estado além do constructo juventudes.

No terceiro capítulo, apresentamos a discussão da Política de Assistência Social para com as juventudes, apresentamos o Serviço de Convivência Adolescente, política foco da dissertação em tela. Destacamos os marcos legais e o seu traçado metodológico que em linhas gerais é trabalhado nos grupos pelo Brasil, abordamos, por fim, segundo o Serviço de Convivência Adolescente em Maracanaú, lócus desta pesquisa, a realização das atividades no município de Maracanaú.

No capítulo quarto, trazemos os resultados e suas discussões a partir da percepção juvenil sobre o Serviço de Convivência de Maracanaú. Este capítulo busca oferecer, não apenas o resultado das explorações das vozes dos adolescentes pesquisados, mas uma análise fundamentada de suas narrativas com vistas a problematizar o Serviço de Convivência como política pública. Este, provavelmente, será o capítulo que vai defender o argumento do estudo e demonstrar o quanto é importante, nas políticas públicas, escutar seus usuários, pois muitas vezes implantamos um programa ou serviço, mas não consideramos as percepções dos seus principais interessados. Aspecto dificultador já apontado por estudos apresentados

previamente pelas autoras Abramo(1997) e Fialho(2015), onde demonstram que os jovens não são ouvidos pelos Governos, ocasionando uma evasão nos referidos programas e serviços, demonstrando a necessidade de conhecimento da realidade concreta dos jovens.

O trabalho é finalizado com nossas últimas considerações sobre o estudo, realizado em Maracanaú acerca do Serviço de Convivência Adolescente na perspectiva de seus usuários, os adolescentes. Aqui retomamos o problema da pesquisa e o respondemos a partir do objetivo traçado, realizamos uma síntese do trabalho, defendemos nosso argumento, apontamos as limitações do estudo e sugerimos outras pesquisas congruentes para ampliar o debate acerca da temática.

Sabemos que os elementos que dispomos para elaboração desses quatro capítulos refletem situações da realidade do serviço naquele momento específico do contexto sócio histórico do município de Maracanaú e do Brasil e que a pesquisa irá refletir uma dimensão específica, que considera a ótica dos adolescentes, e apresenta o que eles estão vivenciando, por isso, nossa sugestão de outros estudos para que se possa dessa maneira debater suas contradições. O serviço como política pública faz parte, também, de uma estrutura pública na qual se remete a ordem societária vigente, é neste refletir junto com os adolescentes deste serviço que nos debruçamos a fim de apresentar nos bancos acadêmicos e nos corredores profissionais um debate a cerca do Serviço de Convivência Adolescente em Maracanaú e fomentar sua melhoria como política pública de Juventudes e Assistência Social.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDES

O Serviço de Convivência Adolescente deve ser pesquisado para se compreender a importância de políticas públicas para a juventude, para desvendar a multiplicidade de ser jovem e, assim identificar as políticas públicas que propiciam aos jovens, de uma forma em geral, sua independência como sujeitos ativos que participam e que compõem a sociedade. A pesquisa então buscará compreender as concepções das imagens e falas destes jovens em Maracanaú, em especial nos dez CRAS que o município possui. Realizar esta pesquisa gera uma reflexão entre a realidade dos jovens inseridos neste contexto, contrapondo-a com seus sonhos, que buscam torná-los reais.

As primeiras leituras sobre o Projovem Adolescente que se deu no ano de 2010 nos fizeram refletir como este serviço é importante para o auxílio na construção da cidadania dos jovens que estão em território de vulnerabilidade social, onde as políticas públicas se fazem necessárias urgentemente. O programa foi instituído pela medida provisória nº 411 de 28 de dezembro de 2007. Originou-se de uma reformulação do programa agente jovem e insere-se no contexto da Assistência Social (PNAS) e de Juventude (PNJ), elaborada pelo governo federal. Destina-se aos jovens de 15 a 18 anos ditos em situação de vulnerabilidade social, pertencentes às famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, egressos de medidas socioeducativas, conforme disposto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou em cumprimento e egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Segundo os traçados metodológicos, trata-se de um serviço socioeducativo com o objetivo central de proporcionar capacitação teórica e prática aos jovens, por meio de atividades socioeducativas, mas que possibilitam a permanência destes no sistema de ensino e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, de forma a prepará-los para futuras inserções no mundo do trabalho. Interessante também é compreender que o Projovem Adolescente faz parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, conhecido como Projovem. Dentro desse novo contexto da política de Assistência Social, este serviço passa a ser ofertado nos CRAS e nas redes socioassistenciais.

Destacamos então a importância deste trabalho, onde buscaremos realizar algumas reflexões destas experiências dos jovens que participam do serviço em Maracanaú, pois como Abramo(1997), discorre: “as pesquisas buscam ouvir as instituições como família, escola, mais não dialoga com os jovens, isso acontece muito nas políticas públicas onde não se buscam ouvir os usuários da política.”. Ainda não tivemos uma avaliação deste serviço

como uma ferramenta de política pública, e ouvir a juventude parece algo distante para o Estado, autora nos fala do enfretamento do jovem como problema:

No entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrada na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude, mas no fundo tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir para salvá-los e reintegra-los à ordem social”. (ABRAMO,1997 p.26)

Na pesquisa, buscaremos compreender se o serviço pode ser compreendido como espaço de convivência no processo de construção e fortalecimento de vínculos. Propiciar locais de convivência para a juventude deve ser garantido pelo Estado nas políticas públicas:

A percepção dessa necessidade de uma vida social para além da escola, por parte dos jovens, ao lado da percepção dos perigos existentes nas ruas, é que normalmente monta a equação pela qual os poderes públicos têm buscado dar respostas por meio de montagem de equipamentos que se oferecem como “espaços para os jovens” e mais recentemente surge à percepção da importância de dirigir outros tipos de programas e serviços de apoio aos jovens e assim participar dos processos de definição e decisão políticas. (ABRAMO, 1997, p.223)

Esta vida social que a juventude busca fomenta integração, socialização e cultura. É a partir do convívio social que os jovens vão consolidando seus valores, apreendendo normas de conduta e fortalecendo o exercício da cidadania. Em seu artigo, no livro Retrato da Juventude Brasileira, Melucci (1996) fala neste sentido:

A adolescência é a idade na vida em que se começa há enfrentar o tempo como dimensão significativa e contraditória da identidade. A adolescência na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta, inaugura a juventude e constitui sua fase inicial. (MELUCCI, 1996 p.8)

Morin (1997), acrescenta que a sociedade deve se importar com a juventude pois dada a relevância atribuída a se manter jovem, igualmente o tema juventude não concerne apenas aos jovens, mas também àqueles que envelhecem. “Muitos não se preparam para a senescência, pelo contrário, lutam para permanecerem jovens” (MORIN, 1997, p.152), nisso os adolescentes iniciam este processo juvenil, a classe de idade, o ritual de entrar no mundo adulto. O Serviço de Convivência Adolescente deve acompanhar a busca individual destes adolescentes em iniciar a vida social adulta fomentando atividades socioeducativas, pois:

Na adolescência a “personalidade” social ainda não está cristalizada: os papéis ainda não se tornam máscaras endurecidas sobre os rostos, o adolescente está a procura de si mesmo e à procura da condição entre a busca de autenticidade e a busca da “verdadeira vida”. (MORIN, 1997, p.154)

Ao mencionarmos o termo adolescência, procuramos trabalhar o quanto a categoria Juventude é ampla, queremos também em nosso estudo, apresentar que o termo

adolescência reflete muito bem o que a Juventude passa, que são as transformações corporais, psicológicas além das mudanças de seus papéis sociais, expor os adolescentes, que são os frutos de nossa pesquisa neste trabalho, nada mais é de apresentar esta fase da juventude. Prova destas mudanças é que os adolescentes são taxados por uma fase de crises e conflitos ao longo de seu crescimento, são chamados por muitos e principalmente pelos pais de fase “aborrecentes” pelo fato de serem acusados de radicalização e desobediência.

Para que possamos fazer a distinção entre os construtos para além da categoria etária trazemos como fundamentação o autor Juarez Dayrell (1999), pois afirma que a juventude é uma condição social e um tipo de representação, ou seja, para o autor, cada juventude é única, as mudanças são variadas ao longo do espaço-tempo, sendo que congruente ao autor, acreditamos que cada grupo vai lidar com este momento de maneira distinta, assim, entendemos que não é somente a questão etária que se modifica nos adolescentes, mas um todo, como as condições sociais, culturais, gênero e geográfica; as mudanças são uma realidade, mas cada contexto terá suas modificações específicas, segundo o autor:

Entendemos que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. (DAYRELL, 1999, p.02-03)

Outra autora que compreende a juventude além do construto etário é Marília Pontes Sposito (2003), ao afirmar que a juventude realmente não é somente uma palavra, como afirmava Bourdieu (1980), e sim um ciclo de vida, um modo de inserção na estrutura social. A estrutura que proporciona a juventude um leque de opções de interação - lazer, sistema educacional, cultura, além da violência –(que permeiam a todos, principalmente, os jovens que são pobres e negros). Sposito afirma, no entanto, que existe um caráter de tensão nesta faixa etária. Vejamos:

Mas também é preciso compreender que a categoria sociológica “juventude” encerra intrinsecamente uma tensão que não se resolve: ela é ao mesmo tempo um momento no ciclo de vida, concebido a partir de seus recortes socioculturais, e *modos de inserção* na estrutura social. Não se trata, portanto, de optar por um dos pólos –o que criaria uma falsa oposição entre as teses de Morin (1986) e Bourdieu (1980), quando este, de forma provocativa, propõe a idéia de que a juventude é apenas uma palavra –, mas de recuperá-los, assumindo o caráter inelutável dessa tensão. (SPOSITO, 2003, p.09)

As faixas etárias não tem um caráter absoluto e é um produto das sociedades, e a juventude, como uma categoria social, se origina com maior ênfase na modernização que cria categorias ao longo da história segundo Groppo (2004), vejamos o que o autor menciona:

O essencial não é delimitar de antemão a faixa etária da sua vigência. Esta faixa etária não tem caráter absoluto e universal. É um produto da interpretação das instituições das sociedades sobre a sua própria dinâmica. A juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos “estruturante” das redes de sociabilidade. De modo análogo à estruturação da sociedade em classes, a modernização também criou grupos etários homogêneos, categorias etárias que orientam o comportamento social, entre elas, a juventude. (GROPPO, 2004, p.03)

Fora a questão etária, outros debates são levantados como temática de juventudes, como é o caso da estruturação das políticas de juventudes no Brasil. A autora Castro (2004), afirma que no Brasil vêm se articulando ações e debates para estruturar políticas públicas de juventudes⁴, reconhecendo-se assim os jovens como sujeitos de direitos, ela assevera que em 2004 é criado um Grupo Interministerial de Juventude, responsável pela elaboração de políticas de juventude, e salienta que são necessárias várias políticas para as juventudes, no plural, devido às inúmeras expressões culturais:

O debate sobre juventude é sobre a cidadania e ação afirmativa onde vem lembrar que além da economia, são vários os sistemas de discriminação e de explorações a pedir intervenção do Estado, e este se desenha como bem-estar social, e aponta também para o fato de que os diversos sistemas identitários têm singularidades político-culturais, linguagens, inclusive de rebelião, que pedem formatações próprias. (CASTRO, 2004, p.278)

A autora fala sobre políticas focalizadas e universais e que no debate sobre direitos dos jovens é necessário esta discussão da transversalidade, trabalhando em equipe para fortalecer as políticas públicas de juventude:

Tal norte também qualifica a necessária e hoje tão discutida transversalidade das políticas no que se refere a identidade na desigualdade, como as das mulheres, dos jovens, dos idosos, dos negros ou dos indígenas, ou seja, que cada área ou ministério considere os interesses, as necessidades e os enfoques específicos a cada uma, pois tais políticas universais transversalizadas não substituem as específicas. (CASTRO, 2004, p.281)

⁴Tem sido recorrente a importância de se tomar a idéia de juventude em seu plural – juventudes –, em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos. No entanto, parte dessa imprecisão parece decorrer da superposição indevida entre fase de vida e sujeitos concretos, aspectos que, por exemplo, para os estudiosos da infância não se superpõem, como afirma Attias-Donfut (1996). Infância e crianças são noções que exprimem estatutos teóricos diferentes, operação ainda não delimitada claramente pelos estudiosos da juventude, pois consideram jovens – sujeitos – e fase de vida – juventude – como categorias semelhantes. Abad (2002) propõe também uma distinção importante entre a condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil que traduz os diferentes percursos que esta condição experimenta (a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia).

Conclui-se, então, que as políticas públicas de juventude é um desafio para os gestores e sociedade. Investigaremos, pois, essa política em Maracanaú, em especial, porque é lá que realizaremos a pesquisa e optamos por desenvolver o estudo de caso que fornecerá subsídios para debatermos mais profundamente o assunto.

Em Maracanaú, existe uma Secretaria de Juventude criada em 2008, o que já é um avanço se comparado às outras cidades cearenses que em sua maioria não a possuem, mas ela ainda funciona com ações tímidas no contexto municipal. As políticas ainda engatinham com provisoriade, mas observa-se que o contexto é de expectativas para mudanças ante a existência de um interesse dos gestores pelo tema.

Nessa conjuntura, o Serviço de Convivência Adolescente é fundamental como política pública, pois, por intermédio dele podemos compreender que existem programas de inclusão, ou de tentativa de inclusão dos jovens como foco de ações das políticas públicas. Importa considerar, no entanto, o próprio programa possui regras que ao tempo em que visa incluir a juventude no programa, também exclui a partir dos critérios estabelecidos para o seu ingresso.

Existe, assim, a exclusão de regras de políticas públicas organizadas pelo próprio Estado. E ao mesmo tempo o movimento de inclusão de outras políticas sociais pelo mesmo Estado, ou seja, apenas os jovens considerados a margem da sociedade (que cometeram infração) e os que se encontram em situações de vulnerabilidades são assistidos, tantos outros fatores poderiam ser considerados, como o uso de drogas, a violência, o desemprego, dentre outros, mas para esses aspectos há a justificativa de que devem ter ações específicas para este segmento na implementação de políticas públicas, outras ações podem e devem ser realizadas, mas observa-se a falta de articulação entre os programas e projetos.

A violência, desemprego, agressividade, dentre outros aspectos, são formas simbólicas da imagem dos jovens na sociedade, percebemos que os autores Geovanni e Claude(1996), analisam que a juventude concentra ainda um conjunto de imagens fortes, de modos de pensar, de representações de si próprias e também da sociedade como um todo. Estas imagens constituem um dos grandes campos de batalha do simbólico.

Esta pesquisa tem o propósito de contribuir com os futuros estudos sobre juventude e políticas públicas voltados para a temática em discussão, na medida em que tenta entender que a juventude é uma expressão social e considerar nas imagens dos jovens e da sociedade o papel social de ambos e a relação destes papéis enquanto elemento essencial para formulação de tais políticas públicas.

O jovem procura a cada momento por oportunidades e garantias de que seus direitos básicos sejam acessíveis, mesmo estando em situação de vulnerabilidade social, o que sinaliza que são majoritariamente de classe popular. Eles, contudo, desejam ser sujeitos de direitos e com potencial para o exercício do protagonismo juvenil, como diz Abramo(1997): “... *é muito presente e forte a imagem dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social*”, mas há, em meio a essa mistificação, cidadãos de direitos e deveres no exercício de sua cidadania.

São imagens de adolescentes que roubam, matam e que a imprensa divulga como sendo todos os jovens, são estereótipos de uma sociedade que exclui e aponta a juventude como um problema, no entanto, a sociedade precisa compreender a juventude não como os algozes deste processo e sim como pessoas em desenvolvimento e em pleno processo de formação cidadã.

Inclusive as manifestações no Brasil - tanto em 2013, 2014 e 2015 – a grande mídia aponta os jovens como sendo um problema social, baderneiros, como Abramo(1997), assevera ao afirmar que a tematização da juventude é realizada basicamente pela óptica do problema social, ou seja, a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade imposta pelo Estado e pela sociedade.

Para Abramo (1997), a visão deturpada sobre a juventude decorre do fato de raramente serem considerados sujeitos, então, muitos olhares são dirigidos a eles, ou percebendo-os como consumidores em potencial, ou discutindo desvios no seu comportamento. A autora indica que há uma dificuldade de ir além da sua consideração como problemas sociais e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com os outros autores, de contribuir para a solução de problemas sociais, além de simplesmente sofrê-lo ou ignorá-los.

A autora reforça a ideia, quando em seus estudos, onde diz que “a juventude é tratada de forma homogênea, como apenas uma transição para a vida adulta, projetando sempre para os jovens um tempo futuro”. Falta que os Governos observem este público, no espectro de compreender que a juventude é uma das fases do desenvolvimento humano que deve ser pensada a longo prazo e pela perspectiva educativa. O desafio da sociedade é educar seus jovens, permitindo um desenvolvimento adequado, é urgente garantir o tempo social dos mesmos, visando condições para o exercício de cidadania que permitirão a construção dos papéis sociais para a constituição da própria sociedade.

O Estado deve propor políticas públicas, mas a partir da compreensão do cotidiano dos jovens, saber o que eles desejam, o que buscam, e com isso o Estado poderia

amparar melhores pluralidades das realidades juvenis. Nessa pesquisa, iremos coletar os depoimentos, saber o que os jovens pensam, destacando as falas mais constantes e acrescentando elementos ainda não abordados com a devida visibilidade. Enfatizar a contextualização da juventude é fundamental, considerar que o processo de formação nos dias atuais se vê diante de fatores de ordens diferentes: a velocidade tecnológica, a cultura do consumo, a exclusão social, à individualização, dentre tantos outros que são dinâmicos e alteram-se de acordo com o contexto sociocultural e cultural.

A partir de essa realidade, percebe-se perda de referenciais que se configuram na fragilidade ante da vulnerabilidade, bem como as transformações que a vida contemporânea traz como consequência das dificuldades de assimilar a realidade na sua transformação e a diversidade de formas de existência que se atualizam nas questões sociais.

Segundo FALEIROS (2009, p.14) que analisa *“Como se o fato de existir pobres e ricos fosse um fenômeno natural e não resultado do tipo de produção existente”*, podemos destacar a importância da construção da Política de Assistência para considerar e minimizar as desigualdades, na contribuição com o Serviço de Convivência Adolescente a partir da Constituição de 1988. A Carta Magna colocou a assistência, ao lado da saúde e da previdência social, como política não contributiva integrante do sistema brasileiro de seguridade social. Como observamos em seu artigo: no Art.194: *“A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL,1988).*

É em regulamentação a essa política nacional de Assistência Social e do fortalecimento da política de juventude que o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS, 2009), regulamenta que o Projovem Adolescente está traçado da seguinte forma:

Integra a Política Nacional de Juventude, incorporando as noções fundamentais da concepção desta política, de gerar oportunidades para assegurar direitos aos jovens; Integra o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJovem, como modalidade única exclusivamente destinada à faixa da juventude compreendida entre os 15 e 18 anos de idade; Integra a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, incorporando seus princípios, diretrizes e objetivos descritas no Anexo I da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº 145, de 15 de outubro de 2004; Insere-se entre os serviços sócio assistenciais de que trata o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Rege-se pela universalidade e gratuidade do atendimento e será executado em observância aos princípios e diretrizes dispostos nos artigos 4º e 5º da LOAS. (Brasil, Traçado Metodológico Projovem Adolescente)

O Serviço de Convivência Adolescente insere-se no contexto das políticas públicas voltadas à redução da pobreza e ao enfrentamento das desigualdades sociais, metas que concorre para alcançar, ao investir na formação social e humana do jovem e incentivar o

aumento de sua escolaridade, gerando mais oportunidades de integração social e de ingresso futuro em melhores condições no mundo do trabalho (MDS, 2009). O Estado é o grande fiador desta e de outras políticas sociais, FALEIROS (2009, p.49) afirma: “o Estado é assim considerado como o agente principal que age pela sociedade civil, para tornar acessível este mínimo para “proteção” material dos indivíduos”.

Essa concepção do Estado se traduz por uma série de medidas para possibilitar a acessibilidade a esse mínimo: eliminação das barreiras geográficas pela descentralização, das barreiras financeiras pelas transferências, e das barreiras técnicas pela racionalização. Nesse sentido, precisa-se dar um mínimo social à população para garantir a eficiência da economia é o que destaca a política de hoje. Claro que não podemos ignorar a ideia do reconhecimento constitucional desta política social (SUAS, LOAS, Projovem Adolescente), que foi um avanço, mas importa perceber que a dialética com a economia e a instância do poder político interpreta e reflete a base econômica.

Embora afirmando os direitos dos segmentos mais pobres, as lutas e negociações por parte da sociedade organizada, prosseguem até os dias atuais as severas desigualdades e não são essas políticas isoladamente que conseguiram reverter esse quadro socioeconômico. Lutar sempre pelo direito dos trabalhadores mais oprimidos e da população em desvantagem nas condições de ascensão é preciso. Nesse sentido, a política social da Assistência deve ser um direito de todos.

A Política de Assistência Social – LOAS, lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 - em seu artigo primeiro garante:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Ante esse postulado, na pesquisa, iremos analisar se o Serviço de Convivência Adolescente vinculado à PSB se realiza, como se desenvolve, e se consegue fortalecer os laços familiares e a busca por direitos, garantindo também outros serviços e a qualidade de vida. Afinal, não se espera da proteção social somente a transferência de renda, busca-se aqui a efetivação de direitos e o fortalecimento de vínculos como apregoa a tipificação sócio assistencial que ao longo deste estudo iremos analisar.

Assim, ao longo do estudo, abordaremos às políticas públicas de Juventude, Assistência Social e o Serviço de Convivência, analisando-as a luz das vozes dos adolescentes usuários dessa política pública. Basilar mencionar que esta pesquisa não esgota, em momento

algum, o aprofundamento destas categorias, pelo contrário, é o início de um debate no qual se aprofunda discussão sobre o Serviço de Convivência, salientando aspectos facilitadores e /ou dificultadores. Intuímos, assim, iniciar um fortalecimento de tais políticas objetivando o protagonismo juvenil dos jovens usuários de Maracanaú.

Iniciemos, nos próximos subtópicos, o debate das categorias principais, compreensão vital para posterior análise dos dados que serão apresentados neste trabalho.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Rua (2009) e Secchi (2010), afirmam que a língua inglesa consegue diferenciar a terminologia políticas públicas usando os termos *politics* e *policy*. Temos assim para o termo política (*politics*), como afirma o autor SECCHI (2010, p.01), a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Essa definição se deve ao fato de que há muitos anos a democracia, Estado e Políticas Públicas são produções de criação do homem para regulação das atividades humanas, principalmente em relação às atividades econômicas e produtivas, e o Estado também ter o “poder legal” para tentar controlar a violência pela sua mão forte que é o poder de polícia.

A autora Elaine Rossetti Behring (2000), traz em seu artigo *Abordagens da Política Social e da Cidadania*, uma análise sobre Políticas Públicas, ela afirma que após o período feudal, a sociedade inicia um debate sobre o novo papel do Estado, a autora afirma que desde Maquiavel a política tem um papel fundamental de controlar o Estado, isso não é tão diferente dos dias de hoje, vejamos:

Com a decadência da sociedade feudal e da lei divina como fundamento das hierarquias políticas, por volta dos séculos XVI e XVII, é desencadeada uma discussão sobre o papel do *Estado*. Desde Maquiavel, tem-se a busca de uma abordagem racional do exercício do poder político por meio do Estado. (BEHRING, 2000, p.03)

Trazendo uma definição sobre política pública, destacamos Bravo e Pereira (2002), onde as autoras mencionam que “pública” no sentido de res-pública, coisa pública, como forma de organização da política que se pauta pelo interesse comum. Assim debater política pública na contemporaneidade é debater as ações coletivas, é possibilitar a população sua participação nas três esferas de poder, a participação popular é com certeza a principal ferramenta que a constituição federal de 1988 proporcionou, devemos então perceber que não é somente o Estado o indutor das políticas públicas, a participação da sociedade é fundamental nesta relação que se pode dizer que não é pacífica, a realização de programas,

projetos e serviços devem ser debatidos a todo o momento, ora pela sua implementação, ora para sua avaliação.

Ao refletirmos sobre o Estado podemos compreender que ao longo da história muitas mudanças e entendimentos sobre as funções do Estado, da sociedade e de como foram entendidas e criadas nossas Leis passaram por uma readequação a cada sociedade formada, assim o pensamento de sociedade era construído, Giddens (1991), afirma que a história impõe uma imagem ordenada dos acontecimentos humanos, assim o Estado é formado se não, vejamos:

Segundo o evolucionismo, a "história" pode ser contada em termos de um "enredo" que impõe uma imagem ordenada sobre uma mixórdia de acontecimentos humanos. A história "começa" com culturas pequenas, isoladas, de caçadores e coletores, se movimenta através do desenvolvimento de comunidades agrícolas e pastoris e daí para a formação de estados agrários, culminando na emergência de sociedades modernas no Ocidente. (GIDDENS,1991, p.11)

Ao longo da história, as contribuições de muitos autores foram de formidável contribuição para refletir e discutir o Estado e que muitos cursos estudam suas teorias, em especial a nossa formação no Serviço Social, com certeza sem as ideias de Durkheim (2002) Marx Weber (1999); Hobbes (1997); Locke(1982); Engels (1987) e Marx (1988) dentre outros autores, dificilmente a formação da constituição dos Estados Modernos seria fatalmente dificultadas e os estudos ao longo da história seriam prejudicados. Debater políticas públicas é compreender no primeiro momento como o Estado se apresenta, como se percebe ser um Estado como regulador social e assim captar em sua totalidade a importância destas contribuições.

No Brasil, os debates sobre política pública são bem contemporâneos. Devemos iniciar compreendendo que o termo política para o autor Bobbio (2002), tem o sentido de “atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”. O homem organiza ações para controlar o Estado e conseqüentemente comandar as políticas públicas para a população, assim as políticas públicas de uma forma geral tentam contribuir para a compreensão do processo de constituição e desenvolvimento das Políticas Sociais. Destacamos que a Constituição de 1988 é com certeza um marco de consolidação pelos direitos fundamentais como a cidadania, a dignidade da pessoa humana como afirma o seu artigo primeiro da constituição e consolidando em seu parágrafo único que todo o poder emana do povo no Estado Democrático de Direito:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Para Rúa (1998), a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos. Conforme a autora as políticas públicas são utilizadas para a consolidação do bem-estar da população, destacamos então neste âmbito de políticas públicas a Política de Assistência Social onde iremos pautar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS como afirma a autora são políticas formais destinadas a resolução de conflitos.

Para Yazbek (2012), a compreensão da Assistência Social como área de Política de Estado coloca o desafio de concebê-la em interação com o conjunto das políticas sociais e com as características do Estado Social que as opera. Assim podemos destacar a importância das políticas públicas com o objetivo de assegurar garantias de direitos para a população, saúde, educação, meio ambiente, controle urbano, tecnologia. Juventudes são políticas que devem ser potencializadas e que seja a política pública não somente utilizada como poder de dominação da população ou troca de votos em épocas de eleições, ao destacar a política de assistência social destacamos tal política como formuladora de ações para uma cidadania social.

O autor Marcio Pochmann (2014), em seu artigo escrito no livro Estado e Políticas Sociais – Fundamentos e Experiências, afirma que na crise atual do capitalismo globalizado, o Brasil tem a possibilidade de protagonizar um novo salto a partir das novas e desafiadoras tarefas do Estado Brasileiro, principalmente em um Estado que intensifica as políticas neoliberais⁵ com uma ação mínima do Estado e uma liberdade para o mercado. Temos então como afirma o autor a oportunidade de discussão de um novo papel de Estado, com a participação da sociedade apontando como líder mundial, Pochmann afirma que o

⁵Neoliberalismo: retirada do Estado como agente econômico, dissolução do coletivo e do público em nome da liberdade econômica e do individualismo, corte dos benefícios sociais, degradação dos serviços públicos, desregulamentação do mercado de trabalho, desaparecimento de direitos históricos dos trabalhadores; estes são os componentes regressivos das posições neoliberais no campo social, que alguns se atrevem a propugnar como traços da pós-modernidade (MONTES, 1996, p. 38 apud BEHRING, 2008, p. 58)

Brasil atual sai da era da industrialização para a financeirização demonstrando uma nova faceta do Estado Brasileiro como demonstra POCHMANN (2014, p.18):

Neste contexto, as alternativas implementadas por acordos políticos de ocasião buscaram compensar a redução da taxa de retorno dos investimentos produtivos por meio da crescente valorização dos improdutivos ganhos financeiros. Assim, a região foi modificando a macroeconomia da industrialização para a financeirização da riqueza, com a presença permanente das políticas de ajustes fiscais (privatização do setor público, elevação dos tributos e estagnação dos gastos sociais).

As políticas públicas então sofrem influência desta macroeconomia que saiu para a financeirização, onde se nota que as refrações são enormes nas políticas sociais, é necessário neste novo “jogo” econômico ações voltadas para potencializar tais políticas. Pensar o Estado se faz necessário à medida que os recursos não comportam todas as políticas públicas, a redefinição do Estado interventor é questionado na medida que seu orçamento não o suporta. Pochmann (2014), afirma que as questões sociais exigem um tratamento de maior eficácia e eficiência das políticas de proteção (previdência, assistência e saúde) promoção (educação, cultura e trabalho) e infraestrutura (habitação, cultura e trabalho) social.

Tais ações são fundamentais nas políticas públicas, principalmente de Juventude e Assistência Social onde observamos que por muitos anos no Brasil a influência do clientelismo e do paternalismo influenciou ao longo de nossa história a efetivação de tais políticas como direito, e a nossa população sofreu ao longo da história a discriminação das políticas públicas sendo oferecidas aos “aliados” ou amigos dos “príncipes” e políticos, em consequência as políticas públicas eram loteadas e assim dificultando a emancipação da população mais pobre, especialmente ao povo das regiões do Nordeste e do Norte.

Pochmann (2014) destaca que é necessária uma reorganização administrativa, nos dias atuais, que reorganize todas as políticas públicas, o autor menciona que a reprogramação das políticas públicas que hoje são incapazes de atender a população, como afirma o autor:

Enquanto o estado funciona na forma de caixinhas setoriais (educação, saúde, trabalho, entre outros) e regionais, os problemas atuais tornam-se mais complexos e totalizantes, incapazes de serem superados pela lógica de organização pública em partes que não se comunicam quando concorrentes entre si. (POCHMANN, 2014, p.30)

Percebendo que esta discussão de reorganização do Estado e das políticas públicas são tão necessárias para nossa população, o autor afirma ainda que para o Estado crescer e ter um melhor resultado para as políticas públicas, deve-se ter uma repartição social do orçamento governamental. Pochmann (2014), nos traz que é necessário a redução da carga tributária sobre a renda e a ampliação de impostos, taxas, sobre a renda do capital (lucro e

juros) e assim o Estado passa a alterar a desigualdade medieval que se mantém nos países da região latino-americana afirma o autor.

É necessário também, um debate sobre o pacto federativo, no qual a maior fatia do orçamento resultante de impostos fica com a União. Os municípios dependem de convênios para garantir os recursos, além disso, ao fazerem os convênios, é exigido uma contrapartida financeira do ente federado municipal ou estadual e que em alguns momentos não dispõe em seus cofres do valor necessário. Pochmann (2014, p.31), traz em sua análise que “esses são alguns dos passos que o estado precisa percorrer. A refundação do estado é urgente e inadiável” e que estamos em 2016 necessitando desta refundação como afirma o autor.

Assim, pensar as políticas públicas é refletir sobre seu funcionamento. Devemos entender como é complexo o entendimento da política pública, tendo que se apropriar de cenários muitas vezes externos como economia mundial, globalização, mercados, para compreender todas as formas para a implantação e efetivação das políticas públicas.

A autora Osterne (2014), com objetivo de refletir sobre as políticas sociais públicas, sinaliza que o primeiro desafio é o de pensar o que venha a ser desenvolvimento e ao que se refere quando se fala em direitos sociais, ou ainda, que noção de desenvolvimento conviveria a um Estado de justiça e equidade social. Neste sentido, devemos olhar para as políticas públicas como ações que devem potencializar as famílias que estão em vulnerabilidade social e que ao longo do tempo estas políticas serem úteis para desenvolver todas as formas de vida daquela família.

Assim, podemos destacar as políticas públicas como uma ação pública, Osterne (2014), infere que a noção de política se refere a atos e decisões, logo as inúmeras ações para o desenvolvimentos e observam em uma relação de dominação perante o Estado nas políticas públicas, Osterne (2014) salienta:

De fato, muitas vezes a política pública apenas representa aquilo que o governo opta por fazer ou não fazer diante das situações que se apresentam. Quando se delega ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas passam a ser um instrumento privilegiado de dominação, como muitas vezes tem ocorrido na realidade brasileira. (OSTERNE, 2014, p.46)

Gilberto Freire (2005) e Sérgio Buarque de Holanda (2006), indicam uma dominação ao longo da história pelos dirigentes políticos desde o império até os dias atuais, percebemos, no entanto, um fortalecimento ao longo dos anos, um crescimento da política de Assistência Social em seus serviços, programas e projetos.

Destacamos a Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, o Sistema único de Assistência Social em 2005, a Tipificação socioassistência dos serviços em 2009, a Norma

Operacional Básica – NOB SUAS em 2012 e o reordenamento do Serviço de Convivência em 2013 como processos que são o fundamento das políticas públicas atuais e preconizam a participação de seus usuários fortalecendo seus serviços, programas, projetos e benefícios.

A autora Osterne (2014), reflete que o maior desafio das políticas públicas é o de promover o tanto desenvolvimento econômico como o social, pois este é um desafio que deve ser de Estado, e não somente de um Governo, para evitar que um gestor inicie um programa o outro subsequente acaba com tudo que foi implementado, assim, o impacto das políticas públicas se tornam instáveis, não contribuindo para o desenvolvimento da população, como salienta a estudiosa:

O maior desafio dos governos e da administração pública na atualidade, entretanto, parece ser o de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável através de políticas públicas. A expectativa dos cidadãos é de que a Gestão das organizações no setor público deva se realizar sob a égide do Estado de Direito e da democracia política. Assim sendo, o ambiente da Gestão Pública deve ser apresentado pelo contexto social, político, jurídico e econômico do Estado e da administração. (OSTERNE, 2014, p. 48)

Osterne (2014), apresenta três características da política pública: legitimidade (obrigações legais), universalidade (todas as pessoas) e poder e coerção (conter violadores das políticas públicas). Estas características dão uma noção geral das políticas públicas como resolução das problemáticas sociais. Importa lembrar que algumas políticas demoram décadas para serem aprovadas e implementadas, tornando assim muito importante para serem avaliadas continuamente.

Outro apontamento das políticas públicas relevante é em relação aos gestores, que devem se preocupar com sua execução, nesse caso Osterne menciona três características importantes nesta compreensão, tais como:

A primeira delas é que o mercado já deu provas de que por si só não consegue substituir o Estado no âmbito das políticas públicas e que ambos precisam de um governo mais identificado com a capacidade de implementação de políticas públicas mais societárias. A terceira observa que os cidadãos contribuintes estão cada vez mais críticos e exigindo mais qualidade dos serviços em troca dos elevados impostos que pagam. (OSTERNE, 2014, p. 50)

Salientamos que para que a política pública se efetive, é necessário que se tenha uma dimensão da legalidade, legitimidade, transparência, eficiência, eficácia, efetividade, enquanto condições imprescindíveis a qualidade da política pública. No Brasil percebemos que algumas características como transparências das políticas públicas, permanece como grande desafio para os gestores, e a eficiência e a eficácia das políticas públicas também estão distantes de seus objetivos, por isso que reafirmamos a importância do planejamento, do

monitoramento e da avaliação das políticas públicas periodicamente. As pesquisas nessa direção, todavia, interessam para fomentar reflexões e ações com vista à melhoria das políticas públicas.

O Estado brasileiro é o responsável direto por implantar e desenvolver políticas públicas que reduzam as desigualdades da população brasileira, como por exemplo, o que se refere à renda das camadas mais vulneráveis na sociedade e o cuidado com a pessoa idosa, neste caso, em especial, aos inúmeros idosos que não possuem uma aposentadoria regular, sendo necessário a utilização do Benefício de Prestação Continuada – BPC, que garante aos que não contribuíram com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS o valor de um salário mínimo mensal. O que difere da aposentadoria regular é que o BPC não tem décimo terceiro salário, além dele ser um benefício da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS que foi implementada em 1993 no Brasil.

Ramos (2014), menciona continuidades e limites das novas propostas de política social em que o véis universal do Estado de bem-estar social tradicional foi substituído por um público alvo focalizado em uma população situada abaixo da linha da pobreza⁶, ou seja, extrema pobreza, percebe que o Estado vai ter um caráter de benéfico, mais no âmbito monetário, como se observa no Programa Bolsa Família – PBF.

O autor tem uma preocupação sobre a eficiência e eficácia das ações pelo Estado, nas quais, por vezes, valores financeiros são bem maiores para os benefícios do que para os serviços e projetos. Sabemos que o objetivo é minimizar a pobreza em um espaço de curto prazo e que as condicionalidades do Programa Bolsa Família têm como objetivo assegurar as crianças e adolescentes um atendimento priorizado na educação e na saúde. Para o autor, beneficiados e Estado devem ter diferentes cestas de serviço e bens, pois, caso contrário, a eficiência e eficácia deste Estado estará fragilizada:

A procura de eficiência e eficácia nos gastos públicos ancora conceitualmente uma parte dessa nova modalidade de política. Os benefícios em dinheiro no lugar de bens e serviços teriam maior eficácia e eficiência na medida em que as preferências e as necessidades de cada beneficiado não necessariamente coincidem com a cesta de bens e serviços determinados por um burocrata. (RAMOS, 2014, p.63)

Ramos (2014), afirma que o benefício em dinheiro teria também vantagens em termos de qualidade das instituições políticas, diminuiria o clientelismo e a identificação do

⁶Linha de pobreza segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e o IBGE é o termo utilizado para descrever o nível de renda anual com o qual uma pessoa ou uma família não possui condições de obter todos os recursos necessários para viver. A linha de pobreza é, geralmente, medida em termos per capita (expressão latina que significa "por cabeça") e diversos órgãos, sejam eles nacionais ou internacionais, estabelecem índices de linha de pobreza.

programa com um Governo que se torna mais real. Na realidade dos municípios onde se tinha as lideranças políticas que controlavam todos os bens e serviços que vinham do Estado isso é visível, na medida em que, hoje, o benefício é direto na mão dos usuários. Isso fortalece o Governo de plantão vinculado ao benefício monetário.

Percebemos, neste capítulo, como a compreensão de que as políticas públicas fortalecem a democracia e permitem que o cidadão e os usuários possam lutar por mais direitos e pela melhoria dos serviços prestados pelo Estado, bem como que a implantação dos benefícios e serviços se constituíram uma grande conquista para a população na tentativa de proporcionar melhor qualidade de vida.

Após as análises de conceitos sobre políticas públicas, no tópico que se segue vamos dialogar acerca da categoria Juventudes, iniciando sua contextualização em 1988 quando este construto passou a constituir texto normativo e direitos específicos foram garantidos legalmente, no entanto, também serão salientadas as suas dificuldades de execução, já que ainda nos dias de hoje não foram implementados todos os direitos constitucionais de maneira universalizada, demonstrando que falta muito a ser feito pelas políticas públicas em geral, principalmente de Juventudes, vejamos a seguir a importância de saber sobre esta categoria.

2.2 CONCEITOS DE JUVENTUDES

A categoria de grande relevância é a Juventude, na qual, apresentamos os principais conceitos teóricos. Esta categoria, desde os primórdios da humanidade, vem sendo debatida, estudada e por muitas vezes, pelo senso comum, mal compreendida pela sociedade, por esta entender que a juventude é a responsável direta pela onda de violência existente em nosso país.

Devemos destacar que, ao longo da história, os jovens cresceram sem ao menos terem seus direitos constituídos, estes direitos foram somente consolidados a bem pouco tempo como na Constituição cidadã em 1988, pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Sistema Único de Assistência Social (SUAS – 2005) e pelas Políticas Públicas de Juventude (2005) que o fortaleceram ao longo dos anos. Outro aspecto importante é que devemos compreender as juventudes, no plural, como forma de analisar as inúmeras formas de expressões juvenis que serão apresentadas de forma conceitual pelos autores Freitas (2005), Leon (2005), Groppo (2004), Sposito; Carrano (2003), Abramovay; Castro (2007) dentre outros.

Esta categoria vem sendo mais amplamente debatida e estudada a partir do século XX, por muitas vezes, no entanto, pelo senso comum é utilizada de maneira generalista e mal compreendida, inclusive, há quem culpe a juventude pela onda de violência existente em nosso país sem ao menos terem seus direitos constituídos de maneira específica, estes direitos foram somente consolidados há pouco tempo.

Há bem pouco tempo, nada mais que vinte e seis anos da implementação de um novo marco legal, se suscitou mudanças significativas nas políticas públicas e na proteção legal, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Esta lei busca garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes como nunca antes visto no Brasil em outros documentos legais. Outras Leis existiram, mas tratavam as crianças e adolescentes como “problema social” e utilizavam termos pejorativos que até hoje se expressam como de menor, delinquente, vadio.

Amaral e Silva (apud PEREIRA, 1996, p. 27), asseveram que “o direito especializado não deve dirigir-se, apenas, a um tipo de jovem, mas sim, a toda a juventude e a toda a infância, e suas medidas de caráter geral devem ser aplicáveis a todos”. Podemos destacar, em consonância com a afirmação, as três correntes que tratavam sobre crianças e adolescentes: da legislação do Código Mello Matos (Decreto nº 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927), do Código de Menores (Lei nº 6697 de 10 de outubro de 1979), e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), este último adotou posicionamentos específicos para tratar sobre a violência potencializando a cidadania, o tratamento socioeducativo e a garantia de direitos em detrimento do assistencialismo e culpabilização dos jovens.

Ao entender a legislação passada e atual, urge a necessidade de compreender então que as juventudes devem ser entendidas no plural como maneira mais propícia para analisar as inúmeras formas de expressões juvenis em nosso país e em especial em Maracanaú, lócus de nossa pesquisa. Os autores Clementino e Cordeiro (2014) afirmam que no Brasil ainda há confusão no uso dos termos juventude e adolescência e que muitas vezes são empregados como sinônimos.

A adolescência é uma das fases da juventude, compreendida entre 12 e 18 anos onde as mudanças corporais e psicológicas são mais evidentes, é um momento delicado, pois há a transição da condição de crianças, querendo ser adultos e ocupar um lugar na sociedade, mais ainda, há maturidade e visibilidade suficientes, principalmente nas políticas públicas. Segundo o ECA, em seu artigo 2º, a definição etária de crianças e adolescentes é a característica principal para determinar a fase: art. 2º considera-se criança, para os efeitos

desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.

No que concerne à categoria juventude, destacamos no texto legal, artigo 1º, a definição da categoria etária da juventude no estatuto da juventude que nos diz:

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Os dois documentos da legislação brasileira, que norteia os debates e estudos, prevê o corte etário para identificar o quantitativo de jovens no Brasil e melhor direcionar ações. Essa delimitação estática, que não considera fatores psicológicos e sociais possibilita facilidade em saber o quantitativo de jovens, traçar as questões políticas sociais para a juventude.

O trabalho Juventude e adolescência no Brasil: Referências conceituais de autores como Freitas (2005); Abramo (2005); León(2005), nos apresenta inúmeros encontros do Grupo de Trabalho (GT) entre 2001-2004, onde se buscava analisar as políticas públicas de juventude no Brasil. Segundo Freitas (2005), em 2002, o GT formulou um conjunto de propostas de políticas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda, debatidas em teleconferência nacional, que reuniu cerca de 1.500 participantes de todas as regiões do país.

Para autora:

O conjunto das contribuições dos participantes foi sistematizado e possibilitou a elaboração de uma publicação, apresentada aos candidatos que chegaram ao segundo turno da eleição presidencial de 2002. Ao longo de 2003, as propostas foram apresentadas aos mais diversos Ministérios (Educação, Assistência Social, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Esporte e Trabalho), que indicaram representantes para participarem das reuniões do Grupo Técnico. (FREITAS, 2005, p. 05)

Ao mesmo tempo em que se desenrolava esse processo, crescia no País a percepção de que era preciso elaborar políticas públicas para a juventude, para além da faixa compreendida como adolescência (Freitas, 2005). Essa percepção foi de grande importância, pois buscou ampliar no ano de 2005 a conceituação sobre a categoria de juventude, que até então se tinha na adolescência um referencial que envolvia mais a aproximação com as

crianças como categoria social do que a juventude. Ao trabalhar as ações pensando na temática juventude se forma outras opções de como pensar a juventude, principalmente as discussões de políticas públicas para proporcionar uma maior garantia de direitos.

Freitas (2005) aborda nos trabalhos realizados pelos grupos ministeriais, o debate sobre o que é juventude e sobre o que é adolescência, vejamos:

O GT Cidadania dos Adolescentes deparou-se, então, com uma grande questão: qual a relação entre as políticas para a adolescência – até então pensadas em articulação com as políticas para a infância – e as políticas para a juventude? Ou, no fundo, qual a relação entre adolescência e juventude? Em que medida se confundem ou se diferenciam? (FREITAS, 2005, p. 06)

Destacamos o debate sobre adolescência e juventude sendo algo recente, principalmente como política pública, logo, importa destacar que a faixa etária sempre foi considerada como referência na divisão dessas categorias para compreensão do que seria a adolescência e a juventude. Por décadas os adolescentes eram referenciados mais pela aproximação com as crianças do que propriamente com a juventude, em consequência os jovens com mais de 18 anos ficaram esquecidos nos debates nas políticas públicas, o que proporcionou aos jovens maior dificuldade. As faculdades com poucas vagas, o mercado de trabalho não sinalizava abertura para os jovens, cursos técnicos públicos eram difíceis e a preocupação social em relação à juventude aumentava, principalmente na década de 90 quando se tinha demograficamente um crescimento do público juvenil.

A ampliação da assistência à adolescência, incluindo a juventude foi fundamental para que se desenvolva um direcionamento mais amplo das políticas públicas, bem como gerar visibilidade para o debate de demandas específicas desse público. Freitas (2005), nos alerta que é necessário distinguir estes dois momentos da vida no fomento de políticas públicas:

Atualmente, uma das tendências, no interior do debate sobre políticas públicas, é distinguir como dois momentos do período de vida amplamente denominado juventude, sendo que a adolescência corresponde à primeira fase (tomando como referência a faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos, como estabelecido pelo ECA), caracterizada principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico de desenvolvimento de preparação para uma inserção futura; e juventude (ao que alguns agregam o qualificativo propriamente dito, ou então denominam como jovens adultos, ou ainda pós adolescência) para se referir à fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social. (FREITAS, 2005, p. 08)

Os estudos e pesquisas sociais ao longo do tempo foram importantes para compreensão do que seria a adolescência, o mais importante foi considerá-la como uma construção social, essa elaboração que vem se constituindo e modificando ao longo do tempo

e do espaço ao tempo em que são inseridas informações, conhecimentos, conceitos. A categoria será, todavia, construída a nível psicológico, social, educacional, sexual, cultural dentre outros. LEÓN (2005, p.12), cita o trabalho realizado que define adolescência pelo entendimento de construção social:

O conceito de adolescência é uma construção social. A par das intensas transformações biológicas que caracterizam essa fase da vida, e que são universais, participam da construção desse conceito elementos culturais que variam ao longo do tempo, de uma sociedade a outra e, dentro de uma mesma sociedade, de um grupo a outro. É a partir das representações que cada sociedade constrói a respeito da adolescência, portanto, que se definem as responsabilidades e os direitos que devem ser atribuídos às pessoas nesta faixa etária e o modo como tais direitos devem ser protegidos.

O fato é que, ao trabalharmos com os adolescentes do Serviço de Convivência em Maracanaú na Política de Assistência Social, nestes últimos seis anos, percebemos as influências externas nos adolescentes. O quanto as questões da família e da sociedade influenciam para que eles assumam seu papel produtivo cada vez mais jovens. Compreendemos, pois, que esta fase de transformações é complexa e que o amadurecimento exigido cada vez mais precocemente está tornando os adolescentes brasileiros mais tensionados.

Neste contexto de visibilidade social, o desenvolvimento tanto psíquico, físico e social deve ser considerado. Imposta mencionar, inclusive, que está sendo discutido nos municípios brasileiros as ações como prioridade para crianças e adolescentes, impulsionadas pelo Selo Unicef, no qual, vai destacar os municípios cearenses em 2016 que “consolidaram” (que se esforçaram nessa direção e alcançaram algumas metas) os direitos das crianças e adolescentes neste período, além de ferramentas de proteção como o ECA e o Estatuto da Juventude.

A compreensão do conceito de juventude vai demandar a necessidade de entendimento de quatro fases para que se possa apreender a categoria juventude, dentre elas, a primeira deve-se respeito a compreensão de “gerações e classes de idade”. LEON (2005, p.15), afirma que é necessário ter uma mesma forma de geração e/ou idade para que se formem grupos com as identidades geracionais, vejamos:

Daí a pertinência de falar de gerações e classes de idade na análise de adolescência e juventude, pois permite definir e estabelecer aquelas regularidades que estariam configurando um tipo de estilo de vida, de modo cognitivo, instrumental, formal, vivencial subjetivo que os faz diferentes de outros, mas também fortemente similares em si mesmos.

A segunda forma de compreensão que o autor nos apresenta é sobre o Estilo de Vida Juvenil. Vários autores, entre eles Giddens (1996) e González Anleo (2001), concordam que é possível identificar estilos de vida propriamente juvenis, isto é, modos de ser e fazer que refletiriam a significativa mudança que estariam experimentando estes sujeitos no âmbito da construção de suas identidades pessoais e coletivas ou geracionais.

Em Fortaleza e também Maracanaú, observamos muito bem os estilos da juventude em alguns pontos da cidade, como os emos, góticos, dentre outros, como a Comunidade Obreiro da Tardinha – COT (grupo religioso) em que se concreta vários jovens católicos e que tem uma vida dedicada a oração e ao trabalho comunitário. Neste último exemplo, a dedicação é exclusiva, não havendo espaço para preocupação com empregos ou casamentos; são estilos de vida que mostram como a juventude é plural.

A terceira compreensão é quanto aos ritos de passagem infante / juvenil. Na sociedade, o rito é como uma passagem de transformação em sair de um mundo (criança) para entrar em outro (adulto) e assim, a legitimação do rito de passagem. Ao longo da história, o rito de passagem foi diferenciado tanto para homens quanto para mulheres, podemos citar como exemplo que no início do século destacamos para as meninas o fato de aprender a cozinhar e sua preparação para o casamento e o cuidar do lar, já para os meninos, o início de participação em guerras e batalhas era um rito para que a criança se tornasse um verdadeiro homem, além claro, de questões sexuais.

Percebemos que a sexualidade continua sendo um rito de passagem, outra forma ritual diz respeito à bebida alcoólica, meninos e meninas têm a cada ano iniciado no mundo do álcool mais cedo, a necessidade de reconhecimento entre seus pares é fundamental para o ritual de passagem, outros jovens se arriscam em fogo, drogas e ritos que necessitam coragem e claro perigo. LEON (2005, p.16) assevera essa afirmação:

A transição infante-juvenil corresponde a um reconhecimento social por parte de seus pares e os adultos. Inclusive na maior parte das sociedades rurais e grupos étnicos não existe um longo estágio de transição prévio à plena inserção social, nem tampouco existe um conjunto de imagens culturais que distingam claramente este grupo etário de outros, mas sim, existem “ritos de iniciação”, que asseguram socialmente ao jovem na sociedade através de uma cerimônia massiva que lhe permite criar vínculos afetivos. Os adultos o reconhecem como um igual pelo fato de ter autonomia social e econômica, como por sua vez, o rito de iniciação sugere responsabilidades, acessos e restrições.

As trajetórias de vida e as novas condições juvenis é o quarto ponto de análise para entendimento da categoria juventude devemos perceber, contudo, que a condição juvenil é um processo que vem sendo debatido na atualidade e não é consensual ou estático. Tanto a

trajetória de vida como a condição juvenil nos remete a compreensão de emancipação social dos jovens, ou seja, são situações que os jovens buscam e desejam, e a transição é uma forma de movimento entre a infância e a fase adulta em que as reproduções sociais da juventude são processos que possuem uma dinamicidade muito grande.

Nas análises sobre a condição juvenil como uma construção social e uma categoria histórica ganha ênfase desde meados do século XX, na qual a condição juvenil é um construto sociológico no qual se deve compreender os territórios:

Intervém nestas diferenciações uma conceitualização sobre a noção de “juventude” que, como construção social e categoria histórica, desenvolve-se ao longo dos processos de modernização, principalmente em meados do século XX, no mundo ocidental. A “condição juvenil”, como categoria sociológica e antropológica, está referida à estrutura social como aos valores e à cultura particular dos sujeitos jovens nos processos de transformações sociais contemporâneas (formativas, trabalhistas, econômicas, culturais). E a “situação social dos jovens” nos remete à análise territorial e temporal concreta, sendo como os diversos jovens vivem e experimentam sua condição de jovens, em um espaço e um tempo determinado (LEON, 2005, p.16).

Uma das autoras que trabalham com a temática juventude por muitos anos no Brasil é Abramo (2005), ela compreende que o jovem deve ser analisado com um olhar que os considerem atores dinâmicos, que podem contribuir na sociedade, pois possuem potenciais para trabalharem tanto no mercado como em suas comunidades. Para Abramo (2005):

Nessa visão, a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios. Tal diretriz se desenvolve, em alguns países, depois dos anos 90, em grande medida inspirada nos paradigmas desenvolvidos no campo das políticas para a infância e para as mulheres. Muda os enfoques anteriores principalmente por superar a visão negativa sobre os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade da consideração dos jovens como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas articuladas intersetorialmente. (ABRAMO, 2005, p.22)

No Brasil se abriu a possibilidade da proteção integral aos jovens como sujeito, ainda que asseverado pelo ECA e estatuto da juventude, no entanto, falta muito para consolidação da integralidade, mas devemos compreender que temos uma legislação e que podemos potencializá-las, pois os direitos são específicos e servem para proteger esse grupo particular:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA.1990, p.20)

Além dos governos e da sociedade civil, percebemos que a partir dos anos 90, inicia-se nas empresas privadas, também, um processo em que se procura a juventude para integrar o corpo profissional. É certo que o Governo Federal incentivou com subsídios nas empresas em relação aos impostos para que estas, com o projeto de responsabilidade social, incluíssem os jovens, que não tinham experiência. Muitas empresas iniciam um processo de formação para educação e para o mundo do trabalho no próprio ambiente de trabalho possibilitando a muitos jovens uma oportunidade para além dos estágios, e, em 2014 foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec⁷, no qual se privilegiou cursos de capacitação em todo o Brasil aproximando ainda mais a juventude, governo e empresas, sendo então algo presente como menciona Groppo (2004).

Para o autor Groppo (2004), a juventude é uma categoria social utilizada para definir padrões, a categoria faz parte do imaginário social. A juventude é entendida como algo presente e ao mesmo tempo futuro, assim a juventude se torna fonte de inspiração para algumas sociedades e pessoas pois é capaz de normatizar comportamentos, vejamos:

A juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos “estruturante” das redes de sociabilidade. De modo análogo à estruturação da sociedade em classes, a modernização também criou grupos etários homogêneos, categorias etárias que orientam o comportamento social, entre elas, a juventude. (GROPPO, 2004, p.03)

Na modernidade, a juventude tende a ser uma categoria social derivada da interpretação sociocultural dos significados da puberdade, este sim, um fenômeno natural e universal que, no entanto, pode adquirir pouca importância conforme a sociedade em que ocorre. Juventudes, com efeito, é uma correlação com outras categorias sociais, pois não existe uma única juventude e sim grupos diversos:

Isto significa que, na análise social e histórica, é preciso correlacionar a juventude com outras categorias sociais, como classe social, nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural, momento histórico, grau de “desenvolvimento” econômico etc. Assim, ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos. O que a história e a análise sociológica demonstram é que, o que existe efetivamente, são grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta. (GROPPO, 2004, p.04)

Quando mencionamos as formas múltiplas de juventude, devemos compreender que elas também se identificam e se aproximam pelas suas semelhanças, porque ao se

⁷Segundo o Ministério da Educação (MEC) o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec foi criado com o objetivo de fazer com que jovens de famílias de baixa renda tenham acesso ao ensino técnico e profissionalizante, para facilitar a busca pelo primeiro emprego.

encontrarem, os jovens formam, na sociedade, alguns grupos juvenis, estes se identificam por diversos motivos, pode ser pela forma de se vestir, de falar, pelo gosto musical, pela idade semelhante, pela escola, grupo de igreja, grupo de hip hop dentre outras formas de aproximação.

Esse pensamento em que a juventude foge do padrão é utilizado para afirmar que ela é culpada pela violência na sociedade, e é nessa visão funcionalista que a sociedade e o Congresso Nacional, no ano de 2015, votou na Câmara Federal a aprovação da redução da maioria penal, faltando ainda o projeto de lei ser enviado ao Senado Federal e sanção ou veto do Presidente da República.

Para compreender sobre a dialética, Groppo (2004), afirma que existe uma presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, há elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral. Podemos destacar nesta dialética os adolescentes, esta fase que faz parte integrante do Serviço de Convivência e que são objetos de nossa pesquisa.

E para ocupar os adolescentes, as famílias e a sociedade pressionam para que eles procurem trabalho, alguma forma de ocupação de suas mentes e corpos, o autor Marcio Pochmann (2000) em seu artigo Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990, onde o autor analisa que na pesquisa onde se observa que piora as condições de acesso ao mercado de trabalho nas faixas etárias de idade mais baixa, o autor analisa que a elevação da escolaridade da população o desemprego juvenil alcança ainda índices sem paralelo na história do país e que as ocupações que restam aos jovens são, no mais das vezes, as mais precárias, em postos não assalariados ou sem registro formal, o que os torna um dos segmentos mais fragilizados da população ativa. (Pochmann, 2000)

Mencionamos o trabalho por ser ele a inspiração e o sonho para a maioria dos adolescentes e jovens, afinal, trabalhar e ganhar dinheiro é fundamental para o início da independência dos pais e da afirmação de ser “alguém na sociedade”. Traçar as políticas públicas às necessidades dos jovens, como saúde, educação, assistência social dentre outras não pode ignorar o trabalho. Carrano e Sposito, no entanto, chamam atenção para a escassez de recursos para todas as políticas públicas e acrescentam:

Mesmo no interior do aparelho de Estado, as políticas de juventude comportam diversidade de orientações e podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas. Podem estar mais próximas de modelos participativos e democráticos ou serem definidos com base no que, no Brasil, tradicionalmente foi designado como cidadania tutelada, ou apenas como forma de

assistência e controle do Estado sobre a sociedade, sobretudo para os grupos que estão na base da pirâmide social. (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.3)

Não podemos deixar de frisar neste trabalho sobre juventudes o quão grande é a discriminação de grupos juvenis indígenas, quilombolas, negros, transexuais, deficientes dentre outros. Estereótipo como os que concebem os negros, pobres e jovens que moram em favela como ladrões precisam ser problematizados e desmistificados. Não se pode ignorar uma sociedade desigual e preconceituosa.

Outro ponto importante quando falamos de juventude é em relação a sua participação política e/ou sindical, pois é quase consensual a apatia juvenil na política, no entanto, isso não é tão verdade, pois são muitos os jovens que se envolvem e participação de discussões e demais momentos políticos. Abramovay e Castro (2007), acrescentam:

Contudo, há divergências sobre o caráter de participação política dos jovens hoje, defendendo alguns que esta, em comparação a outras, seria uma geração menos atraída por partidos políticos, organizações sindicais e outras formas mais convencionais. Advogam vários autores que hoje predominam mais os agrupamentos juvenis, em particular no campo cultural e artístico, e.g., os grupos de Hip Hop, os grupos de amigos ou as mobilizações esporádicas, por eventos ou temas, sem continuidade e avessas a rotinas. Entretanto, em particular no caso de associações relacionadas ao desempenho cultural, valeria mais discutir também conteúdo e formatação de tal participação. Assim, há correntes no Hip Hop que se destacam pela crítica social e condenação da violência e do racismo, por exemplo. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2007, p.103).

É notório o desencanto de muitos grupos de jovens em relação à política partidária, ao sistema eleitoral no Brasil com 30 partidos políticos inscritos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pois o clima de corrupção e mentiras são característicos do sistema político e isso desestimula os jovens ao envolvimento partidário. É mais comum, contudo, encontrar grupos de jovens que se articulam no âmbito cultural – religião, música, esporte, comunidade - vejamos:

Contudo, como já mostraram outras pesquisas, o apoio a essas e outras formas de manifestação política [greves e ocupação de terras pela reforma agrária] não se traduz em engajamento e participação direta dos jovens em partidos políticos e movimentos sociais. A escola e onde os jovens mais participam de grêmios e campanhas, logo depois vem os espaços das igrejas [...]. Os jovens de igrejas orientais, pentecostais e católicos praticantes são os que dizem que mais participam de grupos de sua igreja. Os movimentos ecológicos e comunitários são os que os jovens mais gostariam de participar. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2007, p.105).

Juventude também necessita de lazer, isso também é um direito do jovem, se olharmos para os bairros e/ou território, podemos nos perguntar: O que temos de lazer para a juventude? As políticas públicas falham também na oferta de lazer, este é um direito de todos, mas o Estado negligencia, principalmente, quando se privilegia algumas áreas de

concentração do capital, e nos locais onde se percebe pobreza extrema e de grande vulnerabilidade social não se identifica oportunidades de lazer.

Além da ausência de equipamentos de lazer nas cidades de forma satisfatória, para a juventude a dificuldade é ainda maior, pois eles terão que se deslocar para os centros urbanos e assim terá que pagar passagens nos ônibus, o que dificultam a participação dos jovens humildes nas atividades culturais. Em Fortaleza, por exemplo, o maior empreendimento cultural é o Centro Cultural Dragão do Mar que se encontra na Praia de Iracema, os jovens de periferia, que mora, por exemplo, no Bairro Siqueira terão que atravessar a cidade toda.

Uma das temáticas mais debatidas entre os jovens está imbricada com a violência, esta adentra na vida da população brasileira e, em especial, afetam a vida da juventude. Há uma pesquisa (Mapa da Violência) que coloca Fortaleza como oitava cidade mais violenta do mundo em 2014 e Maracanaú a nível local é a sétima cidade mais violenta do Ceará, a nível nacional ela é a 70ª posição, divulgada de acordo com relatório do Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal. Conforme a Organização Não governamental (ONG), sediada no México, outras 18 cidades brasileiras estão entre as 50 mais violentas. O ranking, segundo a organização, considera municípios com pelo menos 300 mil habitantes e leva em conta o contingente populacional e número de homicídios. De acordo com a ONG, Fortaleza registrou 2.541 crimes do tipo em 2014 e obteve uma taxa de 66,55 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Citamos também que a pesquisa Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas realizada pelo IBASE⁸ e pelo Polis⁹, em 2005, já demonstrava a preocupação com a violência por ser alarmante. Hoje, em 2016, o tema é considerado fundamental nas políticas públicas, pois devemos compreender que o segmento juvenil é em sua maioria vítima desta violência, e que existe o estereótipo que é a juventude apenas a causadora da violência:

A experiência da violência entre os jovens – marcada pela vigência dos altos índices de homicídios juvenis – e a sensação de medo promoveram uma mudança significativa no padrão de preocupações juvenis. Segundo a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, realizada pelo Ibase e pelo Polis (2005), jovens de cinco entre oito áreas pesquisadas (sete regiões

⁸O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) é uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos. Efetiva a partir de 1981, foi fundada após anistia política por Hebert de Souza, o Betinho, e os companheiros de exílio Carlos Afonso e Marcos Arruda.

⁹O Instituto Pólis é uma ONG (Organização Não Governamental) de atuação nacional e internacional. Fundado em 1987, o Pólis atua na construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas, por meio de pesquisas, assessoria e formação que resultem em mais políticas públicas e no avanço do desenvolvimento local.

metropolitanas– Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador– e o Distrito Federal) apontaram a violência como sua principal preocupação no país, sendo que nas três regiões restantes essa figurou no segundo lugar. Conforme essa pesquisa, a segunda preocupação mais presente entre os entrevistados esta relacionada aos temas do trabalho e do desemprego, antiga preocupação prioritária.(CARA; GAUTO, 2007, p.176)

Outro tema de muita relevância é sobre sexualidade da juventude. Segundo Lorena Bernadete da Silva e Miriam Abramovay (2007) afirmam que a sexualidade vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de destaque no contexto das grandes inquietações que inquietam a comunidade mundial, tanto no campo da educação quanto no da saúde, contribuindo, em especial, na preocupação com problemas que vem atingindo os jovens de todo o planeta, como saúde sexual e reprodutiva, gravidez na adolescência, aborto inseguro, DSTs e AIDS. (SILVA; ABROMOVAY. 2007)

A sexualidade é iniciada, nos tempos de hoje, mais cedo. Sabemos que a influência da mídia e da sociedade gera um aceleração da sexualidade, a tentativa é sair da infância para a fase adulta pelo trabalho e iniciação sexual. Podemos então destacar que a sexualidade também é uma construção social como afirmação para a fase adulta, principalmente em uma sociedade machista na qual o jovem é induzido a transar com muitas meninas para se afirmar como homem.

Se antes apenas os meninos iniciavam cedo a vivência sexual porque as meninas eram mais vigiadas, atualmente ambos os sexos apresentam iniciação precoce independente do gênero, pois ainda que se mantenha a ideologia de gênero que “é reproduzida pela família, que considera que homens e mulheres lidam de maneira distinta com o desejo e que as jovens devem ser contidas, retardando sua iniciação sexual. (SILVA; ABRAMOVAY, 2007, p.236)”, tal distinção vem sendo paulatinamente superada.

Trabalho, desemprego, sexualidade, participação, protagonismo, agrupamentos, são expressões de juventude que a todo o momento são debatidos e estão permeando os meandros da juventude, devemos, então, perceber que está juventude busca o trabalho, o esporte, o lazer, a amizade, a cultura, a educação, a assistência social e tais aspectos implicam no desenvolvimento integral e formativo da juventude. A proteção social com fortalecimento de vínculos potencializa ações que são de fundamental importância para juventude, neste contexto iremos dialogar no próximo tópico a respeito das Políticas Públicas de Juventude desenvolvidas no Brasil.

2.3 JUVENTUDES NO BRASIL

Podemos destacar que nos anos 90 assistimos a um crescimento do quantitativo de jovens no Brasil. Isso exige ações e políticas públicas específicas para as juventudes, pois as mudanças que os jovens vivenciam - físicas, emocionais, sociais dentre outras – são singulares e necessitam de intervenções específicas. Em consonância com a Organização das Nações Unidas que classifica etariamente a juventude entre 15 e 24 anos e afirma que a maioria desse público se encontra em países em desenvolvimento, no Brasil o Estatuto da Juventude, em seu artigo primeiro, adota faixa etária semelhante, ampliando-a em cinco anos, e estabelece os direitos dos jovens, bem como os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude para pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove anos) de idade.

O livro *A juventude Brasileira no Contexto Atual e em Cenário Futuro*, tem por objetivo principal subsidiar a formulação de políticas e ações voltadas para a juventude. Ele é constituído de uma coletânea de textos preparados por especialistas com dois cenários: o panorama atual, contendo informações baseadas no Programa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD- 2007 e um cenário prospectivo, com projeções da população até o ano 2030. Utilizaremos escritos dos autores Rosemary Barber-Madden¹⁰ e Bruno Abe Saber¹¹ em seu artigo *A situação dos jovens no mundo* para iniciar a discussão sobre a população jovem no mundo:

De acordo com estatísticas de 2007 da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 1,2 bilhão de pessoas tinham entre 15 e 24 anos, sendo que a grande maioria desses jovens vivia nos países em desenvolvimento, trazendo consigo reflexos dos principais problemas que afetam os países onde vivem. Ainda que se perceba um crescimento da população jovem em números absolutos – estima-se que, até 2025, haverá um acréscimo de 72 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos vivendo no mundo -, a proporção de jovens na população mundial já atingiu seu auge e, espera-se, a partir de agora, uma diminuição gradativa deste contingente até 2025, ano em que essa taxa deverá estabilizar-se em torno de 23% do total da população, declinando paulatinamente a partir de então. (MADDEN; SABER, 2007, p.19)

A conceituação de população jovem (15-24) pelas Nações Unidas, foi feita pela primeira vez em função do ano internacional da juventude, em 1985, essa escolha baseou-se em fundamentos apropriados que coincidem com importantes períodos de transição no ciclo de vida. A idade de 15 anos, no caso das mulheres, é considerada como o início do período

¹⁰ Doutora em Administração Pública pela Universidade de Temple (EUA), é, atualmente, pesquisadora associada da Universidade de Brasília, professora, Mailman School of Public Health, Columbia University, New York, NY, USA, Ex Representante, UNFPA, Brasil.

¹¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e mestre em Ciências Sociais pela mesma universidade. É, também, analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

reprodutivo e os 24 anos podem ser considerados como a idade em que normalmente o jovem conclui o ciclo formal da educação e pode se ingressar no mercado de trabalho (Madden, Saber, 2007).

Países e cidades que possuem um número significativo de jovens possuem muitos desafios e um deles é colocar na pauta de governo ações específicas para este público, os gestores devem compreender a importância política desse grupo, todavia, lembramos que a juventude no mundo e no Brasil foram esquecidas, ou inviabilizadas, por décadas e com isso algumas políticas públicas deixaram de serem prioridades como educação, trabalho, esporte e lazer dentre outras como saúde e assistência social para a juventude.

Segundo Madden e Saber (2007), a reação da comunidade internacional a esse quadro teve como um de seus marcos principais a Cúpula do Milênio, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs¹². A partir da qual foi estabelecida uma série de objetivos e metas para que os países, de forma convergente e orientada, enfrentassem os problemas mundiais que assolam a vida de milhões de pessoas, sobretudo da população mais jovem.

Os autores, de acordo com dados de 2004 do Banco Mundial, apontam que 208 milhões de jovens viviam com menos de um dólar por dia e cerca de 511 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos, quase a metade do número de jovens em todo o mundo, sobreviviam com menos de dois dólares por dia. Ademais, 160 milhões deles encontravam-se subnutridos residentes na Ásia e na África. Estes resultados de pobreza e a falta de oportunidades deixam os jovens mais propícios ao mundo do crime, pois o Estado não consegue se fazer presente com as políticas públicas, principalmente, no que concerne a educação de qualidade e adequada formação profissional. Tais carências influenciam o aumento do envolvimento com o tráfico e com a exploração sexual:

Como resultado desse quadro de exclusão social, a pobreza acentuada e a falta de oportunidades tornam os jovens mais propensos a buscarem alternativas de obtenção de renda por meio do ingresso em grupos armados e gangues de rua. Eles se tornam também mais vulneráveis a exploração sexual, agravando o quadro de violência já característico das grandes cidades e sujeitando os jovens a comportamentos sexuais de risco, como a possibilidade da infecção pelo HIV/AIDS. (MADDEN; SABER, 2007, p.24)

¹²As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

O Brasil vivencia em 2016 uma desaceleração da economia que aumenta impostos, reduz o Estado nas políticas sociais e proporciona, assim, uma redução na criação de empregos, e programas e projetos específicos, afetando, principalmente, os jovens, pois muitos não possuem experiência ou escolaridade tornando mais difícil uma colocação no mercado de trabalho como afirma o IBGE em 2016 onde existem quase 11 milhões de pessoas desempregadas atualmente, dentre elas muitos jovens.

Autores como Abramo(2007) e Madden e Saber (2007), afirmam que ao longo das últimas décadas, vários países iniciaram o desenvolvimento de políticas públicas centradas na juventude, sem, contudo, estabelecerem estruturas específicas para a efetiva participação juvenil. Muitos países, bem como o Brasil, não privilegiam o diálogo com os jovens e realizam ações pontuais e projetos descontextualizados para a juventude. Tal lacuna já havia sendo observada e combatida no Brasil, e, posteriormente, iremos, neste estudo, apontar algumas poucas ações do governo federal que foram criadas para fomentar instâncias de participação juvenil no Brasil.

É necessário atrair os jovens para as decisões do Estado e participar das ações de criação e implementação das políticas públicas de juventude e de assistência social, pois estas devem proporcionar aos jovens os meios de comunicação e de acesso às instâncias de inserção nas instâncias governamentais. Para Madden e Saber(2007), o protagonismo juvenil só é efetivado com um voto de confiança dos jovens, então:

O protagonismo juvenil só é efetivo quando um voto de confiança é dado aos jovens, envolvendo-os nos processos decisórios e consolidando o espírito de cidadania dos indivíduos participantes. É preciso assim que o Estado apoie as organizações que possuam exemplos de sucesso na realização de ações com e para os jovens, caracterizadas pela gestão participativa, a intersetorialidade e a capacitação dos indivíduos. Nesse âmbito, o fortalecimento de instâncias locais de participação permite à juventude encontrar canais de inserção mais ligados à sua vida cotidiana, despertando nos mesmos a importância de conhecerem seus direitos e deveres para que exerçam um papel protagonista na sociedade, adquirindo responsabilidades para com ela.(MADDEN; SABER, 2007, p.37)

O importante é que possamos proporcionar aos jovens encontros com os gestores, sem espaço para medo ou receio de escutar e dialogar, para estabelecer um canal de abertura nas gestões, principalmente, as municipais, pois são elas que estão mais próximas dos usuários. Acreditamos que é no município que os esforços para superação das dificuldades de nossa juventude possam ser superadas, mas é necessário também uma maior integração entre as secretarias municipais e estaduais, além do apoio dos ministérios em um trabalho intersetorial possibilitando que as políticas públicas de juventude tenham uma maior integração, eficiência e eficácia.

Segundo o IBGE (2010) o Brasil tem 50,2 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos(Estatuto de Juventude). Desses, 34 milhões têm entre 15 e 24 anos. De acordo com a Secretaria Nacional de Juventude, é nessa faixa etária que se encontra a parte da população brasileira mais atingida pelos índices de desemprego, evasão escolar, mortes por homicídio e envolvimento com drogas e com a criminalidade. Para enfrentar esses desafios, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238, assinada em 1º de fevereiro de 2005. No mesmo ato, foram criadas a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que em 2015 se concretizam como uma das ações governamentais, após a constituição de 1988,que concebe os jovens sujeitos de direitos e de políticas públicas a nível nacional.

Por muitos anos, os movimentos em prol da juventude reivindicam aos governos uma maior participação, em especial, a União Nacional dos Estudantes (Une) uma das principais entidades estudantil do Brasil, além das ONG's, da Pastoral da Juventude da Igreja Católica, dentre tantos outros. Os Governos não praticavam a integração ministerial para averiguar e articular o que estaria sendo feito para a juventude brasileira de maneira global, foi somente em 2004 que foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para realizar os principais levantamentos das políticas públicas de juventude, que se desenvolviam desarticuladamente:

A implementação de uma Política Nacional de Juventude era uma antiga reivindicação dos movimentos juvenis e de organizações da sociedade civil. Para concretizá-la, foi instituído em 2004, o Grupo Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. O GTI, que era composto por 19 Ministérios e Secretarias, que fez um levantamento de todos os programas voltados para o segmento e analisou detalhadamente as políticas públicas, os estudos e diagnósticos existentes sobre a juventude brasileira. A partir desse trabalho, o Grupo identificou os principais desafios da Política Nacional de Juventude e apontou a necessidade de integração das iniciativas desenvolvidas pelos órgãos governamentais que atuam com a pauta juvenil. Além disso, sugeriu a criação de um Conselho Nacional de Juventude e de uma Secretaria Nacional de Juventude, vinculados à estruturada Secretaria-Geral da Presidência da República. (BRASIL, 2007, p.172)

Seguindo as orientações do Grupo, foi criado em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), dando um passo decisivo para a construção da política juvenil (BRASIL, 2007). Segundo a Secretaria Nacional de Juventude(SNJ) é importante ressaltar que até então a juventude era tratada, pelo Estado brasileiro, apenas como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta. Em função do próprio ECA, as políticas para o segmento estavam restritas ao universo de jovens com idade até 18 anos e a partir desta idade o Estado os enquadrava automaticamente no segmento

de adultos, com acesso às políticas universais, a exemplo daquelas voltadas para a educação e a saúde, sem qualquer reconhecimento de suas especificidades (BRASIL, 2007).

A SNJ, em seus trabalhos iniciais, apontava como maior desafio mostrar que a juventude é um segmento social com especificidades relevantes e que os jovens são não somente sujeitos de direito, mas também importantes agentes do projeto de desenvolvimento do país. Considerou fundamental que a Política Nacional de Juventude fosse uma Política efetivamente de Estado, ou seja, uma política permanente e independente de futuras correntes partidárias que venham a se estabelecer no poder executivo, tanto federal como nos estados e municípios. Importante destacar, todavia, que as ações a nível nacional fortalecem as políticas municipais pois “forçam” os gestores a entrarem com convênios para implementação dos programas, projetos e serviços em seus municípios.

Salientamos que a PNJ vem desenvolvendo ações de transversalidade, principalmente com a política de educação, esporte e assistência social. Assim percebe-se que a tentativa de incluir a pauta juventude em outras políticas públicas é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações e projetos. Em Maracanaú se observa ações conjuntas entre a secretaria de juventude e assistência social por exemplo. O trabalho conjunto na pauta da juventude possibilita, inclusive, maior viabilidade dos jovens desenvolverem condições de se apropriar dos programas e projetos e assim terem oportunidades de serem protagonista destas políticas e de sua vida na comunidade.

Nesse contexto, cabe à Secretaria Nacional de Juventude o papel de articular as ações dos diversos Ministérios, sob a orientação da Política Nacional de Juventude, garantindo que os programas façam frente aos desafios desse segmento, mas evitando iniciativas redundantes ou fragmentadas destes órgãos (BRASIL, 2007), nesse sentido podemos citar algumas ações conjuntas destes ministérios tais como:

Além disso, a exemplo do que ocorre em vários estados e municípios e em outros países que adotam políticas públicas voltadas para a juventude, a Secretaria Nacional de Juventude tornou-se referência, no governo federal, para a população jovem. A Secretaria está vinculada à estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República e coordena o programa Projovem Integrado. Este programa foi criado em 2007 a partir da unificação de outras seis iniciativas voltadas para o público juvenil. O Projovem Integrado atua por meio de quatro modalidades, executadas pela Secretaria Nacional de Juventude (Projovem Urbano); Ministério da Educação (Projovem Campo); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Projovem Adolescente); e o Ministério do Trabalho e Emprego (Projovem Trabalhador). (BRASIL, 2007, p.173)

Além da secretaria, podemos destacar outra ferramenta que proporcionaram às políticas de juventude uma maior participação nas discussões e debates nas políticas públicas,

o CONJUVE no qual objetivo principal é de acompanhar a política e propor seu fortalecimento, podendo realizar estudos, propor ações e acompanhar os resultados das políticas públicas de juventude.

Diferente de outros conselhos de direito que são paritários e que há uma composição formada pela sociedade civil em meia parte e a outra metade indicada pelos governos, No CONJUVE a sociedade civil é a maioria, em torno de dois terços, e isso é muito importante nas discussões das políticas a nível nacional, estadual e municipal, por possibilitar maior participação de membros interessados da sociedade que se configuram o objeto das políticas. A criação do conselho a nível nacional se torna uma cascata nos estados e municípios, sendo assim obrigatório para as gestões organizarem na sociedade e entre as secretarias uma articulação para que se possa formar os conselhos municipais.

O conselho tenta implementar o termo juventudes¹³, pois lá participam negros, indígenas, jovens de movimentos religiosos, jovens rurais e urbanos enfim, uma parcela plural da população com especificidades por vezes distintas, mas que têm muito a contribuir neste processo de participação social indicando suas demandas e assim possibilitar o tão sonhado protagonismo juvenil. Assim, o conselho se destaca como mais uma ferramenta de consolidação desta política, ele é assim constituído:

O Conselho é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para os jovens: a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude, além das Associações de Prefeitos. Essa composição foi estruturada de forma que as ações para a juventude sejam articuladas em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), o que contribuirá para consolidação da Política Nacional de Juventude como uma política do Estado brasileiro. (Brasil, 2007, p.174)

Dentre os muitos desafios da política de juventude, são trabalhadas a nível nacional, cinco dimensões que a política nacional de juventude articula que são: a inclusão, participação, dimensão institucional, internacional e o marco legal. Segundo o IBGE (2010), existem ainda 4,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos fora da escola, do mercado de trabalho e sem acesso aos bens culturais e ao esporte. Este quantitativo é muito preocupante pois em

¹³Para Oscar Dávila León, no artigo “Adolescência e juventude: das noções e abordagens”, da publicação da ação Educativa, com o fortalecimento do debate acerca da adolescência e juventude, surge também a necessidade de pluralizar os termos para se referir a tais coletivos sociais, referindo-se a essas fases como “adolescências” e/ou juventudes”, o que mostra de forma mais consistente a heterogeneidade que ocorre nesta fase, pois como dito acima, esse período ocorre de forma diferente para cada um – que vai depender do cotidiano, local onde o sujeito vive e circunstâncias da vida, classes sociais e contextos sócio-culturais.

algumas cidades, como Maracanaú, a população jovem é muito grande e se fazem necessárias políticas de juventudes urgentemente. Na primeira dimensão da política nacional que é a inclusão, destacamos alguns programas ou projetos que são e /ou foram referências de políticas de juventude no Brasil:

Quadro 1 – Programas/projetos de inclusão para a juventude

PROGRAMA / PROJETO	CONTEÚDO
Projovem Urbano	Executado pela Secretaria Nacional de Juventude, o Programa é uma nova versão do Projovem Original e combina formação do Ensino Fundamental com iniciação profissional, práticas de cidadania e inclusão digital. O pagamento mensal do auxílio financeiro permanece condicionado à entrega de 75% dos trabalhos escolares e frequência de 75% às aulas. Além da ampliação da faixa etária, o novo programa não exclui mais os jovens que têm vínculo formal de trabalho. Essas duas medidas contribuíram de forma significativa para ampliar a participação do público-alvo no Programa.
Projovem Adolescente	Executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Projovem Adolescente destina-se a jovens de 15 a 17 anos, que se encontram em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integrem famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Trata-se de uma reformulação do Programa Agente Jovem, que até 2008 atendeu 184.866 adolescentes em todo o Brasil. A modalidade oferece proteção básica, assistência às famílias e elevação de escolaridade, além de contribuir para a redução dos índices de violência, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez na adolescência e do uso de drogas. O Programa já atende aproximadamente 399 mil adolescentes e pretende chegar a 600 mil jovens até o final de 2009.
Projovem Campo	Sob responsabilidade do Ministério da Educação, o Projovem Campo veio substituir o Programa Saberes da Terra, que até o ano de 2008 beneficiou mais de 5 mil jovens. A modalidade destina-se a jovens de 18 a 29 anos que trabalham na agricultura familiar, oferecendo a conclusão do Ensino Fundamental em regime de alternância, ou seja, alternando as aulas presenciais com atividades educativas não presenciais, de acordo com o ciclo produtivo do campo. Segundo dados de agosto de 2009, 29 mil jovens estão sendo atendidos pelo Projovem Campo, que pretende alcançar 77 mil jovens
Projovem Trabalhador	A modalidade visa preparar o jovem para o mercado de trabalho, por meio de ocupações alternativas que gerem renda. Podem participar jovens que estejam desempregados, com idade entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O Programa é executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e surgiu da unificação dos programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, que juntos atenderam, até 2008, 252,6 mil jovens. Dados de agosto/2009 revelam que o novo Programa atende no momento 188 mil jovens, pretendendo alcançar, até o final do ano, a marca de 225 mil beneficiários.

Programa Universidade para Todos	O ProUni já concedeu 434.662 bolsas para jovens de baixa renda em todo o Brasil até o final de 2008. A meta do governo federal é conceder, até 2011, um total de 720 mil bolsas em todo o país.
Programa Segundo Tempo	Criado em 2003, o Programa tem por objetivo democratizar a prática esportiva e já beneficiou 3,2 milhões de crianças e jovens expostos ao risco social. Somente em 2008, foram investidos R\$ 296 milhões para este fim.
Programa Bolsa Atleta	Programa presta auxílio financeiro a atletas de alto rendimento que não têm patrocínio. Somente em 2008, o programa assegurou 3.313 atendimentos a atletas de todo o Brasil.
Praças da Juventude	São complexos esportivos construídos em regiões de vulnerabilidade social. Uma praça já foi construída em Sergipe e outras 13 estão em fase de licitação nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará, Acre e Rio de Janeiro.
Expansão do Ensino Técnico	Até 2010 o país contará com 214 novas escolas técnicas em pleno funcionamento. Até o primeiro semestre de 2009, 66 delas estão funcionando em instalações definitivas, outras 90 estão em obra e 58 em fase preparatória para início da construção.
Expansão da Educação Superior (Reuni)	Até 2010 a meta do governo federal é construir 16 novas universidades federais e 100 novos campi. Desse total, 12 universidades já estão funcionando e outras 4 estão com os projetos de criação tramitando no Congresso Nacional. O país conta, também, com 67 campi em funcionamento e 33 em obras.

Fonte: Brasil, 2007, p.179-180.

Estes projetos e programas, implementados desde 2005, potencializaram as políticas públicas em todas às áreas em âmbito nacional, estadual e municipal para a juventude em vulnerabilidade social. A participação social, o protagonismo, a escolarização e a qualificação profissional foram os maiores objetivos destes programas, sendo o protagonismo e a cidadania destaques em todos os programas Projovem, pois o envolvimento intersetorial dos ministérios e secretarias estaduais e municipais foi fundamental para implantação das políticas públicas.

Um fator positivo ainda no ano de 2005 foi a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional permitindo afinar um debate nacional dos pressupostos teóricos e acadêmicos sobre as políticas públicas brasileiras nessa temática, e, para fortalecer ainda mais, tivemos a implementação, pela Assistência Social do Sistema Único (SUAS), o programa agente jovem e, em 2008, o Projovem Adolescente. Percebemos então uma coesão de vertentes para potencializar, em especial nos últimos onze anos (2005-2016), as políticas de juventude e assistência social, porém, em todo momento, vivemos uma correlação de forças que ora fortalecem, ora dificultam tais programas devido os ajustes financeiros.

Em referência a segunda dimensão que é a participação, o destaque foi a realização da 1ª Conferência de Juventude realizada em abril de 2008, com as seguintes temáticas: Juventude e Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional, Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude, Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude. O debate foi realizado em todo o Brasil a partir de agosto de 2007, e a conferência a culminância, em 2015, foi realizada a 3ª Conferência Municipal, em Maracanaú e, em 2016, será também a 3ª Conferência Nacional.

Já na terceira dimensão, destacamos a dimensão institucional que nada mais é do que a presença do Estado no debate e nas discussões de política de juventude, na qual se efetiva a parceria entre os entes federados, como vemos:

Esta é uma dimensão fundamental para que a Política Nacional de Juventude se transforme em uma Política de Estado. Essa conquista só será possível a partir do estabelecimento de uma rede de espaços institucionais de juventude em todos os estados e municípios brasileiros. Em quatro anos e meio de trabalho da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, alguns avanços já foram registrados, com a criação de Conselhos, Secretarias e Coordenadorias de Juventude, além do Fórum Nacional de Gestores da Juventude. Atualmente, cerca de 700 municípios e 22 estados já possuem organismos de juventude. (BRASIL, 2007, p.182)

A quarta dimensão da Política Nacional de Juventude se refere à dimensão internacional, pois é muito importante a socialização das informações e experiências, bem como a participação do Brasil em outras conferências e organizações de juventude no mundo. Segundo a SNJ, o Brasil participa, desde 2008, da Organização Ibero – Americana de Juventude (OIJ) na qual inclui Portugal, Espanha e os países da América Latina.

Já a quinta e última dimensão é sobre o marco legal desta política de juventude em nosso país, destacamos a proposta de emenda constitucional 042/2008 que assevera:

Conhecida como PEC da Juventude, a Proposta de Emenda Constitucional 042/2008 foi aprovada em 2008, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados, e no momento aguarda aprovação do Senado Federal. A PEC regulamenta a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude brasileira, inserindo nominalmente o segmento no texto constitucional. Com sua aprovação, a palavra “jovem” passa a integrar o Capítulo VII da Constituição, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, a exemplo do que já ocorre com as crianças, adolescentes e idosos. (Brasil, 2007, p.184)

O Projeto de Lei 4530 / 2004 acrescenta:

Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004) - O texto da PEC 042/2008 sugere ainda a necessidade de aprovação do Plano Nacional de Juventude (PL 4530/2004). O Plano conduziria o país por um conjunto de metas sobre os direitos dos jovens, que deverá ser cumprido nos próximos dez anos pela União, em parceria com estados, municípios e organizações juvenis, envolvendo ações das mais diversas

áreas, como cultura, saúde, esporte, cidadania, trabalho, inclusão digital e educação, entre outros. (Brasil, 2007, p.184)

Somando-se a emenda constitucional e ao projeto de lei supramencionados, o terceiro marco regulatório da Política Nacional de Juventude é o Estatuto de Juventude, no qual se fala em emancipação. Esta Lei, 12.852 de 05 de agosto de 2013, é a que garante a participação dos jovens na formulação de políticas públicas, bem como os recursos aos programas e serviços:

O documento regulamenta os direitos dos brasileiros entre 15 e 29 anos e determina que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar diversos direitos aos jovens como o direito à participação social e política, à igualdade racial e de gênero, à saúde e sexualidade, à educação e representação juvenil, à profissionalização e ao trabalho, entre outros. (BRASIL, 2007, p.184)

Observa-se, no contexto do Brasil, que as políticas públicas de juventude se consolidaram na década de 90, sendo discutida após o ano de 1985, no qual a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou ser este o ano internacional da juventude. Segundo os autores Maria Celeste Magalhães Cordeiro e Josbertini Virgíneo Clementino (2014) o Estado de São Paulo foi um dos primeiros Estados a debater em 1986 e instituir o Conselho Estadual de Juventude, seguido do Estado de Minas Gerais, em 1987.

A juventude teve um importante papel de protagonismo, pois em todo o país a ebulição na luta pela democracia era latente, além disso, foi desempenhada uma maior participação entre os adolescentes nas discussões de questões sociais e políticas. Segundo Cordeiro e Clementino (2014) diversas juventudes se uniram para a campanha “Se liga 16”, que era destinada para arrecadar assinaturas na busca de legitimar o voto facultativo dos adolescentes de 16 e 17 anos. Foram recolhidos mais de um milhão de assinaturas.

Destacamos, então, a participação da juventude em todo o Brasil pela democratização no país, a participação na constituição de 1988 e pela luta pela efetivação das políticas públicas. Com a criação da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 se efetivaram os direitos de crianças e adolescentes no Brasil é assegurava-se outra ferramenta de políticas públicas de juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi importante para proteção integral e a efetivação deste conjunto de leis. Outro fato político que demandou grande participação de nossa juventude foi o impeachment¹⁴ do Presidente Fernando Collor de Melo, em 1993, no

¹⁴ Segundo o dicionário Aurélio é um processo instaurado com base em denúncia de crime de responsabilidade contra alta autoridade do poder executivo (p.ex., presidente da República, governadores, prefeitos) ou do poder judiciário (p.ex., ministros do S.T.F.), cuja sentença é da alçada do poder legislativo.

qual a participação de muitos jovens com as caras pintadas com as cores da bandeira foram um marco histórico, ficando conhecido como movimento das “caras pintadas”.

Celeste e Clementino (2014), destacam também a posse do Vice Presidente Itamar Franco, que, em 13 de julho de 1993, instituiu a Semana Nacional do Jovem, pela Lei 8.680, e, além disso, criou uma assessoria de juventude, possibilitando a primeira articulação de gestores para o debate das políticas públicas de juventude. Vejamos:

Em 1997, dois anos depois do I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude realizado em 1995 no Rio de Janeiro, no âmbito do Governo Federal criou-se uma assessoria específica de juventude, vinculada ao gabinete do Ministro da Educação. Neste mesmo ano constituiu-se a primeira articulação nacional de gestores de juventude de governo e articulação nacional focada especificamente na promoção das Políticas Públicas de Juventude (PPJ) e a Organização Brasileira de Juventude – OBJ. (CELESTE; CLEMENTINO, 2014, p.190)

Os autores Celeste e Cordeiro (2014), afirmam que entre 1995 e 2002, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), não houve políticas estratégicas específicas para a juventude, o jovem era visto como um risco social e os programas eram formulados ao tema de violência, consumo e tráfico de drogas e ao desemprego. Muitas universidades iniciavam grandes discussões sobre a temática juventude no Brasil, como a Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fluminense (UFF) que fomentam observatórios de juventude que buscavam ampliar esta temática.

Esses debates, ainda mais embrionários, são de fundamental importância para levar a compreender que a juventude necessitava de um olhar focado em suas necessidades, que são bem específicas. Após as academias iniciarem o debate, o congresso nacional também leva a temática juventude para as comissões e, em 2003, o debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de nº 138, conhecida como PEC da Juventude, foi aprovada em 2010. Somente, no entanto, em 05 de agosto de 2013, pela Lei 12.852, foi aprovado o Estatuto de Juventude.

Percebe-se que o debate sobre políticas públicas de juventude é bem amplo nos dias atuais, porém, existem ainda muito estereótipos que associam a imagem dos jovens a violências. É constante o senso comum afirmar que é a juventude a causadora maior da violência, logo, o desafio das políticas públicas atuais é, também, alcançar o envolvimento do maior número de jovens e continuar oferecendo inúmeras atividades de fomento a cidadania e inclusão social. Compreendemos que foram explicitados os primeiros passos de como as políticas públicas de juventude foram se constituindo e se efetivando, em especial a partir de 2005, com a criação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude.

Cientes de que falta muito ainda para se consolidar todos os direitos de nossos jovens e quem sabe ver, em breve, um novo panorama no qual se busque realmente a participação efetiva dos jovens nas políticas de juventude, iremos, no tópico seguinte, explicitar mais especificamente o programa que nos propomos a estudar: o Serviço de Convivência Adolescente.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA AS JUVENTUDES: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE

3.1 CONTEXTUALIZANDO OS MARCOS LEGAIS

Para que possamos compreender o Serviço de Convivência, é necessário antes mencionar a importância de algumas legislações ao longo da história que contribuíram para o fortalecimento do Serviço de Convivência Adolescente. Vamos analisar brevemente alguns itens da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, da Tipificação Socioassistencial, da Norma Operacional Básica – NOB e do Reordenamento do Serviço de Convivência. A compreensão de tais instrumentos fortalece o Serviço de Convivência Adolescente pelo fato de a Política de Assistência Social reconhecer que a Proteção Social Básica se destina às pessoas que estão em vulnerabilidade social.

Segundo as normativas, como a tipificação, é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) por isso, a necessidade de apresentar as legislações de fortalecimento deste serviço.

A Política de Assistência Social, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, faz parte do Sistema de Seguridade Social, e desde então se configura um novo marco para o fomento à cidadania, pois instituiu uma política não contributiva onde o Estado deve ser o principal condutor e financiador. Destacamos na constituição o título VIII da Ordem Social, no capítulo II da seguridade social:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (EC no 20/98)

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Segundo a autora Potyara (2012), no capitalismo não há lugar para a política social como direitos, isso decorre da dificuldade de implantação prática da política de assistência social mesmo esta sendo assegurada na constituição:

E sendo a assistência a mais nova pleiteante desse status, em momento histórico hostil a essa pretensão, ela tem sido a política mais propensa a arcar com o ônus do desmonte contemporâneo dos direitos sociais, inclusive em seu seio. É ela por conseguinte, a política na qual se observam os retrocessos mais dramáticos das conquistas sociais previstas na Constituição Federal brasileira vigente, promulgada em 1988. (POTYARA, 2012, p.16)

Segundo Maria Carmelita Yasbek (2012), a Constituição Federal de 1988 e a LOAS, implantada em 1993, trouxeram a questão da seguridade social e da Proteção Social um campo do direito, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, vale salientar que antes da Constituição as Organizações Não Governamentais (ONGs) realizavam as funções do Estado e para as creches havia uma vinculação de Assistência Social, mas com a atual constituição o Estado se apropria de sua função.

Yasbek, Couto e Raichelis (2012), também fazem críticas à Constituição pela morosidade da inserção do texto constitucional sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ser desenvolvido. Este teve uma demora de cinco anos para efetivação dos direitos para os usuários:

Da carta constitucional à aprovação da Loas passaram-se cinco anos, para o pagamento do único benefício previsto na lei (e já na constituição em seu artigo 203) para idosos e portadores de deficiência, passaram-se mais dois anos e com severas restrições do ponto de vista do vínculo do benefício (um salário mínimo mensal) a um baixíssimo corte de renda per capita dos beneficiários. (COUTO; YASBEK; RAICHELES, 2012, p.56)

O importante analisar é que a Constituição trouxe para a discussão política e para a sociedade, o reconhecimento de direitos que ao longo da história brasileira foram negados pelo Estado. Outro ponto importante é trazer o debate da pobreza e de toda forma de desigualdade social, tornando possível transformar o assistencialismo ou a ação social em uma política garantidora das políticas sociais e de direitos, sem a característica de favor. O Serviço de Convivência Adolescente, então, tem sua primeira contribuição como política pública vinculada a Proteção Social Básica inserida na Política de Assistência Social. Logo, clarifica-se que caso não existisse a vinculação desta seguridade social e a criação de tais

políticas, dificilmente teríamos o Serviço de Convivência realizado nos CRAS e Centro de Convivência Social no Brasil e em especial em Maracanaú, o local da desta pesquisa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, aprovado em 13 de julho de 1990 pela Lei 8.069, também proporciona aos usuários do Serviço de Convivência, que são os adolescentes, amplos direitos até então negados para esta categoria. A proteção integral ensejada pelo ECA é fundamental para o processo de crescimento e aprendizagem, com isso este Estatuto tenta garantir a liberdade e dignidade para crianças e adolescentes. Salientamos que este documento é um instrumento de cidadania, para além de regulador de direitos e deveres.

Destacamos o artigo terceiro do ECA, no qual se destaca que crianças e adolescentes gozam dos direitos fundamentais. Ele assevera que o Estado, a família e a sociedade devem garantir total apoio para que seja garantida a proteção integral, vejamos:

Art. 3º a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O ECA e a Constituição asseguram uma ampla participação e controle da sociedade no desenvolvimento das políticas públicas, principalmente com o surgimento do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O Estatuto da Criança e do Adolescente concebeu um Sistema de Garantia de Direitos – SGD, cujo modelo estabelece uma ampla parceria entre o Poder Público e a sociedade civil para elaborar e monitorar a execução de todas as políticas públicas voltadas para o universo da infância e adolescência.

Cabe citar os artigos 86, 87 e 88 do ECA com vistas a enfatizar suas relevâncias. O artigo 86 menciona a política de atendimento através de um conjunto articulado de políticas públicas, já o artigo 87 fornece as linhas de ação da política de atendimento, vejamos:

art. 86. a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da união, dos estados, do distrito Federal e dos municípios.

art. 87. são linhas de ação da política de atendimento: **I** - políticas sociais básicas; **II** - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; **III** - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; **IV** - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; **V** - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. **VI** - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo

exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; **VII** - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

O artigo 88º traz elementos importantes para o atendimento da criança e do adolescente, como a municipalização no atendimento que é fundamental para a implantação do Serviço de Convivência Adolescente e a criação dos Conselhos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que garantem a criação dos conselhos e a fiscalização das políticas públicas para crianças e adolescentes dentre outros aspectos pertinentes, como se observa:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurados a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político administrativa; IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; V - integração operacional de órgão do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; VI - mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Outro arcabouço que contribui com o Serviço de Convivência é a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, sua implementação foi no dia 07 de dezembro de 1993, sendo instituída pela Lei 8.742, que estabelece normas e critérios para organização da Assistência Social. Como é um direito dos usuários desta política, a importância da LOAS é significativa pois vai proporcionar definição de leis, normas e critérios objetivos desta política além de subsidiar elementos legais para aprimorar os serviços para a população.

A LOAS em seu artigo 2º trata do objetivo da Assistência Social que é: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, II - o amparo às crianças e adolescentes carentes¹⁵; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência¹⁶ e a promoção de sua

¹⁵A palavra “carentes” expressa no inciso II do artigo, encontra-se em desuso, tendo a Administração Pública empregado, na prática e nos documentos relacionados à política de assistência social, a expressão “em situação de vulnerabilidade e risco social”;

¹⁶A expressão “pessoas portadoras de deficiência”, a que se referem os incisos IV e V do presente artigo, também se encontra em desuso, tendo sido substituída, na prática, pelo termo “pessoas com deficiência”, haja vista que a condição de deficiência faz parte da própria pessoa, que, assim, não tem como portar algo que já a integra. Neste sentido, cabe registrar que a Assembléia Geral das Nações Unidas, por intermédio da Resolução nº A/61/611, de 6 de dezembro de 2006, aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, corroborando o emprego da nova terminologia.

integração à vida comunitária; V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. No parágrafo único, institui-se que a assistência social deve ser realizada de maneira integrada às políticas setoriais, “visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais”.

Podemos destacar que o Serviço de Convivência Adolescente se baseia no que afirma a LOAS, pois é um serviço que busca a proteção social do adolescente e a integração de sua família através do fortalecimento de vínculo, além de trabalhar sua participação na comunidade. Importa inferir que os usuários deste serviço são todos inscritos no cadastro único demonstrando assim que são pessoas em vulnerabilidade social.

Os Serviços que são realizados na Assistência Social, segundo a LOAS, devem ser continuados, sem intervalos, definidas no art. 23 da LOAS, com objetivo de melhorar a vida da população observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social básica¹⁷ e especial¹⁸, de média¹⁹ e alta complexidade²⁰. Em

¹⁷ Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) a Proteção Social Básica é o nível de Proteção que tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A Unidade de Atendimento são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos territórios, seu serviço principal é o Atendimento Integral à Família – PAIF.

¹⁸ Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) a Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS-2005) é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. Na proteção social especial, há dois níveis de complexidade: média e alta, seu Serviço principal é PAEFI – Serviço de Atendimento Especializado a Indivíduos e Famílias.

¹⁹ É um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. A Unidade de atendimento é o CREAS.

²⁰ É considerado de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade (AC) aquele que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. De acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, quatro serviços compõem a Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional (que poderá ser desenvolvido nas modalidades de abrigo, casa-lar, casa de passagem ou residência inclusiva); Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família acolhedora; Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência.

Maracanaú, por exemplo, o Serviço de Convivência apresenta apenas um recesso entre o natal e o ano novo, voltando suas atividades em janeiro sem interrupção, para assegurar o cumprimento da lei, sendo nesse recesso organizados nos CRAS e no Centro de Convivência Social – CCS Timbó colônias de férias para as crianças e adolescentes.

Para corroborar com as ações continuadas que objetivam melhorar a vida da população, pois orienta aos profissionais e aos gestores que estes serviços não podem sofrer nenhum tipo de interrupção seja ela financeira ou administrativa e que estão amparadas pela LOAS e pela NOB/SUAS. Destacamos o Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004 que define as ações continuadas de Assistência Social, para destacar apresentamos o artigo vinte e três da LOAS que diz:

SEÇÃO III

Dos Serviços

Art. 23. Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: (Redação dada pela Lei nº 11.258, de 2005) I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; (Incluído pela Lei nº 11.258, de 2005) II – às pessoas que vivem em situação de rua. (Incluído pela Lei nº 11.258, de 2005)

Estas normativas proporcionaram organização da política, uma profissionalização e uma aproximação territorial dos serviços sendo executados no bairro dos usuários. Este território apresenta as questões sociais e as unidades de atendimento como os CRAS, que tem um papel fundamental para o enfrentamento destas questões, e o Serviço de Convivência Adolescente, que tem o papel de fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Cabe salientar que tal aspecto, nesta pesquisa, será colocado em discussão, pois ele é um dos objetivos específicos do estudo sobre o Serviço de Convivência Adolescente: será que a participação dos jovens está potencializando estas ações no território?

De acordo com as autoras Berenice Rojas Couto, Maria Carmelita Yasbeck e Raquel Raichelis (2012), a dimensão do território deve ser visualizada como um dos eixos da Política de Assistência Social:

A dimensão territorial é um dos eixos da Política de Assistência Social e que representa um avanço inovador ainda mais porque incorpora uma noção ampliada de território, para além da dimensão geográfica, concebendo-o como “espaço habitado”, fruto da interação entre os homens, síntese de relações sociais. (COUTO; YASBECK; RAICHELIS, 2012, p.73)

A importância da compreensão da dimensão territorial é fundamental para entender como a equipe do CRAS pode trabalhar em seus grupos, conhecendo o território e suas especificidades a equipe pode promover ações direcionadas às necessidades da população. Por exemplo, caso a equipe de profissionais do CRAS identifique que no território existe um grande número de adolescentes grávidas, então, pode se fazer necessário que se crie um grupo voltado à temáticas sobre saúde na adolescência, gravidez. Outra ação da equipe, nesse caso, pode ser potencializar o auxílio natalidade²¹ no município, tendo como fundamento o grande número de adolescentes grávidas. Compreender o território se configura importante, uma função dos profissionais dos CRAS, pois sem este entendimento será muito difícil o equipamento público interagir com a população e suas vulnerabilidades.

Outro aspecto de contribuição para o Serviço de Convivência Adolescente no Brasil foi a implementação, em 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual o atendimento e acompanhamento às famílias em vulnerabilidade social e a potencialização da política no território da população foram asseguradas. Os adolescentes são prioridade na construção desta política. O desafio então era elaborar marcos regulatórios para distanciar a ideia do assistencialismo e a do voluntariado, que por muitos anos eram ações embasadas nessas concepções que conduziam a Política de Assistência Social.

Ainda, na Política de Assistência Social, resquícios do patrimonialismo²² e paternalismo, que esteve e permanece presente em uma sociedade com vícios coloniais, logo, é um desafio a implementação do SUAS como garantia de direitos para a população em substituição as relações do favor, do apadrinhamento político, do primeiro damismo²³ e do clientelismo. O SUAS como política pública fortalece nos municípios os atendimentos aos usuários para o fortalecimento da garantia de seus direitos na contramão do assistencialismo, isso fortalece as proteções sociais como a básica e a especial, além de fomentar um sistema a

²¹ Em relação à regulamentação dos benefícios eventuais, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) editou a Resolução nº 212 em 19/10/2006 com a finalidade de propor critérios para a regulamentação na provisão destes benefícios. Os benefícios eventuais são provisões suplementares, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (Art. 1º - Decreto Presidencial – 2007).

²² Segundo Marx Weber em seus escritos em economia e sociedade, a dominação patrimonial e especialmente a patrimonial-estamental trata, no caso do tipo puro, igualmente todos os poderes de mando e direitos senhoriais econômicos e as oportunidades econômicas privadas apropriadas. [...] Para nossa terminologia, o decisivo é o fato de que os direitos senhoriais e as correspondentes oportunidades, de todas as espécies, são em princípio tratados da mesma maneira que as oportunidades privadas (WEBER, 2000, p. 155).

²³ Segundo a autora Iraíldes Caldas Torres em seus escritos: As primeiras – damas e a assistência social (2002) afirma que o nascedouro do primeiro-damismo no Brasil tem uma função política, uma vez que as mulheres dos governantes são chamadas a intervir no social, através de estratégias de enfrentamento à pobreza, desresponsabilizando o Estado de garantir à população o acesso a políticas públicas de caráter universal, considerando –se que a atuação da primeira-dama se dá no âmbito do voluntariado e da filantropia. (TORRES, 2002, p.24)

nível nacional, único, que orienta toda a política, a exemplo do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e os órgãos gestores - a nível Estadual, como a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e a nível municipal como a Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú – SASC.

Segundo o SUAS(BRASIL, 2005, p.14) são eixos estruturantes:

- a. Precedência da gestão pública da política;
- b. Alcance de direitos sócio assistencial pelos usuários;
- c. Matricialidade sociofamiliar;
- d. Territorialização;
- e. Descentralização político-administrativa;
- f. Financiamento partilhado entre os entes federados;
- g. Fortalecimento da relação democrática entre Estado e Sociedade Civil;
- h. Valorização da presença do controle social;
- i. Participação popular/cidadão usuário;
- j. Qualificação de recursos humanos;
- k. Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.

O SUAS proporcionou o fortalecimento da LOAS e consolidou a efetivação dos serviços, principalmente o de convivência que é continuado. Estes independem de governos, pois é uma política de Estado, dessa maneira, percebemos então a importância para a Assistência Social dentro da seguridade social não contributiva. O financiamento é um item fundamental para o crescimento de qualquer política pública, em especial uma política que atende a juventude. O financiamento possibilita a contratação de profissionais como orientadores sociais, facilitadores de cultura, esporte e informática, além de outras ferramentas de grande impacto dentro do serviço de convivência adolescente.

Um dos marcos legais mais importantes para o Serviço de Convivência é a Tipificação Socioassistencial Nº 109 / 2009 na qual temos pactuado todos os serviços existentes tanto na Proteção Social Básica como na Proteção Especial. A tipificação norteia o serviço de convivência adolescente para uma concepção de fortalecimento de vínculos no âmbito da proteção básica de assistência social, organiza e define os usuários, e sua implementação norteia os serviços na perspectiva de proteção que pretende minimizar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelos usuários.

Com a tipificação, os serviços socioassistenciais propiciaram unidades de atendimento no Brasil, mas nem todas, devido ao seu sistema único de comando, fomentam uma convivência entre sujeitos de direitos que se constituem à medida em que se relacionam nos municípios os grupos como o PAIF.

Nos grupos, os usuários são convidados a trabalhar suas escolhas, participar das discussões de comunidade, desenvolver sua autonomia e aprenderem entre si com a troca de experiências. Assim, temos o fortalecimento de vínculos na proteção social básica tomado

como finalidade do trabalho social com as famílias atendidas e acompanhadas, por isso que o PAIF é, pela tipificação 109 / 2009, o principal serviço realizado pelos CRAS, e o serviço de convivência adolescente é outro serviço que complementa o trabalho realizado no PAIF.

A tipificação fornece uma orientação a respeito de sua organização como política de Assistência Social, ele cita o nome do serviço e sua descrição para que os usuários e profissionais possam saber utilizá-los. A Tipificação explicita quem são os usuários que são os destinatários, ou seja, a quem se destinam às atenções da política. Outro ponto importante na resolução são os objetivos do serviço e os resultados que dele se esperam. Quanto às provisões, entendemos que é a compreensão de saber o que é necessário haver para que este serviço funcione, estas são as fichas de matrizes padronizadoras dos serviços socioassistenciais.

Quanto à organização dos serviços, tanto da Proteção Social Básica como da Proteção Especial, se apresenta um quadro síntese:

2. QUADRO SÍNTESE - PROTEÇÃO SOCIAL

BÁSICA:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Média Complexidade

1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos – PAEFI
2. Serviço Especializado de Abordagem Social
3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias
5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Alta Complexidade

6. Serviço de Acolhimento Institucional
7. Serviço de Acolhimento em República
8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedor
9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. (BRASIL, 2009, p. 04).

O Serviço de Convivência Adolescente, base para o estudo em tela, como já foi mencionado é um serviço da Proteção Social Básica. A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas demandas e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciada (BRASIL, 2009).

Em Maracanaú, destacamos a importância de um serviço articulado e integrado ao PAIF²⁴, pois o Serviço de Convivência é complementar ao PAIF, como descrito:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, p. 08)

Os grupos do Serviço de Convivência Adolescente se organizam semanalmente com oficinas que estimulam o desenvolvimento dos jovens, em Maracanaú cada CRAS tem sua especificidade de oficinas, posteriormente, iremos apresentar mais detalhadamente as oficinas por cada unidade de atendimento da Proteção Social Básica em Maracanaú. Destacamos a descrição específica do serviço adolescente:

Descrição específica do serviço para adolescentes de 15 a 17 anos: Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público. (BRASIL, 2009, p. 09)

Segundo a Tipificação, são público prioritário os seguintes jovens: adolescentes e jovens pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, adolescentes e jovens egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento

²⁴ Segundo a Tipificação Socioassistencial 109/2009 é um Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico.

de outras medidas socioeducativas em meio aberto - conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990-Estatuto da Criança e do Adolescente - adolescentes e jovens em cumprimento ou egressos de medida de proteção - conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, adolescentes e jovens do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI ou adolescentes e jovens - egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual, adolescentes e jovens de famílias com perfil de renda de programas de transferência de renda, jovens com deficiência - em especial beneficiários do BPC- jovens fora da escola (BRASIL, 2009).

Em 2013 tivemos um reordenamento do Serviço de Convivência que realizou uma ampliação dos usuários incluindo jovens de 18 a 29 anos e adultos de 30 a 59 anos, o que será explanado mais adiante. Iremos destacar, nesse momento, como um dos itens importantes, os objetivos específicos, que são apresentados na TIPIFICAÇÃO (2009, p.11), os quais vão mencionar as ações da família, do convívio familiar e comunitário, segundo a Tipificação:

Objetivos específicos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos

Complementar as ações da família, e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos jovens, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social; estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direito de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas. Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Estes objetivos específicos norteiam os profissionais do Serviço de Convivência para um trabalho voltado ao protagonismo juvenil dos adolescentes, além de possibilitar espaço de referência dos membros da família, trabalho importante que pode estimular as potencialidades esportivas e culturais. Realizadas com os usuários do Serviço de Convivência Adolescente, atividades como os jogos por uma cultura de paz que envolve esporte e cultura, jogos de futsal, carimba, mostra intergeracional de dança e espetáculo teatral, que envolve arte cênica e teatro há a contribuição para o desenvolvimento das habilidades, que são trabalhadas possibilitando apoiar também a permanência na escola.

Salientamos que os outros serviços já citados neste trabalho são de suma importância para atendimento aos usuários da Política de Assistência Social e para o fortalecimento do Serviço, a Tipificação, contudo, é um dos principais marcos regulatórios

fortalecendo e organizando o serviço, por isso essa atenção especial a este documento nesta pesquisa. Podemos até dizer, vulgarmente, que a Tipificação é a “bíblia” para os profissionais da Política de Assistência Social, pois é nela que iremos buscar orientações e caminhos a seguir.

Outra ferramenta que fortalece isso dentro do Serviço de Convivência Adolescente é a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Ela contribui com o aperfeiçoamento do Serviço de Convivência, é oriunda da Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS 2012. Destacamos os artigos 3ª na página 02 que traz os princípios do SUAS, que para o Serviço de Convivência fortalece a participação do usuário, neste artigo da NOB – SUAS 2012 a universalidade é um dos pontos apresentados como fundamental para a Política de Assistência Social, vejamos:

Art. 3º São princípios organizativos do SUAS: I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição; II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; IV – intersectorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais; V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Para o Serviço de Convivência Adolescente, a NOB SUAS 2012 traz possibilidades reais para a garantia de direitos dos seus usuários, pois organiza, ainda mais, a Política de Assistência Social, alargando as possibilidades do crescimento de um serviço continuado e intersectorial. Em Maracanaú destacamos a parceria constante entre o Serviço de Convivência Adolescente com as Secretarias de Juventude e Lazer, Saúde e Educação.

Um dos artigos mais importantes desta resolução é o que trata sobre as diretrizes da gestão do SUAS, porque traz e fortalece a ideia de que o Estado é o responsável por organizar e trabalhar as Políticas Públicas e não as entidades e Organizações Não Governamentais – ONG, como era articulada a bem pouco tempo na história da Assistência Social (NOB SUAS, 2012). Destaca, também, a centralidade única de gestão para que no Brasil se trabalhe com as mesmas informações e normativas técnicas.

O financiamento deve ser dos três entes federados que também é importante, pois o Estado financeiramente ainda possui um distanciamento, a família como base de trabalho na Política de Assistência Social, além deste trabalho ser no território dos usuários, segue então o artigo quinto que assevera o exposto:

Art. 5º São diretrizes estruturantes da gestão do SUAS: I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social; II - descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo; III - financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; IV –matricialidade sociofamiliar; V - territorialização; VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; VII – controle social e participação popular.

Outro documento fundamental para o Serviço de Convivência Adolescente é a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Ela pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal e das metas de atendimento do público prioritário. Pactua também algumas modificações do público prioritário para atendimento, em 50 % do atendimento do município. Importa mencionar que em 2014 a Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú – SASC pactuou como meta o quantitativo de dois mil quatrocentos e quarenta (2.440) atendimentos de usuários para o Serviço de Convivência criança, adolescentes e idosos, destes, mil duzentos e vinte (1.220) devem ser do público prioritário apresentado no reordenamento, vejamos:

CAPÍTULO I

Da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Art. 2º O SCFV é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.

Art. 3º Considera-se em situação prioritária para inclusão no SCFV, as crianças, adolescentes e pessoas idosas: I - em situação de isolamento; II - trabalho infantil; III - vivência de violência e, ou negligência; IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; V - em situação de acolhimento; VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII - egressos de medidas socioeducativas; VIII - situação de abuso e/ ou exploração sexual; IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; X - crianças e adolescentes em situação de rua; XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência; §1º Para a identificação dos usuários em situação prioritária será utilizado o Número de Identificação Social - NIS do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. §2º A comprovação das situações prioritárias dar-se-á por meio de documento técnico que deverá ser arquivado na Unidade que oferta o SCFV ou no órgão gestor, por um período mínimo de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle. § 3º Estabelece-se como meta de atendimento de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, do público prioritário. (RESOLUÇÃO nº 01, 2013, p.02)

O reordenamento em 2013 muda a nomenclatura Projovem Adolescente para Serviço de Convivência Adolescente, ele mantém os mesmos traçados metodológicos do Projovem Adolescente para que se possa trabalhar os temas transversais, como será detalhado mais adiante.

Destacamos também a mudança do SISJOVEM, que era um sistema de informação do Projovem. Este sistema detinha todas as informações dos grupos a nível nacional e nele era inseridas as presenças dos usuários nos grupos. Hoje, temos o Sistema de Informação do Serviço de Convivência – SISC, que fortalece o Sistema de Informação pois contém todos os públicos, grupos e frequência, e é nele que vinculamos e desvinculamos os usuários. Este sistema serve para subsidiar o cofinanciamento federal, em que cada usuário equivale a vinte e cinco reais (R\$25,00) e quando este for considerado público prioritário²⁵ o valor passa a ser de cinquenta reais (R\$ 50,00).

As mudanças do reordenamento foram extensas, pois até então muitos municípios como o caso de Maracanaú, até 2013, não recebiam um valor para o Serviço além dos recursos do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e os idosos também não eram pactuados financeiramente. O reordenamento possibilitou incluir idosos no Serviço de Convivência em um único piso básico variável – PBV²⁶.

Com este novo piso foi possível reordenar o serviço de forma a potencializar os profissionais nas unidades de atendimento, antes o piso somente financiava adolescentes e com o reordenamento ele passou a financiar as crianças e os idosos, possibilitando contratar profissionais. Este fato mudou a maneira de trabalho e a necessidade de novos estudos em relação a cada público usuário da Política de Assistência Social.

Apresentamos neste tópico do capítulo as principais normativas que contribuíram ao longo da Política de Assistência Social, desde a LOAS até o reordenamento em 2013,

²⁵ Segundo a Resolução nº 01 de 07 de fevereiro 2013, e culminou na edição da Portaria MDS nº 134, de 2013. O foco do SCFV é a oferta de atividades de convivência e socialização nos territórios e contextos de vulnerabilidade social, as quais devem proporcionar trocas culturais e de vivência, com o intuito de fortalecer vínculos e prevenir situações de violação de direitos. O reordenamento definiu como público prioritário para inserção no SCFV as crianças, adolescentes, pessoas idosas nas seguintes situações: Em situação de isolamento; Trabalho infantil; Com vivência de violência e/ ou negligência; Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos; Em situação de acolhimento; Em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto; Egressos de medidas socioeducativas; Situação de abuso e/ou exploração sexual; Com medidas de proteção nos termos do Estatuto da Criança e Adolescente; Crianças e adolescentes em situação de rua; Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

²⁶ Segundo a Instrução Operacional nº 01 SNAS/MDS os recursos relativos ao cofinanciamento do SCFV são creditados em conta específica aberta pelo FNAS, exclusivamente para o SCFV. O saldo dos recursos financeiros repassados pelo FNAS aos FMAS e ao Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, para a execução dos serviços sócio assistenciais com financiados por meio do Piso Básico Variável I (PBV I), do Piso Básico Variável II (PBV II) e do Piso Variável de Média Complexidade (PVMC), poderá ser utilizado na oferta do SCFV, que passou a ser cofinada do por meio do Piso Básico Variável (PBV).

normativas que possibilitaram ao Serviço de Convivência Adolescente um maior crescimento e desenvolvimento. No próximo tópico convidamos a todos a continuarem a leitura sobre o que é realizado no Serviço de Convivência Adolescente, pois vamos apresentar os traçados orientadores que possibilitam temáticas organizadas em percursos.

3.2 O TRAÇADO METODOLÓGICO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE

Concebido na lógica do SUAS, o Projovem Adolescente tem sua gestão e financiamento compartilhados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cada ente federativo com suas atribuições específicas estabelecidas no art. 17 do Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei nº 11.692, de 2008 (BRASIL, 2009).

O reordenamento do Serviço de Convivência Adolescente modificou algumas configurações do cofinanciamento e da ampliação do público que é atendido por este serviço, todavia, as orientações do caderno do traçado metodológico²⁷, fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, foi mantido. Esse traçado foi implementado em 2009 para fortalecimento da Política de Juventude do Governo Federal. Percebemos por intermédio deste que o tema da juventude estava inserido na Agenda Social do Governo Federal, cujos objetivos são a redução da pobreza e da desigualdade, a erradicação da fome e a promoção da autonomia e da inclusão social dos jovens em situação de vulnerabilidade.

Com a instalação do Projovem Adolescente em 2008, decorrente da reformulação do programa agente jovem²⁸, a Assistência Social também insere em sua agenda este atendimento à juventude do Brasil, ensejando destaque nacional e visibilidade às propostas do Projovem. Para além do que preconiza os documentos regulatórios e as propostas cuidadosamente redigidas, cabe, no entanto, conhecer como o Programa se desenvolve na

²⁷O Traçado Metodológico é parte integrante do conjunto das publicações elaboradas pelo MDS com o intuito de proporcionar, às equipes profissionais e aos gestores responsáveis pelo Projovem Adolescente em todo o País, as bases conceituais e os subsídios teóricos e práticos necessários à estruturação e desenvolvimento de um serviço socioeducativo de qualidade, voltado aos jovens de 15 a 17 anos, no âmbito da proteção social básica do SUAS. Integram este material de orientação os seguintes volumes: 1. O Socioeducativo na Assistência Social: Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos; 2. Traçado Metodológico; 3. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo I – “Criação do Coletivo”; 4. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo II – “Consolidação do Coletivo”; 5. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo III – “Coletivo Pesquisador”; 6. Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percurso Socioeducativo IV – “Coletivo Questionador”; 7. Caderno do Orientador Social – Ciclo II – Percurso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador: Participação Cidadã”; 8. Caderno do Facilitador da FTG – Ciclo II – Percurso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador: Formação Técnica Geral”.

prática para que se torne possível compreender sua efetivação, destacando possíveis benefícios e lacunas.

No processo de construção da Agenda Social, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Trabalho e Emprego – MTE, da Educação – MEC, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ constituíram um Grupo de Trabalho com a tarefa de discutir a integração de programas governamentais voltados aos jovens – Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano²⁹, Saberes da Terra³⁰, Projovem, Consórcio Social da Juventude³¹, Juventude Cidadã³² e Escola de Fábrica³³. O objetivo foi elaborar uma estratégia que articulasse intersetorialmente as políticas públicas e os respectivos programas, conferindo-lhes escala, otimizando ações e

²⁹O Projeto Agente Jovem é uma ação de assistência social destinada para jovens de 15 a 17 anos, e que tem origem nos anos de 1999 e 2000, ainda na gestão anterior e vem sendo modificado ao longo da atual gestão, em um movimento que o torna um serviço para a juventude, específico e de natureza continuada, isto é, com fluxo constante de recursos, integrando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

³⁰O ProJovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso e a qualidade da educação à essa parcela da população historicamente excluídas do processo educacional, respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo. Implementado em 2005, a ação que se denominava Saberes da Terra integrou-se dois anos depois ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cuja gestão é da Secretaria Nacional de Juventude. O Projovem possui outras três modalidades, Adolescente, Trabalhador e Urbano.

³¹Os Consórcios Sociais da Juventude alcançam jovens que, em virtude de suas condições socioeconômicas, têm maior dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho, com destaque para quilombolas e afro-descendentes, indígenas, egressos de unidades socioeducativas, em conflito com a lei, portadores de necessidades especiais, trabalhadores rurais e jovens mães. Tem como objetivo promover a criação de mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social, por meio da mobilização e da articulação dos esforços da sociedade civil organizada e ainda: Criar oportunidades de ocupação para jovens, incluindo o auto-emprego e o serviço voluntário; Melhorar a qualificação da força de trabalho de jovens; Melhorar a auto-estima e a participação cidadã da juventude na vida social e econômica do país.; Dar escala às experiências bem-sucedidas da sociedade civil organizada.

³²O Projeto Juventude Cidadã é resultado de uma parceria entre os governos federal, estadual e municipais para o desenvolvimento de ações de qualificação sócio-profissional para 1.450 adolescentes e jovens de baixa renda, na faixa etária de 18 a 29 anos. O Objetivo é ampliar os conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades dos participantes a fim de aumentar suas chances de inserção e atuação cidadã no mercado de trabalho e na sociedade. O Projeto Juventude Cidadã adota uma estratégia de qualificação social e profissional que privilegia a aprendizagem pela experiência, valorizando a cidadania e preparando os jovens para ocupar postos de trabalho com vínculo empregatício ou ingressar em atividades produtivas legais geradoras de renda.

³³O projeto Escola de Fábrica é uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, que pretende possibilitar a inclusão social de jovens de baixa renda por meio da formação profissional em Unidades Formadoras no próprio ambiente de trabalho, aproximando o setor produtivo dos processos educativos e promovendo maior responsabilidade social das empresas. Seus principais objetivos são: Ampliar os espaços educativos de formação profissional incorporando os locais de produção como espaços de aprendizagem; Oferecer formação profissional a jovens de 16 a 21 anos para o exercício da cidadania e preparação para o trabalho; Estimular o ingresso e a permanência destes jovens na Educação Básica; Favorecer o ingresso destes jovens no mundo do trabalho; Envolver o setor produtivo na formação dos jovens, aliando responsabilidade social às suas necessidades de trabalhadores qualificados.

potencializando resultados (BRASIL, 2009). Como o objeto desta pesquisa é o Serviço de Convivência Adolescente, a este será destinada maior atenção.

Segundo o traçado metodológico, o Projovem Adolescente é voltado para os adolescentes de 15 a 17 anos, vejamos:

O Projovem Adolescente, coordenado pelo MDS, é voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como forma de promover e garantir a intersetorialidade na modalidade Projovem Adolescente foi constituído um comitê, sob a coordenação do MDS, com representantes dos ministérios e secretarias parceiros, a saber: Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho, da Educação, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude. (BRASIL, 2009, p.03)

Com o reordenamento em 2013, a idade foi ampliada para o Serviço de Convivência Adolescente atender a inúmeros adolescentes que tinham treze (13) e quatorze(14) anos e queriam participar e não podiam devido o Projovem limitar a idade entre quinze (15) e dezessete (17) anos,compreendemos que foi positiva esta mudança, pois possibilitou ampliar o atendimento e contemplar um número maior de jovens.

Em Maracanaú, no ano de 2014, após a referida ampliação, houve um acréscimo do número de adolescentes que adentraram o Serviço de Convivência Adolescente, segundo dados do SISC um acréscimo de 200 jovens,entretanto, muitos técnicos também esperavam uma mudança no traçado metodológico, que não aconteceu. Somente o Serviço de Convivência Criança e Idosos tiveram seus materiais modificados e implementados em 2014. No que concerne aos jovens, houve a continuidade do material e método implementado desde 2009 para nortear os trabalhos dos profissionais, ainda que os traçados são apenas um norteamento de trabalho metodológico para as equipes técnicas, não se configurando diretriz fechada, a ampliação da faixa etária foi debatida entre os profissionais técnicos do serviço, assim cada equipe pode adaptar e adequar as orientações para o novo público atendido.

O Serviço Socioeducativo configura-se, assim, como mais um instrumento importante na tentativa de consolidação da rede de proteção e promoção social que estamos construindo pactuada no Brasil. Ele é um componente do processo de construção do SUAS, implementado com a atuação solidária do Governo Federal, de Estados, de Municípios e do Distrito Federal. Integra a Política Nacional de Assistência Social - política pública de proteção social de caráter universal - que se materializa por meio do SUAS, composto por

uma rede articulada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2009).

As autoras Couto, Raichelis, Silva e Yasbek(2012), afirmam que a intersectorialidade significa bem mais do que captar recursos originários de diversas políticas, mais sim efetivar o diálogo e a interface entre elas para a garantia da integralidade do atendimento, um dos eixos não só do SUAS, mas também do SUS. Ao longo dos marcos regulatórios e no traçado metodológico, os eixos de intersectorialidade, matricidade familiar e territorialização são destaques na Política de Assistência Social.

Assim, destacamos o que apregoa o traçado (p. 06):

O Projovem Adolescente, como serviço socioeducativo, apoia-se em dois importantes pilares do SUAS: 1) **matricialidade sociofamiliar**: que considera a capacidade protetiva e socializadora da família (seja ela biológica ou construída) em relação aos jovens em seus processos peculiares de desenvolvimento, assim como leva em conta a necessidade de que as políticas públicas compreendam a família como portadora de direitos e de proteção do Estado, bem como assegurem o seu papel de responsável pelo desenvolvimento dos jovens e garantam o exercício pleno de suas funções sociais; 2) **territorialização**: o serviço deve ser ofertado próximo à moradia dos jovens e suas famílias, no território de abrangência do CRAS. Define-se aí um universo cultural e histórico e um conjunto de relações e interrelações a serem considerados, bem como situações a serem objeto da ação articulada das diversas políticas públicas. Outro fato a destacar é a **intersectorialidade** dos serviços sócio assistenciais que diz respeito à: a) oferta tanto do Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente, como de outras políticas públicas básicas (Saúde, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Trabalho, Esporte e Lazer, Cultura, Direitos Humanos e Segurança Alimentar); b) socialização e democratização do acesso a esses serviços e benefícios; e c) articulação e funcionamento intersectorial dos serviços, como condições para sua universalidade de acesso e de ampliação dos direitos de cidadania das pessoas.

Com o trabalho realizado na Assistência Social para trabalhar com a juventude, principalmente a que se encontra em vulnerabilidade social, a temática ganha um importante aliado além da SNJ e de todo o Governo Federal, como explicitado no TRAÇADO (2009, p.13):

Há muito que se fala das questões e dos “problemas” envolvendo a juventude em geral e, em especial, à juventude mais pobre. A “questão da juventude”, entretanto, alçada à condição de prioridade na agenda social do País e objeto de uma política pública específica, voltada ao segmento juvenil, é fato bastante recente. Somente em 2004, tomando-se como referência a criação do Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e reunindo 19 Ministérios e Secretarias, esta questão ganhou contornos de prioridade política, consubstanciada, no ano seguinte, pela criação da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, instituídos pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.

Segundo o traçado metodológico, o Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo é de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome que, por meio da SNAS, coordena a implementação dessa modalidade, voltada para o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos. O Projovem Adolescente é uma reformulação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, aperfeiçoando-o e institucionalizando-o como um serviço socioeducativo de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, alinhado à política nacional de juventude.

Como serviço integrante do SUAS, o Projovem Adolescente materializa a atenção à juventude enquanto prioridade nacionalmente identificada e pactuada na Comissão Intergestora Tripartite – CIT, referendada pelo Conselho Nacional de Assistência Social na Política Nacional de Assistência Social – PNAS e confirmada no Plano Decenal de Assistência Social, aprovado na VI Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, em dezembro de 2007 (BRASIL, 2009).

É imprescindível relatar que, tanto no Projovem Adolescente como no Serviço de Convivência, as instruções socioeducativas devem ter uma intervenção formadora, planejada pelos profissionais - Técnicos de Referência, Orientadores Sociais e Facilitadores de Cultura e Esporte. Devemos destacar que a participação dos jovens é fundamental em qualquer processo no CRAS, os trabalhos destes profissionais devem levar a uma capacidade reflexiva e crítica dos jovens e os orientar na elaboração de planos e metas pertinentes às suas vivências na família, na escola, na comunidade e na sociedade, contribuindo para o processo de formação de sua identidade pessoal, de futuro profissional e de cidadão.

A proposta do Projovem Adolescente e seus eixos estruturantes capitaneadas por três temas (Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo do Trabalho) são trabalhados nos grupos ao longo do ano. O traçado metodológico (2009, p.25) apresenta os três eixos que possibilitam um trabalho socioeducativo, no qual chamamos hoje o Serviço de Convivência Adolescente, vejamos:

Em resposta ao desafio de se formular uma proposta socioeducativa que vá ao encontro dos anseios e demandas do segmento da juventude focalizado pelo Projovem Adolescente, promovendo seguranças básicas e favorecendo o desenvolvimento integral dos jovens, foram concebidos três eixos orientadores das ações socioeducativas – **“Convivência Social”**, **“Participação Cidadã”** e **“Mundo do Trabalho”**. Esses eixos se integram para a estruturação de um processo formativo que pretende contribuir para que os jovens se apropriem criticamente dos conhecimentos social e historicamente acumulados, cultivem e adensem os valores éticos e democráticos e se constituam individual e coletivamente como cidadãos de direitos comprometidos com a transformação social.

Para melhor compreensão apresentamos a figura 01 dos temas transversais:

Figura 01- Temas Transversais do Projovem Adolescente



Desenvolver com a juventude do Serviço de Convivência Adolescente estes temas transversais, apresentados na figura 01, é proporcionar, no serviço socioeducativo, o reforço do trabalho de convivência e fortalecimento de vínculos com as famílias³⁴ e a comunidade. Por isso que apresentamos os marcos legais da Política de Assistência Social, pois as ações desenvolvidas estão preconizadas, entrelaçando o trabalho com os jovens no Serviço de Convivência Adolescente e o trabalho no SUAS, em sua matricidade familiar, na territorialização, e na sua vivência na comunidade.

Não é à toa que o serviço é orientado para ser realizado na comunidade, ou seja, no bairro em que o jovem está inserido. Por isso, os CRAS e a rede socioassistencial devem estar próximos das maiores aglutinações de jovens em situação de vulnerabilidade. Desenvolver, contudo, os temas transversais é proporcionar maximizar a proteção social aos jovens e aumentar a contextualização das ações. Na página 36 se tem os desafios dos profissionais do Projovem Adolescente:

Desafios de todos os profissionais que trabalham no Projovem Adolescente:

³⁴ A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também por desigualdades, além de que, na sociedade capitalista a família é fundamental no âmbito da proteção social (PNAS, 2004, p. 41).

- valorizar as experiências e as vivências dos jovens, facilitando sua reflexão e construindo com eles saberes importantes para as questões de seu cotidiano e formas propositivas de enfrentamento destas;
- ser referência para os jovens na construção de sua autonomia, favorecendo iniciativas protagônicas e provendo o apoio necessário para o desenvolvimento dos trabalhos;
- envolver os jovens no planejamento e na avaliação das ações socioeducativas;
- promover a coesão e a mobilização dos jovens em torno do PLA e da FTG;
- facilitar a conexão e o envolvimento dos jovens com movimentos sociais, organizações públicas e privadas da rede social local, favorecendo a articulação e viabilizando as ações necessárias;
- abrir espaço para a gestão compartilhada com os jovens no processo de desenvolvimento do PLA;
- articular recursos, apoios e condições que contribuam para qualificar o Plano de Atuação Social (PLA);
- trocar/socializar/recriar reflexões e práticas com outros profissionais, na perspectiva de um processo contínuo de formação e aperfeiçoamento das práticas socioeducativas.

No Traçado Metodológico, os adolescentes participam de dois ciclos anuais, ciclo I e ciclo II, organizados a partir de percursos socioeducativos, estes caminhos são orientações em que os profissionais em Maracanaú e em todo o Brasil devem seguir, destacamos que o ciclo I potencializa o eixo da convivência social, no qual se busca no jovem o trabalho coletivo na comunidade, no próprio grupo de jovens do serviço de convivência, são ações de participação dos adolescentes inseridas nas inúmeras atividades. Já o ciclo II, os profissionais irão trabalhar a participação cidadã e o mundo do trabalho. Enquanto o ciclo I é mais voltado aos movimentos internos, reflexão sobre a realidade do território, o ciclo II é voltado à ação no espaço público e à formação para o mundo do trabalho.

Em resumo o traçado explicita os percursos:

Percurso Socioeducativo I – “Criação do Coletivo”: recepção e acolhimento dos jovens, agrupando-os e promovendo seu autoconhecimento, o conhecimento mútuo e o estabelecimento de vínculos entre todos os participantes do serviço;

Percurso Socioeducativo II – “Consolidação do Coletivo”: consolidação dos diferentes agrupamentos de jovens em coletivos que planejam, decidem e vivenciam a experiência auto gestonária de organização e divisão de tarefas e participação coletiva nas ações socioeducativas;

Percurso Socioeducativo III – “Coletivo Pesquisador”: ampliação do conhecimento dos jovens sobre o território em que vivem e convivem, por meio de levantamentos, pesquisas, expedições e visitas, objetivando sua participação, atitude crítica e proativa nesses espaços, bem como o usufruto dos serviços e equipamentos públicos neles ofertados;

Percurso Socioeducativo IV – “Coletivo Questionador”: proposição de vivências concretas em práticas de produção diversas, envolvendo os conteúdos e os valores que mediarão às ações socioeducativas ao longo do Ciclo I, com vistas ao aprofundamento da formação técnica geral para o mundo do trabalho e de realização de ações comunitárias durante o Ciclo II do Projovem Adolescente.(TRAÇADO METODOLÓGICO, 2009, p. 43)

Destacamos o quadro do ciclo I, onde se organiza ao longo dos anos as atividades, além das atividades socioeducativas, as oficinas de cultura e esporte potencializam as ações

do Serviço de Convivência Adolescente, além delas alguns CRAS possuem atividades de informática como o CRAS ACARACUZINHO, MUCUNÃ, PAJUÇARA, JEREISSATI e CCS TIMBÓ, as outras unidades não possuem computadores em seus equipamentos, segue o quadro:

Quadro 2 – Distribuição da carga horária do Ciclo I do Projovem Adolescente

Modalidades das Ações Socioeducativas	Conteúdos	Carga Horária	Profissional Responsável
Encontro Socioeducativo	Temas transversais(ênfase: “Convivência Social”)	260	Orientador Social
Oficinas de Convívio	Esporte e Lazer	160	Facilitador de Esportes
Oficinas de Convívio	Arte e Cultura	180	Facilitador de Cultura

Fonte: (TRAÇADO METODOLÓGICO, 2009, p. 43)

O quadro destaca as principais ações do serviço, que são as oficinas sócioeducativas. Elas devem possuir maior carga horária e serem trabalhadas pelo Orientador Social conjuntamente com os facilitadores de cultura e esporte. Não é a arte destituída de sentido ou o esporte somente pela atividade física, deve-se trabalhar todo o contexto social e possibilitar, nas oficinas a interligação com o viés educativo.

No ciclo I, os adolescentes irão trabalhar os percursos desde a criação do grupo até sua consolidação, utilizando a pesquisa para chegar no coletivo questionador. Segundo o traçado metodológico, o ciclo II tem por objetivo consolidar o coletivo de jovens como espaço de referência formativa que aprofunda a Formação Técnica Geral e o processo de orientação profissional, por meio do desenvolvimento e do aprimoramento no uso das competências e de recursos tecnológicos de comunicação, e que promove a apropriação instrumental do planejamento participativo, convergindo para o desenvolvimento pelos jovens de um Plano de Atuação Social – PLA no território, envolvendo projetos coletivos de interesse social, que representam experiências práticas de exercícios de cidadania (BRASIL, 2009). Apresentamos o quadro III que apresenta os temas trabalhados no Ciclo I

Quadro 3 – Distribuição da carga horária do Ciclo II do Projovem Adolescente

Modalidades das Ações Socioeducativas	Conteúdos	Carga Horária	Profissional Responsável
Encontros	Participação Cidadã: Plano de Atuação Social – PLA	240	Orientador Social
Oficinas de FTG	•Formação Técnica Geral: •Conhecimentos sobre o mundo do trabalho;	240	Facilitador (Técnico da Inclusão Produtiva)

	<ul style="list-style-type: none"> •Pontocom@ (inclusão digital e ampliação de competências comunicativas); •Projeto de Orientação Profissional (POP). 		de Maracanaú)
Oficinas de Convívio	Esporte e Lazer, arte e cultura	120	Orientador Social (conjuntamente com os Facilitadores de Esportes e Cultura)

Fonte:(Traçado Metodológico, 2009, P. 44)

O ciclo II é um momento no qual os jovens estarão construindo uma intervenção em seus territórios de forma que possam ter uma relação com a comunidade mais participativa do que antes, é uma das ações para os jovens que continuam no serviço ao longo do ano. A atuação do Plano Social deve ser bem trabalhada e dialogada com os jovens pois são eles que devem conhecer o que a comunidade necessita. Outro ponto de grande importância no ciclo II é a Formação Técnica Geral – FTG, que possibilitará aos jovens um conhecimento e técnicas do mundo do trabalho, são ações de como organizar um currículo, a participar de uma seleção para empregos e participar do projeto de orientação profissional onde muitos se descobrem neste momento, compreendem que é necessário muito diálogo para entender qual a profissão seguir.

Para finalizarmos este tópico, apresentamos o quadro resumo dos temas trabalhados pelos profissionais do Serviço de Convivência Adolescente, de forma clara. Os temas já vêm direcionados e os orientadores sociais devem explorá-los ao longo do ano com os jovens. O maior desafio para todos os profissionais do Serviço de Convivência é criar condições para a apropriação, pelos jovens, sobre direitos, bem como sobre o acesso aos serviços e equipamentos públicos. O trabalho visa, contudo, proporcionar aos jovens um pouco de conhecimento sobre alguns temas transversais que podem contribuir para o fomento da cidadania:

Quadro 4- Panorama dos Temas Transversais no Ciclo I

JUVENTUDE DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS	JUVENTUDE E CULTURA	JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER
<ul style="list-style-type: none"> • Quem somos nós? • Construção de regras de convivência do grupo • Igualdade, direito à diferença, diversidade • Direitos civis e políticos • Direitos de assistência social • Direitos sociais e o papel da sociedade civil organizada • Direitos de populações específicas • Sistema de garantia dos direitos • Democracia e Participação Juvenil 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com a cultura • O que é cultura? • Cultura, tecnologia e comunicação • Identidade e diversidade cultural • Culturas e Juventudes • Matrizes culturais e a diversidade na formação da sociedade brasileira • Cultura e cidadania • Culturas e globalização: o que é ser brasileiro em um mundo globalizado? • Cultura, direitos humanos e diversidade cultural no mundo globalizado • Cultura digital 	<ul style="list-style-type: none"> • O que é cultura corporal? • O esporte na sociedade moderna • Esporte e suas contradições internas • Tempo livre e tempo de trabalho: Quais suas implicações? • Lazer e convivência social • Cultura corporal e saúde • Organização do esporte e do jogo • Espaços e equipamentos de esporte e lazer • Organização da comunidade tendo em vista as esferas Local-Global • A síntese das ações coletivas
JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE	JUVENTUDE E SAÚDE	JUVENTUDE E TRABALHO
<ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente é igual à preservação da natureza? • Qual é o meio ambiente do nosso lugar? • Será que a proteção ambiental é realmente importante? • É só jogar o lixo no lixo? • Cada um deve fazer a sua parte? • As mudanças climáticas são mesmo uma realidade? • Quem cuida do meio ambiente no Brasil? • O meio ambiente trava o desenvolvimento do país? 	<ul style="list-style-type: none"> • Adolescência, território, condicionantes e determinantes da Saúde • Adolescência e saúde • Vivenciando o crescimento e o desenvolvimento • Sexualidade e Direitos Humanos • Saúde oral: saúde da boca, saúde da gente • Morbidade e mortalidade entre adolescentes • Promoção da Saúde • Políticas públicas para a saúde do adolescente/jovem 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho como arte e como técnica • Trabalho e conhecimento • Trabalho e tempo livre • Mundo do trabalho, mercado de trabalho e do consumo • Qualidade de vida e qualidade no trabalho • Trabalho e mobilidade

<ul style="list-style-type: none"> • Briga de “cachorro grande”? • Meio Ambiente é política? • Já ouviu falar em Agenda 21? 		<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e a formação do território • Os direitos como conquista dos trabalhadores • Planejamento, Programação e Controle da Produção – PPCP na ação socioeducativa • Trabalho e Comunicação
--	--	---

Fonte: Panorama dos Temas Transversais no Ciclo I

Além destes temas, os profissionais procuram articular ainda com outras datas comemorativas como já mencionamos, além também de incorporar temas do PAIF integrando os dois principais serviços do CRAS. Importante também apresentar os temas trabalhados no ciclo II, pois nos apresenta uma série de projetos sociais para que nossa juventude possa se inspirar e iniciar um processo de pertencimento ao longo do Serviço de Convivência, vejamos então:

Quadro 5 - Panorama dos Temas Transversais no Ciclo II
Tópicos – conteúdos, experiências e desafios formativos em cada tema

JUVENTUDE DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS	JUVENTUDE E CULTURA	JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER
<p>Desafios do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura de tolerância e de Paz • Acessibilidade • Convivência Comunitária • Trabalho infantil • Gasto público <p>Experiências Exitosas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo Cultural Azulim – DF • Grupo Interagir – DF • Rede Macoronga de Comunicação Popular – PA • Agência Uga-Uga de Comunicação – AM • Escola de Mediadores – RJ 	<p>Desafios do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura: nosso espaço comum • Tempo Social: diversidade e integração • Inclusão Social: cidadania e integração • Inclusão Digital <p>Experiências Exitosas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casa das Artes – RJ • Floresta das Crianças – AC • Felipe Camarão – RN 	<p>Desafios do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Cantinho Jovem” – a ampliação democrática de oportunidades para a prática de atividade física. • Do Berimbau ao Pandeiro, da Senzala ao Coletivo: a capoeira como expressão dos Jovens. • Os Jovens como Agentes Sociais nas discussões de Programas de Esporte e Lazer do Campo e da Cidade. • Reivindicando espaços públicos de Lazer e Esporte: o que considerar? • Sistema Nacional de Esporte e Lazer: exercendo a cidadania coletiva. <p>Experiências Exitosas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Esporte no Mangue – Círculos Populares de Esporte e Lazer – Recife-PE • Projeto Bairro Vitória – Rio Branco-AC

	<ul style="list-style-type: none"> • Atitude Jovem – DF • Escola Pamaáli e ISA – AM 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Alto da Caieira do Saco do Limão – Florianópolis-SC • Mutirões e Círculos Populares de Esporte e Lazer – Salvador-BA • Lazer e Promoção da Saúde no Bairro Lagoa – Irati-PR
JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE	JUVENTUDE E SAÚDE	JUVENTUDE E TRABALHO
<p>Desafios do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agenda 21 Local: vamos definir novos rumos para a nossa comunidade? • Reciclagem; • Meio Ambiente é igual a preservação da natureza? • Mudanças Climáticas e Aquecimento Global • Meio Ambiente e desenvolvimento: dá pra casar? <p>Experiências Exitosas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coletivo de Jovens de Meio Ambiente do Pará – PA • Fórum Agenda 21 de Paty do Alferes – RJ • Com-Vida de Itanhaém – SP • Agenda 21 de Santos – SP • Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA 	<p>Desafios do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde para quê? Saúde para quem? • Questões de gênero e violência • Violência sexual contra crianças e adolescentes • Gravidez indesejada, interrupção insegura da gravidez e DST/AIDS • O que fazer ante a mortalidade dos jovens por causas externas? <p>Experiências Exitosas</p> <ul style="list-style-type: none"> • A visão da nova geração – Petrópolis-RJ • Rede TXAI Jovem – PR • Voz Ativa da CUFA – DF • Programa Adolescente Saudável – PR • Instituto PAPAI – Recife-PE 	<p>Oficina de Abertura e de motivação para a Formação Técnica Geral/FTG</p> <p>Módulo I – Trabalho e Ocupação Desafio Formativo: Mapa dos sonhos dos jovens e das ocupações no mundo do trabalho</p> <p>Módulo II – Etapas do trabalho Desafio Formativo: O Grande Jogo no território</p> <p>Módulo III – Processo de trabalho Desafio Formativo: Produção e encenação de peça teatral na comunidade</p> <p>Módulo IV – Organização do trabalho Desafio Formativo: Produção de Programa de rádio e criação de site sobre a história do território</p> <p>Módulo V – Organização da produção Desafio Formativo: Produção de vídeo sobre o processo formativo do Coletivo</p> <p>Módulo VI – Projeto coletivo de trabalho Desafio Formativo: Projeto coletivo de trabalho que apresenta o Coletivo organizado informalmente em cooperativa para a produção de eventos culturais. Realização de evento cultural de encerramento da FTG no PJA.</p>

Fonte: (TRAÇADO METODOLÓGICO, 2009, P. 62-64)

Ressaltamos, ao longo deste tópico, os principais temas trabalhados no Traçado Metodológico, desde 2009. Além da tipificação socioassistencial, o traçado é outro marco de grande importância na consolidação da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social. Percebemos que este também necessita de atualização, como a inclusão de

temas atuais – gênero, ENEM. E o Projovem Adolescente no Brasil pode proporcionar momentos ricos de conhecimento, pautados em um reordenamento dos temas transversais a serem trabalhados no Serviço de Convivência Adolescente no Brasil e em especial a cidade de Maracanaú no Ceará onde iremos debater no próximo item deste trabalho.

3.3 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE EM MARACANAÚ

Neste tópico, iremos apresentar o Serviço de Convivência na cidade de Maracanaú. Como já mencionamos os temas que são trabalhados segundo o traçado metodológico no tópico anterior, vamos nos deter a conhecer como esse serviço se efetiva no município estudado. Iniciaremos apresentando, neste tópico, o que cada CRAS realiza com o Serviço de Convivência Adolescente. Um dos pontos relevantes é a articulação com o Sistema de Informação do Serviço de Convivência – SISC, que nos fornece um monitoramento dos usuários do Serviço de Convivência de uma forma geral, e possibilita buscar alguns dados e informações sobre o público adolescente atendido.

Outra ferramenta é pelos dados do Relatório Mensal de Atendimentos³⁵ que também nos apresenta informações qualitativas e quantitativas do serviço. Aqui estudamos o RMA de outubro de 2015, temos nos CRAS grupos entre idosos, adolescentes e crianças, totalizando 1.246 usuários em Maracanaú participantes do SCFV.

Tabela 01 - Quantitativo de adolescentes participantes do Serviço de Convivência

CRAS	7-14 ANOS	15-17 ANOS	IDOSOS	TOTAL
ALTO ALEGRE	12	33	35	80
ANTÔNIO JUSTA	33	17	20	70
ACARACUZINHO	111	98	33	242
INDÍGENA	46	44	23	113
JARDIM BANDEIRANTES	159	52	0	211
CRAS JEREISSATI	50	12	37	99
MUCUNÃ	75	37	20	132
PAJUÇARA	128	67	48	243
SÃO JOÃO	10	21	18	49
PIRATINGA	11	7	12	30
TOTAL USUÁRIOS	635	388	223	1.246
				Usuários

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento – RMA – outubro 2015 / CRAS de Maracanaú

³⁵ O RMA segundo a resolução nº 4, de 24 de maio de 2011, alterada pela resolução nº 20, de 13 de dezembro de 2013 Institui parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro Pop. (Fonte:MDS)

De pronto destacamos que em alguns CRAS o quantitativo de usuários jovens participantes é menor do que o de idosos e crianças, ressaltamos, pois, uma das primeiras reflexões sobre o SCFV³⁶ Adolescente: por que tanta evasão dos adolescentes em alguns grupos em algumas unidades de atendimento? Serão as oficinas? Os profissionais? A estrutura? Estas e outras indagações serão realizadas com os próprios jovens, usuários do referido serviço.

Em cada unidade de atendimento teremos uma realidade diferente em relação ao número de profissionais, estrutura, e uma série de fatores no que concerne a organização estrutural, material e profissional. Tais diferenças configuram caráter de singularidade para cada unidade, pois estas possuem especificidade sem sua gestão de território a depender do contexto sócio histórico em que se insere.

O SCFV Adolescente do CRAS Parque São João acontecia no primeiro momento em parceria com a unidade básica de saúde do Jari (um dos bairros do território do CRAS), a sua estrutura não permitia atividades do SCFV Adolescente no próprio CRAS, por ser uma casa alugada, pequena e sem condições de realização de atividades, por isso que o SCFV Adolescente é realizado na rede, ou seja, nas entidades socioassistenciais do território como ONG's e outras unidades intersetoriais como em uma sala de uma escola ou na sala do posto de saúde. Neste CRAS temos a realização de atividade socioeducativa com um orientador social, um facilitador de cultura e um facilitador de esportes.

O CRAS Parque São João mantém uma parceria com o CRAS Mucunã que possui uma grande estrutura, inclusive ônibus para transportar os usuários. Neste, uma vez por semana são realizadas atividades de informática e esportivas para o CRAS São João, pois o CRAS Mucunã possui laboratório com dez computadores e uma quadra coberta com arquibancada na qual se realiza várias atividades do SCFV como campeonato de futsal e apresentações culturais. Em 2016 consolidou-se as atividades do CRAS São João no CRAS Mucunã para otimização das atividades proporcionando aos jovens uma gama de atividades e assim o serviço é realizado nos dias atuais.

O CRAS Mucunã, em agosto de 2015, passou a atender no antigo Centro de Convivência Social Luzardo Viana – CCS Luzardo Viana ou Polo Luzardo como muitos dos usuários se referem. Sua antiga sede, que ficava em frente a praça da Mucunã detinha uma estrutura muito pequena, parecida com a do CRAS Parque São João, por isso que a Gestão da SASC optou pela mudança para possibilitar uma melhor estrutura para os usuários e

³⁶ Abreviatura de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

profissionais. Neste CRAS, em seu novo endereço (Rua Pompeu Ferreira da Ponte, 695 - Luzardo Viana) são oferecidos os três Serviços de Convivência - crianças, adolescentes e idosos. A estrutura física é muito boa, com grandes espaços e salas suficientes para o desenvolvimento das atividades de convivência, além de possuir um ônibus próprio a disposição para facilitar os transportes dos usuários.

O SCFV Adolescente Mucunã conta com dois orientadores sociais, um instrutor de informática, um ônibus, uma quadra coberta na unidade, dois facilitadores culturais, sendo um de dança e outro de teatro, um facilitador esportivo e um profissional de capoeira que ao longo do ano possibilitam as outras unidades ações desenvolvidas com as outras unidades de atendimento. A estrutura do referido CRAS é uma das melhores do município de Maracanaú.

O terceiro CRAS que destacamos é o Piratininga, este possui dois serviços que são o de idosos e de crianças. O CRAS Piratininga funciona em sede alugada, porém está sendo construída sua sede própria no bairro do Novo Maracanaú, com previsão de inauguração para Fevereiro de 2017. Hoje o SCFV Adolescente conta com uma orientadora Social e um facilitador de esportes que enfrenta dificuldades de trabalho por estarem inseridos em um ambiente sem estrutura para práticas de atividades esportivas.

Ante os problemas estruturais, nas sextas-feiras os usuários participam de atividades no CRAS Mucunã e a partir de novembro de 2015 foi tentada uma articulação para a prática esportiva do CRAS Piratininga para o CRAS Jereissati, que possui um espaço melhor para as atividades esportivas, contudo pela falta de transportes aos usuários não foi realizada esta proposta. Saliento que na pesquisa o grupo de adolescentes do CRAS estava encerrando mais os adolescentes aceitaram a participação neste estudo contribuindo e muito neste processo.

O CRAS Indígena possui sede própria, porém é pequeno e sem estrutura para as atividades do SCFV Adolescente. Nele funcionam os três serviços, mas o de crianças e idosos são realizados em parceria com outros equipamentos da rede e apenas o adolescente acontece dentro do CRAS. O SCFV Adolescente é formado por uma orientadora social e um facilitador de esporte e de dança. É um CRAS muito importante por ser dentro da reserva indígena Pitaguary, o SCFV possui, dessa maneira, uma preocupação em realizar atividades considerando ao máximo a cultura local indígena.

Importa mencionar que os traçados metodológicos não trazem especificamente os temas transversais sobre etnia indígena, cabe a gestão da SASC colaborar na orientação para a forma de melhor trabalhar com este público. No ano de 2014, em parceria com o Movimento de Saúde Mental do Bom Jardim e da SASC, foram realizadas oficinas no CRAS Indígena com

profissionais do próprio território e os adolescentes Pitaguarys almejando respeito a pluralidade da cultura local.

O quinto CRAS que apresentamos é o Antônio Justa, que também não possui sede própria. Nele existe o serviço de adolescentes e idosos. Em outubro de 2015 o SCFV Adolescente passou a ser executado no CRAS Jereissati pelo mesmo motivo já narrado ao tratar do CRAS Antônio Justa, ou seja, não possuir estrutura mínima para as atividades de esporte. Os adolescentes eram levados para outro equipamento da rede socioassistencial - uma ONG sediada no território do bairro Antônio Justa - mas a parceria teve que ser desfeita em outubro de 2015 e a utilização do serviço na entidade seria inviabilizado. A Gestão do SCFV da SASC, se antecipando, decidiu, em comum acordo com a coordenação da PSB, CRAS Antônio Justa e CRAS Jereissati, que este serviço seria realizado na estrutura do CRAS Jereissati, porém as famílias continuariam sendo atendidas ou acompanhadas pela equipe PAIF/SCFV do CRAS Antônio Justa.

Já o CRAS Jereissati, que abrigou o Serviço de Convivência Adolescente do CRAS Antônio Justa, possui sede própria com grande espaço, um ônibus - que é compartilhado com o CRAS Indígena e o CRAS Antônio Justa - sala com dez computadores, campo society. No Jereissati existem os três serviços - criança, idoso e adolescente - este último conta com uma orientadora social, um facilitador de cultura que é específico para a dança e um de esportes, também possui pelo período da manhã um instrutor de informática, todavia o prédio em 2016 não se encontra em boas condições, principalmente na sala da dança que apresenta grande desgaste necessitando de uma reforma.

O sétimo CRAS que destacamos é o do Acaracuzinho que possui uma boa estrutura para o SCFV, nesta unidade é oferecido os três serviços de convivência. O serviço adolescente tem um grande destaque nesta unidade, pois apresenta vários espetáculos de dança nas atividades do SCFV ao longo do ano que atraem esse público. Conta com o apoio profissional de uma orientadora social para os adolescentes, dois facilitadores de cultura sendo um de dança e outro de teatro. Em relação a estrutura possui sala com dez computadores e uma quadra de esporte (falta cobertura e renovar o piso) que é um espaço privilegiado para lazer. A participação dos adolescentes no serviço de convivência se reflete com destaque nesse equipamento porque em suas apresentações culturais - espetáculo de

teatro e dança -, realizadas anualmente, concentra um público de cerca de quatrocentas pessoas no Teatro Dorian Sampaio.³⁷

O CRAS Alto Alegre possui sede própria, e trabalha com o SCFV Idoso e Adolescente. O SCFV Adolescente possui uma orientadora social, dois facilitadores de cultura - sendo uma de dança outro de artes manuais - além de um facilitador de esportes. Destacamos que o referido CRAS se encontra em uma das áreas mais vulneráveis em relação às políticas públicas, logo, o papel do SCFV Adolescente é fundamental no processo de elaboração das identidades das juventudes naquele território, e potencializar tanto as ações de PAIF como do SCFV pode possibilitar uma intersetorialidade entre as outras políticas públicas no combate a situação de vulnerabilidade.

O nono CRAS que apresentamos é o CRAS Pajuçara, que possui sede própria, trabalha com os três serviços de convivência e possui uma estrutura muito boa. O SCFV possui dois facilitadores de cultura, uma de dança e um de teatro, um facilitador de esportes, informática e duas orientadoras sociais, é também um CRAS no qual a participação dos adolescentes é muito significativa.

Já o CRAS Jardim Bandeirantes possui sede própria, em outubro de 2015 o SCFV Adolescente que era realizado no referido CRAS foi transferido para o CCS Timbó, o motivo da mudança em comum acordo com as Coordenações da PSB, CRAS Jardim Bandeirantes e CCS Timbó foi as condições mínimas que o CRAS oferece não possibilitando o esporte e a dança para os jovens. Desde então o Serviço é realizado no CCS Timbó com estrutura de uma orientadora social para os adolescentes, informática, facilitador de cultura (dança) e esporte, percebemos a integração dos adolescentes e das equipes proporcionando o fortalecimento de vínculos da juventude.

Após apresentação breve do serviço nos CRAS, me remeto a um ponto importante do serviço que é a participação social cidadã dos adolescentes. Ao longo do ano de 2015 os adolescentes participaram de muitas conferências em Maracanaú como a do Conselho da Criança e do Adolescente – CMDCA, da formação do Núcleo de Cidadania do Adolescente – NUCA, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do Conselho da Pessoa com Deficiência, do Conselho da Mulher e por último do Conselho da Juventude. Além de muitas formações na comunidade, que necessitam da participação dos jovens, todavia, um ponto negativo visualizado foi um prazo curto de tempo para ser debatida na

³⁷ Em Maracanaú, em 2014 foi realizado o Espetáculo do CRAS Acaracuzinho com o tema: O Circo picadeiro da alegria e no dia 30 de novembro de 2015 outro espetáculo: Do 15 ao 15 da lágrima ao riso que narra os cem anos da seca (de 1915) e em 2016 o voô das maracanãs apresentado no dia 30 de novembro de 2016.

comunidade tais conferências, impossibilitando uma compreensão melhor dos adolescentes acerca do seu caráter político e social.

Além de citar a participação cidadã, em Maracanaú, o Serviço de Convivência Adolescente possui parceria interna em relação ao mundo do trabalho, neste eixo os profissionais do Serviço de Convivência buscam desenvolver nos jovens uma noção sobre às profissões, mercado de trabalho, entrevistas. Destaco a parceria, desde 2014, da Coordenadoria de Ações Complementares – CAC da SASC com as empresas do município, na qual o setor de inclusão produtiva em parceria com os CRAS indica os adolescentes que estão fazendo o Serviço de Convivência Adolescente para vagas de estágios e dos cursos no PRONATEC, para que os mesmos possam ter condições de participarem dos processos das empresas visto que na cidade de Maracanaú se encontra o maior parque industrial do Ceará. Mesmo que tenhamos críticas sobre precariedade dos empregos, sabemos da importância do trabalho para a juventude, pois uma vaga no mercado de trabalho é o sonho de muitos adolescentes na busca de sua autonomia, de sua identidade, pois é, também, pelo trabalho que os jovens se afirmam na sociedade.

Para visualizar melhor as estruturas das unidades de atendimento e para que possamos debater como uma política pública que pretende trabalhar com a juventude, importa questionar como desenvolver atividades esportivas e/ou dança se os locais, em sua grande maioria, não possibilitam tal serviço, tão pouco há profissionais suficientes? Tal reflexão possibilita inferir que o principal serviço de um CRAS é o PAIF, e estas unidades são pensadas para isso e não para o serviço complementar que é o SCFV. Por isso que nas normativas é possibilitada a realização do serviço de convivência na rede socioassistencial, para que se possa buscar está estrutura fora do CRAS enquanto o PAIF somente é realizado dentro do CRAS, vejamos então a estrutura das unidades de atendimento no olhar do SCFV:

Quadro 6- Infraestrutura Unidades de Atendimento – Proteção Básica – SCFV.

CRAS	SEDE PRÓPRIA	QUADRA / CAMPO	LABORATORIO DE INFORMATICA	SALA DE DANÇA / TEATRO
1.ACARACUZINHO	SIM	SIM	SIM	SIM
2. ALTO ALEGRE	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
3.ANTÔNIO JUSTA ³⁸	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

³⁸ O Cras Antônio Justa está em fase de implantação de sua sede própria em 2016, porém até a construção desde trabalho (22.02.16) a secretaria de assistência social, educação e cultura estão mantendo reuniões periódicas para até novembro de 2016 o Cras ser transferido do alto da mangueira em sua sede alugada para o bairro colônia sede própria. As atividades do SCFV Adolescente são realizadas no CRAS Jereissati.

4. INDÍGENA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
5. JARDIM BANDEIRANTES	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
6. JEREISSATI	SIM	SIM	SIM	SIM
7. MUCUNÃ	SIM	SIM	SIM	SIM
8. PAJUÇARA	SIM	NÃO	SIM	SIM
9. PARQUE SÃO JOÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
10. PIRATININGA	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Coordenadoria Financeira /SASC 2016.

Com a falta de estrutura de muitas unidades de atendimento, então, se torna um desafio atrair os adolescentes para o serviço de convivência, pois o viés socioeducativo, que é o foco principal, não parece se fazer interessante para os adolescentes. As oficinas complementares como esporte e cultura são mais atraentes, o que se percebe pela procura, no entanto, quando não se tem essa possibilidade de trabalho, fica mais difícil agregar os jovens, o que acomete mais um desafio a ser vencido pela Assistência Social: proporcionar ao serviço de convivência adolescente um serviço simpático e importante para a vida dos adolescentes ante as restrições físicas, de recursos humanos e materiais.

O quadro abaixo, todavia, demonstra que o serviço possui poucos profissionais para atrair os adolescentes, vejamos:

Quadro 7- Profissionais do SCFV nas Unidades de Atendimento – Proteção Básica

CRAS	SÓCIOEDUCATIVO	PROFISSIONAL DE ESPORTE	PROFISSIONAL CULTURA
1. ACARACUZINHO	SIM	SIM	SIM
2. ALTO ALEGRE	SIM	SIM	SIM
3. ANTÔNIO JUSTA*	SIM	SIM	NÃO
4. INDÍGENA*	SIM	SIM	NÃO
5. JARDIM BANDEIRANTES	SIM	SIM	NÃO
6. JEREISSATI	SIM	SIM	SIM
7. MUCUNÃ	SIM	SIM	SIM
8. PAJUÇARA	SIM	SIM	SIM
9. PARQUE SÃO JOÃO*	SIM	SIM	NÃO
10. PIRATININGA* ³⁹	SIM	SIM	NÃO

³⁹ *Os CRAS identificados foram contemplados pelo projeto “Convivência é forma, vínculo é resultado” dos CRAS ACARACUZINHO / PAJUÇARA em meados de maio de 2016 com profissionais de cultura, além do

Fonte: Coordenadoria Financeira /SASC fev. 2016.

Destacamos que nas unidades de atendimento que são polos e que foram planejadas para o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes, os espaços e condições de desenvolver atividades que possam atrair os adolescentes, normalmente detém um maior número de usuários devido estas condições estruturais. Já quando se é construído um CRAS pensado como provedor exclusivo do PAIF, a estrutura fica desejosa. O serviço de atendimento integral à família precisa ser efetivado em todos os Centros, logo, tais unidades precisam ser espaço voltado para trabalhos não somente para os adolescentes mais para crianças, adultos e idosos, proporcionando um local para atividades culturais e esportivas de todos, pois com isso iremos atrair ainda mais os adolescentes. Sala de cinema, biblioteca, brinquedoteca, quadra poliesportiva, dentre outros espaços podem qualificar o serviço socioeducativo e de fortalecimento de vínculos.

Quadro 8- Volume de Famílias PAIF / SCFV nas Unidades de Atendimento:

ACÇÕES	ACARACUZINHO	ALTO ALEGRE	ANTÔNIO JUSTA	INDIGENA	JARDIM BANDEIRANTES
Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	87	98	101	63	79
Famílias em situação de extrema pobreza	68	60	72	61	67
Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	68	71	86	63	67
Famílias Beneficiárias do PBF em descumprimento de condicionalidades	32	21	21	0	13
Crianças / Adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	111	06	23	43	135*
Adolescente de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	98	38	29	51	31*

Fonte: Coordenadoria de Proteção Social Básica – PSB /SASC - RMA Dezembro 2015.

*Os dados do CRAS Jardim Bandeirantes são do RMA de novembro / 2015 pois os de dezembro não constava no RMA na construção deste trabalho, decidi incluir para continuar nossas análises.

CRAS ANTÔNIO JUSTA está realizando as atividades no CRAS JEREISSATI e o CRAS SÃO JOÃO realizando atividades no CRAS MUCUNÃ.

No quadro 08 destacamos o CRAS Antônio Justa com o maior volume de famílias em acompanhamento PAIF, este número depende muito do processo de trabalho de cada unidade, bem como do volume de atendimento dos técnicos de referência que varia em decorrência número de profissionais disponíveis. A unidade tem sua equipe mínima completa com 02 Assistentes Sociais, 01 Psicólogo e 01 profissional do SUAS, que no caso de Maracanaú é o pedagogo. Outro fato importante a mencionar é em relação ao território desse CRAS que são os bairros - Antônio Justa, Alto da Mangueira, Colônia - regiões de grande vulnerabilidade social. Em relação a extrema pobreza⁴⁰, o CRAS Antônio Justa também se destaca pelo seu número elevado de famílias em extrema pobreza, existe um quantitativo de 72 famílias que estão inclusos no número de famílias acompanhadas (101) pelos técnicos do CRAS pois uma família pode está na extrema pobreza mais não está em acompanhamento PAIF pois necessita que a família aceite ser acompanhada pela equipe de referência.

Em relação às famílias beneficiárias do Bolsa Família destaco o CRAS Indígena por desenvolver um trabalho específico, acompanhar 63 famílias em que todas estão inseridas no programa do Bolsa Família, um total de 100% dos usuários beneficiados, número que nas demais unidades de atendimento é difícil de alcançar.

Quanto ao descumprimento de condicionalidades⁴¹ às famílias do CRAS Acaracuzinho possuem um quantitativo maior em relação aos outros CRAS, a equipe técnica deve identificar e trabalhar com está família para que advertência, ou seja, quando uma família é comunicada de que ocorreu o descumprimento de condicionalidades, não progrida para o bloqueio - quando o benefício da família fica bloqueado por um mês, podendo ser sacado no mês seguinte com a nova parcela. Caso aconteça novamente, a condicionalidade se transforma em suspensão - o benefício suspenso por dois meses e a família não recebe posteriormente as parcelas atrasadas e, por fim, teremos o cancelamento que é quando a família deixa de participar do Bolsa Família, é excluída e não retorna com facilidade ao programa.

⁴⁰ Segundo o MDS são famílias que ganham até R\$ 70 reais mensais, todavia a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda. Insegurança alimentar e nutricional, baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, fragilidade de inserção no mundo do trabalho, acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia são algumas dessas formas.

⁴¹ Segundo o MDS são famílias que têm um ou mais integrantes que deixaram de cumprir os compromissos assumidos nas áreas de saúde e educação. As crianças e adolescentes com baixa frequência escolar, as crianças com calendário de vacinação desatualizado e as gestantes que não realizaram o pré-natal sinalizam ao poder público que, por algum motivo, estão com dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde e educação. As dificuldades de acesso a esses serviços podem ser reveladoras de situações de vulnerabilidade e risco social. É importante salientar que apenas dentro do conjunto de famílias acompanhadas é que são identificadas as que descumprem as condicionalidades.

Ao Serviço de Convivência podemos enfatizar o CRAS Acaracuzinho e o CRAS Jardim Bandeirantes com os maiores números de usuários, como já mencionado o Acaracuzinho é um dos que possuem condições melhores pelo fato de sua estrutura ser de polo, possui uma estrutura que atrai os adolescentes com atividades como a dança e o teatro. Em relação ao CRAS Jardim Bandeirantes, mesmo não tendo uma estrutura de polo, o CRAS referencia⁴² uma entidade do território chamada PROVIJE (Projeto Vida Júlio Emilio) na qual a estrutura é muito boa por possuir computadores, distribuição de lanche para os usuários, espaço para futebol, dentre outros aportes que facilitam aproximar os adolescentes daquilo que eles gostam.

As outras unidades não possuem esta estrutura e assim temos o caso do CRAS Antônio Justa com 29 adolescentes entre 15-17 anos, este dado é correspondente ao grupo atendido nos turnos manhã e tarde, com uma média de 14 jovens por grupo, mas aproximadamente apenas 10 adolescentes diariamente frequentam o serviço.

No quadro que segue teremos a continuidade das outras unidades, vejamos:

Quadro 09- Volume de Famílias PAIF / SCFV nas Unidades de Atendimento – Proteção Básica (cinco outras unidades)

ACÇÕES	JEREISSATI	MUCUNÃ	PAJUÇARA	PARQUE SÃO JOÃO	PIRATININGA
Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	50	171	77	57	24
Famílias em situação de extrema pobreza	32	41	49	41	18
Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	40	56	64	54	13
Famílias Beneficiárias do PBF em descumprimento	0	37	13	10	16

⁴²Segundo as normas técnicas do caderno PAIF, os serviços de convivência e projetos de proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, devem ser a ele referenciados. Estar referenciado ao CRAS significa receber orientações emanadas do poder público, alinhadas às normativas do Sistema Único e estabelecer compromissos e relações, participar da definição de fluxos e procedimentos que reconheçam a centralidade do trabalho com famílias no território e contribuir para a alimentação dos sistemas da Rede SUAS (e outros). Significa, portanto, estabelecer vínculos com o Sistema Único de Assistência Social.

ento de condicionali dades					
Crianças / Adolescente s de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimen to de Vínculos (SCFV)	50	75	144	10	11
Adolescente de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimen to de Vínculos (SCFV)	12	37	44	22	07

Fonte: Coordenadoria de Proteção Social Básica – PSB /SASC – RMA. Dezembro, 2015.

Já o quadro 09 nos chama atenção para o CRAS Mucunã, com um volume de 171 famílias em acompanhamento PAIF, tal fato se explica pelo motivo de que em 2015 o referido CRAS foi contemplado com outra equipe mínima para trabalhar com as famílias mais distantes -como o bairro Mucunã de cima e Taquara - está equipe é chamada de volante⁴³ possibilitando um crescimento no número de famílias acompanhadas. Nas famílias de extrema pobreza o CRAS Pajuçara apresenta o maior número, todavia o CRAS Parque São João é o que mais se aproxima das famílias em acompanhamento.

Quando observamos as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família no CRAS Pajuçara, novamente observamos o maior quantitativo de beneficiários, porém é novamente o CRAS Parque São João que se aproxima mais das famílias acompanhadas, por desenvolver um trabalho de articulação entre PAIF e Cadastro Único que objetiva atualizar todos os cadastros das famílias atendidas e acompanhadas nos CRAS. Já em relação aos descumprimentos com o benefício, o CRAS Mucunã apresenta o maior número de famílias

⁴³ Conforme a Tipificação de Serviços Socioassistenciais o atendimento às famílias residentes em territórios de grande extensão territorial, de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros), no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, pode ser realizado por meio de Equipes Volantes. A Equipe Volante consiste em uma equipe adicional que integra um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em funcionamento, com objetivo de prestar serviços no território de abrangência do referido CRAS, para famílias já referenciadas a este CRAS.

necessitando de uma atenção maior da equipe de referência, pois estão na eminência de terem seus benefícios bloqueados ou cancelados.

No que concerne ao SCFV o CRAS Pajuçara, este é, sem dúvida, o que apresenta um número maior de usuários, dado que corrobora com uma análise já percebida neste trabalho: que as unidades que já foram polos e que detém uma melhor infraestrutura com o apoio de oficinas são os que conseguem potencializar melhor os serviços.

Os traçados a nível nacional dão subsídios para a equipe do Serviço de Convivência em Maracanaú possa realizar suas temáticas municipais no mesmo formato, todavia com enfoque nas oficinas socioeducativas para que possa potencializar nos adolescentes o protagonismo juvenil, foi então que técnicos de referência de todas as unidades da proteção social básica se reuniram no dia 17 de fevereiro do ano corrente com o objetivo de unificar as temáticas dos três serviços (crianças, adolescentes e idosos) assim possibilitamos aos profissionais terem um norte a ser seguido e a gestão, o conhecimento do que está sendo trabalhado em conformidade em todas as unidades no município.

Nos três primeiros meses (janeiro, fevereiro e março) são trabalhados o ciclo 01 – Nos Conhecendo – conhecendo o outro, criando vínculos e conhecendo o caminho que visa propor discussão sobre a construção de uma identidade, a proposta é realizar uma reflexão com os adolescentes sobre o reconhecimento do usuário como sujeito autônomo, além disso, as oficinas socioeducativas trabalham com a possibilidade dos jovens possuírem o conhecimento dos direitos que regem a pessoa humana e a sociedade, este ciclo visa também despertar o interesse de uma boa vivência social e comunitária.

Já no ciclo 02 (abril, maio e junho) é trabalhado nos três meses subsequentes em 2016 a temática território: Um mundo de possibilidades? Conhecendo o mundo, o país, o Estado e o território. Este ciclo tem como objetivo diagnosticar o território em que vivem identificando as potencialidades e as vulnerabilidades além de despertar o sentimento de pertença no território em que os adolescentes vivem, para os profissionais do SCFV se espera que com este ciclo possam colaborar com a prevenção de algumas violações de direitos que estão presentes no território dos adolescentes.

O terceiro ciclo (julho, agosto e setembro) o destaque da temática é: Podemos fazer? Pensando no território. A temática em tela é trabalhada no socioeducativo para evidenciar uma vulnerabilidade presente no território, os profissionais educadores sociais e orientadores sociais trabalham com os adolescentes para que eles possam reconhecer o contexto histórico-social da vulnerabilidade evidenciada em seus territórios, refletir qual a questão social que mais se evidencia no Alto Alegre, Mucunã ou Jarí. É abordado nos grupos

os conceitos que subsidiam a discussão da temática além de elaborar um projeto de intervenção objetivando a transformação da vulnerabilidade identificada.

O último ciclo trabalhado pelo SCFV de Maracanaú (outubro, novembro e dezembro) é: Quem conhece, faz! Neste ciclo de acordo com os projetos de intervenção sugeridos e trabalhados e decididos em grupo é que irão, em seus territórios, conjuntamente com a comunidade, à resolução das temáticas elencadas, os grupos poderão realizar as intervenções nas seguintes áreas: Saúde, meio ambiente, cultura, esporte e lazer, direitos humanos e socioassistenciais e Trabalho. Percebemos que este ciclo será o resultado do que foi aprendido ao longo do ano, podemos até afirmar que os grupos terão o desafio de aplicar o fortalecimento dos vínculos comunitários e o protagonismo neste momento, o planejamento com a equipe do CRAS com seus técnicos e orientadores e/ou educadores sociais é fundamental para realização desta atividade.

Destacamos a importância de uma integração entre as oficinas existentes nos CRAS, percebemos que quando existe melhor estrutura e oficinas a comunidade participa mais, o contrário também é verdadeiro, por isso, as Políticas Públicas devem ser fortalecidas nos territórios. É no bairro em que a população procura as unidades de saúde, de assistência social e de educação. Os números, aqui apresentados, corroboram com as análises que devemos ampliar as unidades de atendimento e assim potencializar o SCFV em Maracanaú, afinal, do jeito que vem sendo desenvolvido, o SCFV Adolescente tende a desaparecer por não oferecer atividades atrativas aos adolescentes, cabe a gestão da SASC redefinir os papéis tanto dos profissionais como das oficinas a fim de potencializá-lo.

No quarto capítulo que se apresenta a seguir, iremos abordar sobre o percurso da pesquisa realizada com os jovens do Serviço de Convivência em Maracanaú, propiciamos a escuta desses usuários ensejando visibilidade a voz daqueles que muitas vezes não tem oportunidade de opinar e refletir sobre as políticas a eles destinadas. Convido, todavia, o leitor para continuar a análise da temática em foco desvendando o que a política de Assistência Social pode contribuir para com as juventudes na perspectiva dos jovens.

4. PERCEPÇÃO JUVENIL DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE

4.1 EXPLORANDO VOZES

Neste capítulo apresentamos as revelações ensejadas pelos usuários que participam do serviço de convivência adolescente em Maracanaú, às vozes aqui desveladas permitem compreender melhor a política de assistência social como a política de juventude. A pesquisa em evidência oferece subsídios para reflexões sobre o funcionamento do serviço no município por ser um estudo de domínio público, assim sendo, irá fomentar o debate sobre sucessos e lacunas que precisam ser redimensionados segundo os próprios jovens. A superação de muitos desafios é apresentada para o desenvolvimento da cidadania e da inclusão social sendo necessária uma articulação intersetorial, na qual se possa articular aos jovens direitos fundamentais como educação, saúde, moradia entre outros direitos.

Colhemos diversificado acervo de narrativas nas 10 unidades da proteção básica, nestas vozes poderemos compreender um pouco dos anseios de nossa juventude, ao exploramos as oralidades estamos considerando que eles são sujeito de direitos, são justamente os sujeitos a que se destinam as políticas públicas, logo, se deve procurar conhecer suas realidades, demandas e opiniões.

Apesar de existir hoje no Brasil várias pesquisas produzidas sobre juventude, enxergamos a necessidade de investigar o funcionamento de um serviço da política de assistência social voltado aos adolescentes, buscou-se assim ofertar um conjunto de informações que contribuísse para o enriquecimento para o debate destas duas políticas públicas fundamentais para o protagonismo juvenil, assim esperamos que a pesquisa realizada possa ser aprofundada e possibilitando a ampliação das análises existentes com os estudiosos das temáticas.

O questionário que aplicamos com 10 adolescentes nos CRAS, foi dividido em alguns temas para um melhor entendimento do serviço, o primeiro tema foi sobre o questionário – dados referentes ao perfil pessoal / econômico dos adolescentes, aqui buscamos compreender sobre seu perfil socioeconômico da família. O segundo tema foi sobre a vivência do adolescente no programa - discutindo acerca das categorias da pesquisa, se ele compreende o que é ser jovem e se existe alguma diferença em sua compreensão em ser jovem e adolescente.

O terceiro tema pesquisado foi sobre as atividades das quais o jovem participou durante sua permanência, tentamos compreender de quais atividades os adolescentes participam, o que faziam antes de ir para o SCFV adolescente dentre outros questionamentos.

Já o quarto tema abordado foi sobre a contribuição do programa para a vida do jovem entrevistado, os aspectos positivos e negativos além de saber se a convivência familiar é aplicada com eles no serviço, o quinto e último tema abordado com os pesquisando foi sobre a avaliação do jovem sobre o funcionamento do serviço, quais oficinas mais gostam, temas trabalhados, lanche dentre outros pontos questionados com eles.

Observamos que ficaria muito extenso e cansativo analisar pergunta por pergunta, com suas respectivas respostas, logo, optamos por analisar os quatro blocos temáticos, e, por vezes, ensejar ênfase em algumas respostas quando estas expressarem mais significativamente o foco principal deste trabalho.

Olhar para os jovens de diferentes CRAS tornou possível observar que cada unidade possui uma demanda própria, realidade diferente; mesmo a política sendo nacional, os jovens apresentaram suas especificidades. Outra análise que de pronto já identificamos foi a ausência do Estado em muitas comunidades, é ainda gritante a falta de políticas de esporte e cultura nas periferias, e como os CRAS estão nestas áreas ele se torna às vezes à única opção daquela comunidade, compreendemos realmente a importância destas oficinas para nossos jovens, é algo desafiador para os gestores da política de assistência social de Maracanaú oferecer um serviço de qualidade aos seus usuários.

4.2 ANALISANDO NARRATIVAS

Ao analisarmos as vozes, destacamos o papel dos adolescentes do SCFV, pois ficam nítidos os valores, disposições e participação; além de demonstrar que é falsa a afirmação que os jovens são alienados e conservadores, bem como é falso o entendimento que os jovens são apáticos e com falta de empenho em participar de atividades.

Apresentamos as narrativas por blocos de perguntas para facilitar a discussão dos dados: 1) O perfil pessoal e econômico do entrevistado; 2) Perguntas sobre a vivência do entrevistado no serviço sendo discutida acerca das categorias da pesquisa; 3) Atividades que o entrevistado participa e/ou participou durante a sua permanência no serviço de convivência; 4) Contribuição do serviço para a vida do jovem entrevistado; 5) Avaliação do jovem entrevistado sobre o funcionamento do serviço.

Assim, iremos agora debater sobre o primeiro bloco que é o perfil pessoal e econômico do entrevistado, como foram dezessete questões iremos analisar somente as principais, onde correspondem às categorias estudadas, todavia, todas as respostas dos jovens entrevistados estão nos anexos deste trabalho.

A primeira pergunta que refletimos é em relação à idade do entrevistado (pergunta 02) onde destacamos que todos os adolescentes estão na faixa etária, como afirma o ECA e sendo considerados como adolescentes. Em relação ao gênero (pergunta 03), tivemos o cuidado de entrevistar cinco adolescentes de cada gênero para que possamos potencializar a igualdade de gênero. Quanto ao perfil pessoal, questionamos sobre quando ele/ela entrou no SCFV (Na pergunta de número 6) onde observamos a variedade de informações, alguns já estão à nove anos no SCFV, outros seis anos, alguns um ano. Isso demonstra que os jovens pesquisados participam ativamente do serviço de convivência, outro aspecto que anotamos nesta pesquisa de campo é que quanto mais tempo o jovem está no serviço e no contra turno na escola, mais ele desenvolve habilidades de protagonismo, participação e interação.

Quando indagado se existe mais alguém da família que participa do serviço (pergunta 07), apenas três adolescentes afirmaram que não tinham ninguém da família junto com eles participando do serviço, enquanto os outros sete adolescentes, a maioria, afirmaram terem irmãos(as) e/ou primos(as) participando do serviço. Dessa forma, destacamos um dos objetivos do serviço de convivência que é fortalecer os vínculos familiares, como dispões nas normativas já estudadas neste trabalho na política de assistência social.

Já na pergunta que questiona a renda média da família (08), a maioria ficou entre um e dois salários mínimos, enquanto alguns não sabem quanto ganham os pais. Esse fato corresponde ao retrato da maioria das famílias no Brasil, os jovens vivem em famílias com renda de até dois salários mínimos. O IBGE divulgou no dia 20 de abril de 2016 a tabela com valores dos rendimentos domiciliares per capita (2015) para cada unidade da federação investigados pela pesquisa nacional por amostra de domicílios continuados (PNAD contínua) vejamos:

O IBGE divulga uma tabela com os valores dos rendimentos domiciliares *per capita* 2015 para o Brasil e as Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal), investigados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). A divulgação atende ao disposto na Lei Complementar 143/2013, que estabelece os novos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e, em consequência, aos compromissos assumidos quanto à definição dos valores a serem repassados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo dos fatores representativos do inverso da renda domiciliar apresentando a média nacional brasileira com R\$ 1.113 reais e no Estado do Ceará R\$ 681,00 reais. (IBGE, 2016, p.02.)

Observe a tabela abaixo com as médias de rendimento por família, em cada estado do Brasil:

Tabela 2 - Rendimentos domiciliares per capita (2015) para cada unidade da Federação

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	RENDIMENTO DOMICILIAR
Brasil	1.113
Rondônia	823
Acre	752
Amazonas	753
Roraima	1.008
Pará	671
Amapá	840
Tocantins	816
Maranhão	509
Piauí	728
Ceará	681
Rio Grande do Norte	819
Paraíba	774
Pernambuco	825
Alagoas	598
Sergipe	782
Bahia	736
Minas Gerais	1.128
Espírito Santo	1.074
Rio de Janeiro	1.284
São Paulo	1.482
Paraná	1.241
Santa Catarina	1.368
Rio Grande do Sul	1.434
Mato Grosso do Sul	1.044
Mato Grosso	1.053
Goiás	1.078
Distrito Federal	2.254

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua -PNAD Contínua -2015.

Isso demonstra claramente como nossas famílias sofrem com uma má distribuição de renda, vivendo em situações de pobreza, pelos dados oficiais do IBGE ainda temos um desafio de enfrentamento da pobreza no Brasil, em especial em nosso Nordeste, os dados a cima são mais do que suficientes para que nossos governantes possam buscar estratégias para as políticas públicas de geração de emprego, para o desemprego juvenil e com certeza uma melhor distribuição de renda pelo mercado, pois a exploração da mão de obra é evidente e consequentemente um salário que não dá para sustentar as necessidades básicas de vida das famílias como alimentação, água, energia, passagens, lazer, saúde dentre outras necessidades.

E, para corroborar com o que fala os jovens em relação aos dois salários que suas famílias recebem, temos que os usuários que participam dos serviços, programas e projetos da

assistência social, em especial do SCFV, fazem parte do Cadastro Único para programas sociais – é um sistema que contém informações sobre as famílias brasileiras de baixa renda, são famílias de baixa renda aquelas que possuem meio salário mínimo mensal por pessoa integrante da mesma ou aquelas em que a renda total mensal é de até três salários mínimos. São essas as famílias que vivem em estado de pobreza ou extrema pobreza, essas famílias então, tem a possibilidade de ingressarem em programas sociais promovidos pelo Governo Federal. O Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007 em seu artigo 4º dispõe sobre o cadastro único para programas sociais do Governo Federal e dá outras providências, anotemos:

Art. 4º Para fins deste Decreto, adotam-se as seguintes definições:

I - família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

II - família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I:

a) aquela com renda familiar mensal **per capita** de até meio salário mínimo; ou

b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;

III - domicílio: o local que serve de moradia à família;

Outro aspecto observado é que muitos familiares estão trabalhando na informalidade, na precarização do trabalho e assim, ficando a juventude a conviver com o risco. Destacamos, ainda mais, a importância dos CRAS nas áreas de vulnerabilidade social, oportunizando tanto o serviço de convivência como o serviço PAIF. É necessário garantir às famílias um mínimo social que permita aos jovens frequentar escolas e aos CRAS, por isso a importância do serviço de convivência como complementar ao PAIF, pois é neste serviço que será trabalhada a família deste jovem.

Neste sentido, a participação das famílias no cadastro único fortalece a intervenção protetiva, fornecendo as políticas públicas condições de conhecer e organizar estratégias de inclusão destas famílias, os jovens do serviço de convivência são oriundos do cadastro único, sendo necessária uma maior intervenção protetiva para com estes jovens pois estão inseridos em contextos de grande exclusão social, a ampliação do cadastro é de suma importância para todas as famílias em vulnerabilidade e risco social, o IPEA sinaliza nesta direção, vejamos:

Nesse sentido, é importante refletir sobre algumas tendências em curso. A ampliação do uso do Cadastro Único pelas políticas sociais merece particular atenção, tendo em vista que este é o instrumento da focalização da intervenção protetiva. Importante ferramenta na operacionalização de políticas voltadas para os segmentos mais pobres, o Cadastro Único, inicialmente desenvolvido para a seleção de famílias beneficiárias do Bolsa Família, ganhou escopo e hoje é utilizado por vários programas. Como reflexo da própria forma de condução da estratégia de combate à pobreza, em um contexto que preserva as políticas de cunho universal e busca ampliar suas garantias de proteção, o Cadastro Único também se tornou importante

para tensionar a oferta de outras políticas, inclusive aquelas ditas universais, na perspectiva de inclusão das populações mais pobres. (IPEA, 2016, p.106)

Quanto ao número de pessoas que moram com os jovens, a maioria respondeu entre 4 a 5 pessoas, ou seja, além dele, existe uma média de 3 ou 4 pessoas a mais na família, isso corresponde a diminuição de filhos que as famílias contemporâneas possuem se comparadas ao início do século passado. Os métodos contraceptivos podem ser um dos responsáveis pela diminuição das famílias por sua facilidade de encontrá-los; a questão financeira é outro fator que afeta diretamente às famílias. Percebemos, contudo, a diminuição de nascimento em detrimento ao número de idosos, que estão aumentando, segundo dados do IBGE (2010), na última década.

Já na pergunta de número 10 foi questionado aos entrevistados: O que gosta de fazer nas horas vagas? Qual sua opção de lazer? A resposta foi a seguinte:

- A: Quando eu tenho um tempo livre eu gosto de praticar esportes;
- B: Visitar os amigos;
- C: Tocar violão e ler livros de romance;
- D: Eu fico no celular;
- E: Quando não estou nem na escola ou no CRAS eu estou em casa sem fazer nada;
- F: Ir para casa dos meus amigos.
- G: Estudar, sair, e a praça
- H: Minha opção de lazer é ir para a casa de minha namorada;
- I: Só fico em casa assistindo;
- J: Jogar bola;

As atividades de lazer e o tempo livre da juventude, na pesquisa revelam a alta importância que conferem a circulação na cidade ou no bairro como visitar os amigos, jogar bola ou ir à praça, todavia, temos aqueles que preferem ficar em casa assistindo televisão, no celular, ou até namorar que foi citado como lazer. Um ponto de análise é a importância do tempo de lazer dos jovens, aqui, nenhum citou o Shopping ou Teatro como forma de lazer, com certeza por ser algo distante da realidade dos entrevistados, sabemos que os grandes centros culturais estão na capital sendo distantes para os moradores de Maracanaú, as passagens são caras e a questão financeira é um dificultador para os jovens, além da violência que permeia as juventudes.

Os autores Breneer (2011), Dayrell (2011) e Carrano (2011), fornecem que é de fundamental importância o tempo livre e o lazer para os jovens, é necessária políticas públicas para organizar ações em prol destas duas ações, não podemos nos furtar em afirmar que para a sociedade o jovem ter lazer e tempo livre é ser “vagabundo” não tendo nada para fazer, não sabe que é um direito de nossa juventude, além da sociedade de querer coloca-los rapidamente

em estágios e trabalhos, para a sociedade a juventude deve trabalhar e não ter lazer ou tempo livre, para os autores:

É principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto. No contexto de menor controle das gerações adultas, os jovens elaboram subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis. A busca do controle dos lazeres juvenis faz parte da história de Estados e organizações sociais preocupados com o que comumente foi e ainda é considerado como tempo social potencialmente negativo e em geral, pensando em oposição ao trabalho, este entendido como tempo de positividade no que se refere à formação humana. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2011, p.176)

Sem ter espaços públicos para o tempo livre e o lazer, ocorre nestes espaços a violência, assim, a fragilização dos espaços públicos pela violência reduz as oportunidades de intensificação da convivência, não apenas no território do município de Maracanaú mais é um contexto global de mudanças, e o Serviço de Convivência possibilita ampliar laços e momentos de lazer em meio à convivência social. Para os jovens que possuem dificuldades econômicas, os obstáculos para o lazer e a convivência sociocultural são maiores por diversos motivos, ora pela falta de experiência profissional, ora pela fragilidade educacional tanto deste como da família, por isso que o capitalismo é um sistema que produz desigualdades como afirma Faleiros (2009) e que devemos lutar para políticas sociais mais justas e mais próximas da população, em especial nossa juventude.

Destacamos em nossa pesquisa de campo, já mencionados neste trabalho, o fato de poucas unidades do SCFV terem estrutura física para realização de atividades culturais e esportivas tendo que, em muitas vezes, serem realizadas em locais próximos aos CRAS não existindo segurança para estes jovens e nem para os profissionais que realizam as atividades. Salientamos que os jovens procuram o serviço buscando algo que à comunidade não oferece e não é pelo fato de estarem inscritos no SCFV Adolescente que eles estão sendo incluídos na totalidade das oficinas haja vista que identificamos um sentimento de pertença dos jovens com os CRAS, sendo muito importante esta relação, é necessário então rever estas estruturas para que se possa trabalhar dentro das unidades com as oficinas e formações.

A pergunta de número onze (11) é com certeza aquela em que poderemos realizar um grande debate sobre a condição juvenil, falar de trabalho ou estágio é falar da independência do jovem, é o início da “libertação” financeira dos pais ou familiares, é um elemento positivo da condição de ser jovem. Por meio do trabalho os jovens chegam a maturidade e se assumem mais autônomos na sociedade. Dos entrevistados somente 1 adolescente está estagiando, ou seja, a maioria ainda não está realizando nenhuma atividade

com renda. Para as famílias com vulnerabilidade ter mais um componente com uma renda fixa é de fundamental importância, porém o acesso ao primeiro emprego e ao estágio é muito dificultado pela baixa escolaridade e qualificação profissional.

Para GUIMARÃES (2011, p.163), existe um sentido de centralidade do trabalho como direito, observamos que no Brasil o contrário é verdadeiro, no sentido de desemprego que na faixa etária de juventude os índices são gigantescos, percebemos que o trabalho é uma necessidade para o curso de sua vida, contudo o desemprego é uma realidade de primeira hora, segundo a autora:

Cidadania é algo que para um grupo significativo de jovens, remete à cesta dos direitos ditos sociais e entre eles, quem se destaca se não, o direito ao trabalho, ao emprego, a ter uma profissão.

O Estado que deve oportunizar a juventude trabalhos e estágios, mas, quando identificamos na pesquisa que 90% dos entrevistados não fizeram estágio ou exerceram algum tipo de trabalho, percebemos o reflexo da situação econômica do país que prejudica a população economicamente ativa – PEA, em especial, a juventude. O desemprego é o que se coloca no presente de nossos jovens.

A questão de número doze (12) é sobre a escolaridade dos jovens. Temos que 100% dos entrevistados afirmaram que estudam, até porque essa é uma condição de atenção no SCFV. Isso também é reflexo de uma geração que conquistou o direito ao acesso à educação, mas esta ainda não cumpre a prerrogativa da qualidade e não atende sua finalidade de profissionalização e possibilidades reais de prosseguimento nos estudos, com o ingresso no nível superior.

SPOSITO (2011, p.103) que afirma:

A instituição escolar ao se expandir, surge também como um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro, além claro que somente a escola já não é uma garantidora da entrada deste jovem no mercado de trabalho, não é possível desconhecer que as desigualdades econômicas continuam a delimitar os horizontes possíveis de ações dos jovens com suas relações na escola e o mundo do trabalho.

Destaco a intersetorialidade nos últimos doze anos a respeito do Programa Bolsa Família e suas condicionalidades, pela educação, é necessário um percentual de 75% de presença escolar para receber o bolsa família, além da condicionalidade da saúde que são as vacinas; este programa foi fundamental para integração da política de educação e assistência social, ampliando o acesso a esta educação nas camadas em vulnerabilidade social.

Dos 10 entrevistados, 8 não fizeram nenhum curso profissionalizante, 2 adolescentes afirmaram terem realizados um curso de informática. Talvez essa baixa incidência se deva ao fato de que os cursos profissionalizados, em sua maioria, são pensados

para os jovens entre 18 à 29 anos e os adolescentes pesquisados estão ainda no ensino é fundamental.

A décima quinta (15) questão traz inúmeras inquietações, foi questionado: você participa de algum grupo de jovens? Apresentou as seguintes respostas:

- A: Pertença a um grupo da igreja;
- B: Não
- C: Não;
- D: Só do colégio, pois sou líder de sala;
- E: Sim, na igreja e aqui no Cras;
- F: Sim, na igreja;
- G: Não;
- H: Sim, participo de um grupo de jovens da igreja católica;
- I: Não mais já participei de um grupo de jovens da igreja;
- J: Sim, na Igreja;

Podemos afirmar que a visão dos adolescentes da política é de absoluto desencanto e decepção, por outro lado, os jovens estão mobilizados em participar de outras atividades grupais como grupos de hip hop, emos dentre outros como os grêmios e grupos de igrejas. O fato é que os jovens têm atitudes e que buscaram, nestas últimas décadas, outras formas de se agrupar. Para Abramovay e Castro (2007), a participação sugere pertença, exercício do direito de ser sujeito, cidadania por construção de democracia. Os jovens se orientam em principio pela irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica, e essas são construções importantes para o novo, para a renovação. Então, participação de jovens é importante para rejuvenescer o fazer política, renovar a coisa pública. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2007).

No momento atual político brasileiro, compreendemos as razões da procura por outros movimentos de juventude e não os partidos políticos, essas ações convencionais é distanciado pela classe política, contudo, as participações não convencionais como assinatura de manifestos, participação de outros grupos de jovens e participação pública de protesto são as que estão atraindo a participação juvenil. Segundo Krischke (2011):

É por isso que os testes sobre valores prioritários e suas relações com o associativismo e as alternativas que os jovens buscam e, as vezes realizam no seu ambiente (e no espaço público que atuam) serão tão fundamentais para avaliar também as diversidades de suas opções políticas e de seus perfis ideológicos. (KRISCHKE, 2011, p.349)

Já a questão de número 16 (dezesseis) é sobre os planos para o seu futuro apenas 1 adolescente afirmou que não pensava nisso agora enquanto os outros 9 já detinham um pensamento a longo prazo, a intensificação e abertura de faculdades é algo que se tornou

muito próximo desta geração de jovens. Vejamos o que fala os entrevistados acerca dos seus planos para o futuro:

- A: Pretendo assim que encerrar o ensino médio fazer a faculdade de medicina;
- B: Estudar medicina;
- C: É se formar e cursar um nível superior, ir além da experiência que já tenho, quero fazer engenharia elétrica;
- D: Crescer, só crescer, eu não penso nisso muito.
- E: Primeiramente é terminar o 3º ano do ensino médio e cursar uma faculdade de administração;
- F: Me tornar um artista, ter meu trabalho digno, ter uma boa condição de vida e ajudar meus pais no futuro;
- G: Fazer uma faculdade de odontologia;
- H: Eu pretendo me formar em perito legista;
- I: Me formar em medicina;
- J: Ser jogador de futebol.

Percebemos uma mudança significativa quando jovens, morando em periferia, fala em cursar medicina, por exemplo, as amarras de um passado em que ter o ensino fundamental já era um sonho final não corresponde, hoje a juventude sonha mais alto. As narrativas apresentam também jovens com veias artísticas, vontade de ser jogador de futebol, acreditamos pelo fato dos salários alto dos jogadores e pela fama, dentre outros. Tais planos podem ser modificados por inúmeras situações, contudo, as aspirações são diversas e os jovens tentam visualizar como lutar para a sua concretização.

Doravante, o Estado deve garantir condições para que os jovens possam organizar seus planos de futuro, pois como ele é um grupo vulnerável, necessita de total apoio da família, sociedade e principalmente do Estado para garantir uma formação para preparação dos seus planos e sonhos para o futuro, tornando-os possíveis, pois, como são vulneráveis, os jovens são vítimas de muitos problemas sociais - AIDS, situação de rua, prostituição, abuso e/ou violência sexual, gravidez na adolescência, uso de drogas, dentre outros problemas - que dificultam a consolidação das expectativas. Segundo Daniel Cara e Maitê Gauto:

A compreensão da condição juvenil como momento preparatório convive e concorre com a interpretação da juventude como etapa problemática da vida. Em ambas as abordagens analíticas há forte impulso conservador, no sentido de que, para as duas correntes, os jovens não são os sujeitos de sua vida/história. Se para a primeira linha interpretativa a condição juvenil é um momento de aprendizado e formação, devendo os jovens serem educados para o enfrentamento dos desafios futuros correspondentes a vida adulta, no caso da segunda corrente a fase juvenil contempla uma série de riscos, sendo os jovens as principais vítimas dos problemas sociais que ameaçam a ordem nacional, com ênfase para questões relacionadas as áreas de saúde e de segurança pública. (CARA; GAUTO, 2007, p.172)

Na última pergunta (17) deste bloco, nossa intenção foi saber o que os jovens acham de sua experiência no serviço, se eles se identificam com a convivência familiar e

comunitária. Vejamos o que responderam à questão “O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE?”:

- A: Contribui com várias coisas não só com a convivência além das pessoas aqui do polo como também das pessoas de fora do polo;
- B: Bom;
- C: Sou bem participativo e tenho minha contribuição aqui no cras;
- D: É bom;
- E: Boa;
- F: É uma experiência muito boa para o futuro e a gente aprende como viver no futuro, na sociedade, no meio da sociedade;
- G: É importante porque a gente convive com as pessoas e acaba perdendo a timidez;
- H: É boa, é uma experiência muito boa, por que me interajo com outras pessoas aqui dentro;
- I: Bom.

A convivência foi citada por um entrevistado como ferramenta de vida a ser trabalhada, tanto com as pessoas do serviço como na comunidade. Isso é importante pelo fato de ser um dos objetivos norteadores do serviço de convivência. A participação é outra ferramenta citada, contribuir nas ações socioeducativas, culturais e esportivas é de fundamental importância para o crescimento sociocultural deste jovem, como afirma um entrevistado: “É uma experiência muito boa para o futuro e a gente aprende como viver no futuro, na sociedade, no meio da sociedade” (sic F).

O fato positivo do serviço é que nenhum entrevistado avaliou como negativa a sua participação no serviço, todos os entrevistados analisaram como boa / bom sua participação, demonstrando que o serviço “adentrou” em sua vida de maneira positiva. Para os jovens usuários, mesmo que o serviço não seja obrigatório como o é a escola, e em meio a uma estrutura inadequada, o serviço de convivência adolescente é percebido como ferramenta de interação com a escola, com a comunidade, com os outros jovens. A experiência contribui para sua vida pessoal e coletiva. Destacamos também em nossas visitas de campo o empenho de profissionais como os orientadores sociais, técnicos de referência e facilitadores para contornar as muitas dificuldades de estrutura, percebeu-se um envolvimento dos profissionais com o serviço e seus usuários e conseqüentemente demonstrando a fragilização da política pública.

2) A vivência do adolescente no serviço de convivência e as categorias: juventude, cidadania e política pública.

Neste segundo bloco foram apresentadas quatorze perguntas (14) de análise das narrativas, iremos abordar as perguntas sobre a vivência do adolescente no serviço, discutir acerca das categorias de juventude, cidadania e política pública. Afinal defendemos a

necessidade do poder público ouvir seus usuários, fomentar uma aproximação maior entre os serviços e seus usuários, mas para isso, os jovens precisam também de esclarecimento que fomente o protagonismo.

Na 1ª (primeira) pergunta deste bloco, tentamos compreender na voz dos jovens sobre o que eles entendem por juventude, vejamos:

A: A juventude hoje é uma coisa muito amplo, porque é a época em que o jovem mais tem mudanças e que mais se diferencia da sociedade, parece uma fase da vida que não vai acabar nunca, é muito ampla por que tudo acontece na vida do adolescente;

B: Não sei;

C: Juventude é ter o direito de participar das decisões, mesmo sendo jovem das decisões do Estado e da comunidade aqui;

D: Pra mim a juventude é ser jovem e viver a vida como eles querem sem se preocupar com o que os outros vão dizer;

E: É todos os jovens unidos e tendo oportunidade de fazer aquilo que gostam;

F: Juventude são aquelas pessoas que no futuro vão ficar no lugar dos adultos que estão hoje em dia, onde o Brasil vai precisar;

G: É uma fase que todo mundo passa, igual a nascer, é uma fase de alegrias e problemas;

H: É uma fase que você está saindo da adolescência, saindo da adolescência para a fase adulta, saindo para mais responsabilidades;

I: Alegre, extrovertido;

J: Curti, ajudar os pais.

Na fala do jovem A: *“A juventude hoje é uma coisa muita ampla”*, ou seja, percebe-se a compreensão de que a terminologia é investida de outras simbologias e valores diversos. Para o jovem B, a definição não se faz possível e, talvez, seja essa indefinição que permeia o entendimento dos jovens. Levi e Claude (1996), afirmam que os jovens são os primeiros sujeitos ativos da história, estes dois autores corrobora com o que o jovem C afirma: *“Ser jovem é ter direito de participar das decisões”*.

O autor Gilberto Velho (1990), em seu livro *Individualismo e Juventude*, afirma que a palavra juventude é mais abrangente, contudo, pelo senso comum, são palavras sinônimas, ambas afirmam a mudança corporal e psicológica sendo muito atribuída, porém a adolescência é uma das fases da juventude. Assim, iremos, em nosso trabalho, utilizar o termo juventude como Gilberto Velho (1990) menciona em situações mais abrangentes como no caso, mencionar as políticas públicas e o termo adolescente ao tratar de pesquisa específica realizada com os usuários do Serviço de Convivência. Tanto que Castro (2004), nos traz que a juventude após a constituição de 1988 foi considerada sujeito de direitos, ou seja, como política pública o termo juventude é mais amplo fugindo um pouco de somente conceitos etários.

Para autora Fialho (2015), até o século XVIII, a juventude não era percebida como categoria específica, misturando-se aos adultos; no século XIX, com a industrialização e a urbanização, era concebida como iminente problema social; e somente no século XX começa a ser mais enfaticamente problematizada, ganhando destaque no cenário das políticas públicas apenas no século XXI. Compreendemos que o trabalho de entendimento sobre a categoria juventude é uma elaboração sócio-histórica que merece de contextualização e compreensão, principalmente no que concerne a sua pluralidade (FIALHO, 2015).

Devemos compreender então o processo sócio-histórico como sendo algo muito relevante para entender sobre nossa juventude, entender que por muitos anos ela nunca foi convidada a participar, que a participação é fundamental nas políticas públicas e ao longo da história observamos que os jovens nunca eram convidados a expor seus pensamentos e ter voz. Essa ausência das juventudes no exercício do protagonismo amplia a alienação sobre o construto juventude.

A implantação do conselho em 2005 foi um passo importante de construção nos Estados e municípios deste novo formato de participação, uma participação institucionalizada. O outro pensamento do jovem D é em relação que ser jovem é viver a vida sem preocupação, o senso comum avalia que a juventude é algo associado à violência, o fato de viver a vida sem preocupação é nada mais que tomar atitude e ser feliz, ser jovem é tomar atitude, é ser diferente e não podemos assimilar este pensamento com falta de responsabilidade.

Se o momento de direitos é o atual, o autor LÉON (2005, p.13) questiona, então, quando seria o momento que definimos a categoria juventude:

O conceito de juventude adquiriu inumeráveis significados: serve tanto para designar um estado de ânimo, como para qualificar o novo e o atual, inclusive chegou-se a considerar como um valor em si mesmo. Este conceito deve ser tratado desde a diversidade de seus setores, onde caberia perguntar-se: desde quando começamos a construir uma definição de juventude, sem que as diferenças de classes sociais e os contextos sócio-culturais estivessem sobre as identidades das categorias de juventude?

Na verdade, com o auxílio destes autores compreendemos que hoje está categoria é reconhecida como sujeito de direitos e que como o autor Leon (2005), menciona a categoria juventude deve ser tratada pela diversidade, como se apresenta aqui nesta pesquisa, a diversidade de ideias e opiniões dos jovens demonstrando os inúmeros significados para sua conceituação, cada fato histórico deve ser lavado em conta para que não possamos comparar a juventude de cada época.

Para Léon (2005), a definição da categoria juventude pode ser articulada em função de dois conceitos: o juvenil e o cotidiano. O juvenil nos remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano, ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. Devemos, então, ampliar nossa visão sobre a juventude, compreendendo inúmeras variáveis como a demografia, a psicologia, o social e a cultura. O cotidiano, que o autor menciona, é de fundamental importância por considerar sua história de vida que é única, sendo considerado à incorporação das experiências que o jovem adquire no início de sua puberdade.

As outras vozes trazem a ideia que a adolescência é algo inevitável, todos passarão por isso, é uma fase de alegrias e problemas como afirma o jovem “G”. Fialho (2015), assevera o exposto ao inferir que na juventude ocorrem alterações no corpo e no desenvolvimento cognitivo, mas a variação de humor, rebeldia, dentre outras características consideradas inerentes a esta fase não são características obrigatórias. Alguns estão conscientes que estão saindo para uma fase de mais responsabilidades, sabem que os desafios irão aumentar, sabem que entre a infância e a fase adulta os conflitos são comuns nesta fase de adolescência. Mencionam, também, que é uma fase de alegrias e que a juventude é extrovertida e é bem verdade, a juventude, em um contexto histórico-geracional, busca identificação e aceitação entre seus pares, como afirma Fialho (2015).

Ao perguntar na 4ª (quarta) questão sobre como você define a adolescência e eles responderam:

- A: Uma fase da vida, é a fase da alegria e das amizades, só alegria, sem grandes responsabilidades;
- B: Aprender as coisas do mundo;
- C: Adolescência, adolescente é ter o direito garantidos, garantia de participação da sociedade e ter seus direitos garantidos;
- D: Como eu disse, é viver a vida sem se preocupar com o que os outros vão dizer
- E: É viver sem preocupação sem procurar emprego e outras coisas
- F: O adolescente tem a responsabilidade de estudar para o futuro ter um trabalho digno;
- G: É uma fase legal de nossa vida, é uma fase diferente;
- H: Adolescente é ser uma fase um pouco criança e um pouco adolescente, é um pouco dos dois. É ser adolescente e não adulto ainda;
- I: É brincar, ser divertido;
- J: A mesma coisa, curtir, ajudar o pai e a mãe.

Observa-se que os entrevistados não fazem diferença entre o construto juventude e adolescência, como os teóricos vêm desenvolvendo na atualidade. Groppo (2004), nos apresenta que mesmo tendo alguns instrumentais de formalização sobre a faixa etária do ponto de vista legal, a condição juvenil processa rapidamente a construção de sua trajetória,

seus valores, e a busca de sua entrada na vida social de forma mais intensa. O direito interpreta somente o ponto de vista legal, não interpreta o processo que o jovem constrói sua identidade e define projetos de vida, assim segundo Groppo (2004) leciona:

Legalmente, segundo estes Estatutos, a adolescência começa aos 12 e acaba aos 16 anos. A juventude, certamente, começa aos 16, mas ainda não se definiu exatamente quando acabará, do ponto de vista legal – muitos falam em 25 anos, alguns até em 29 anos. Certamente, o Direito interpreta assim parte das práticas sociais e do imaginário coletivo, dividindo a transição da infância à maturidade em adolescência e juventude. No entanto, apesar de reconhecer a adolescência e a juventude como “direitos”, colaborando potencialmente para aumentar o grau de civilidade e bem-estar de indivíduos e coletividades, o ponto de vista legal ainda deixa de lado muito da complexidade e diversidade assumidas pela condição juvenil. (GROPPO, 2004, p.02)

Segundo Contardo Calligaris (2000), a adolescência⁴⁴ é em nossa cultura, a passagem para a vida adulta e um verdadeiro enigma. A adolescência não é só uma moratória mal justificada, concretizando valores cruciais como ideal de autonomia, não é só uma sofrida privação de reconhecimento e independência, misteriosamente idealizada pelos adultos. É também um tempo de transição, cuja duração é misteriosa.

Conforme os jovens participantes, a adolescência é uma fase da vida sem grandes responsabilidades, como afirma o jovem A. O jovem B já afirma que é uma fase para aprender as coisas do mundo. Para o jovem C é algo que transborda toda forma de luta ao longo da década de 1990 e nos anos 2.000, o fato de ter “direitos garantidos”, ou seja, os adolescentes têm direitos, mas sabem que estes não estão sendo garantidos pelo Estado, principalmente, em relação ao lazer, esporte, cultura, trabalho, dentre outros. A garantia de participação novamente é aqui mencionada como sendo algo fundamental nas políticas públicas, todavia, identificamos que os jovens sentem falta de espaços para tal.

Outra resposta de grande importância e que gera debate nesta categoria de o que é ser adolescente é a resposta do jovem H quando menciona: *“Adolescente é ser uma fase um pouco criança e um pouco adolescente, é um pouco dos dois. É ser adolescente e não adulto ainda.”* Com certeza, podemos imaginar as dificuldades do que seja ser adolescente, é algo diferente como afirmou a G, você não é mais criança (muitos pais consideram está hipótese mesmo sendo adolescente) e não é adulto.

O autor León (2005), afirma haver uma necessidade de pluralizar debates sobre adolescência e juventude para que possamos visualizá-los. Os conceitos de adolescência e

⁴⁴Segundo a Lei Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art.2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos criança, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

juventudes correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional que, através das diferentes épocas e processos históricos e sociais, vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes. (LEÓN, 2005)

Fialho (2015), traz perfeitamente o que seria a adolescência, alguns autores tratam a questão de inevitável, sendo um fenômeno naturalizado (BOCK, 1998), além da mudança corporal consolidando seu crescimento (VITIELLO, 1994), então, segundo FIALHO (2015, p.19) adolescência pode ser definida:

[...] como período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social desempenhado pela pessoa na busca dos seus objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive.

Utilizaremos o termo juventude por considerar que este abrange, para além de características etárias e biológicas, segundo FIALHO (2015, p.20):

Visando a combater visões estáticas e pouco aprofundadas de fase da vida tão complexa e plural, optou-se por deixar de lado o construto adolescência tão impregnado de caracterizações estanques e simplistas e utilizar o de juventudes. O escopo foi desmitificar a juventude como estágio biológico e natural, pois esse período da vida é, sobretudo, uma elaboração sócio-histórica que abrange inúmeras variáveis de acordo com a internalização das experiências culturais desfrutadas, positiva ou negativa, ao longo da vida.

Na questão de número (6) seis deste bloco, ao questionar sobre o que é necessário para que um jovem/ adolescente seja considerado cidadão, as respostas inferem:

- A: Nos dias de hoje um cidadão adolescente deve ter seus direitos e deveres e respeitando todo mundo, além de ter documentação como o estudo, assim ele é pode ser considerado cidadão;
- B: Não sei;
- C: Ter direitos e deveres;
- D: Ser respeitoso com as pessoas;
- E: Sem comentários;
- F: – Que ele possa ser uma pessoa compromissada, e responsável ;
- G: É respeitar os outros, andar nos caminhos certos, e não andar fazendo besteiras;
- H: É ele viver bem em sociedade, na comunidade;
- I: – Eu acho que a mesma coisa, trabalhar e é isso;

Podemos destacar a fala do jovem A: *“Nos dias de hoje um cidadão adolescente deve ter seus direitos e deveres e respeitando todo mundo, além de ter documentação como o estudo, assim ele é pode ser considerado cidadão”*. A cidadania passa pelos direitos e deveres, quando os jovens falam isso, nos remete o papel do Estado, como este Estado está deixando a população sem cidadania, principalmente as camadas mais vulneráveis de nossa sociedade. Sem calçamento em sua rua, sem água tratada, sem sistema de esgoto, sem escola próxima a sua casa, sem creche, sem lazer, sem unidades de saúde, as referências culturais

longe de sua casa, enfim, somente a voz deste adolescente nos mostra o quanto estamos longe de termos cidadania, é algo que é a essência de tudo e que muitas vezes não percebemos isso.

E para que se tenham direitos, deve-se ter legislações pertinentes para que se possa legitimar os direitos e deveres, assim a questão da infância e adolescência na agenda pública, engendrou-se o desenvolvimento de políticas, programas e isso resultou, no bojo do processo da elaboração da Constituinte, no Estatuto da Criança e do Adolescente e posteriormente no Estatuto da Juventude, a primeira considerada uma das leis mais avançadas do mundo e que tem sido um importante marco para o estabelecimento de uma nova noção de cidadania para esses segmentos, mesmo que ainda se observe uma grande distância entre a lei e a realidade. (ABRAMO, 2005)

O SCFV Adolescente demonstra um espaço de lutas dos jovens como ferramenta de conscientização política para refletir acerca da característica reguladora do Estado, afinal, a sociedade é permeada por contradições, e é necessário que a juventude se mobilize cada vez mais pela busca de seus direitos, nesse cenário, a juventude deve está sempre na luta contra toda forma de opressão e de retiradas de direitos.

Respeitar as pessoas, ser responsável e trabalhar são formas de cidadania que os jovens afirmam que é necessário para ser reconhecida sua cidadania, novamente o trabalho é mencionado como forma de inclusão na sociedade. A juventude busca nesta estratégia sua inclusão em um mundo excludente, estes cidadãos desempregados estão à margem da sociedade, e muitas vezes são excluídos de direitos básicos.

Neste sentido, busca-se além da cidadania, os direitos, estes que muitas vezes são negligenciados na prática. NOGUEIRA (2005, p.3) ressalta ainda que a declaração do direito, especialmente no âmbito do direito social, é insuficiente para assegurar sua efetividade, pois isso exige medidas que garantam a vivência do direito. O serviço de convivência, para muitos jovens, é o espaço da cidadania, por isso que eles se consideram cidadãos pelo fato de todos os dias seus direitos serem violados em seus territórios. A exclusão e o desrespeito são comuns no seu dia a dia e de seus pais e, quando são negros, pobres e de comunidade estigmatizada, ai o negócio é sério, vejamos o que o autor nos diz:

A luta por direitos está longe de se ter esgotado ou de ter encontrado um ritmo regular. Paralelamente à reiteração jurídico-formal dos direitos, continuam a se multiplicar as situações de desrespeito, preconceito, exclusão e indiferença, assim como continuam a se prolongar as situações de marginalidade, —desproteção e arbítrio.

Uma preocupação que os jovens apresentaram foi em relação a visão que eles têm em relação a sociedade, o fato de que a mídia traz e apresenta como sendo o jovem o causador da violência, infelizmente, a violência é atribuída a nossa juventude, este olhar acaba por estigmatizar nossos jovens negativamente. Os dados do mapa da violência é bem claro na apresentação dos dados, a maioria são jovens, negros e pobres, são jovens que moram na periferia, são excluídos de seus direitos constantemente, vejamos as vozes de nossos jovens acerca da maneira como a sociedade os percebem:

8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ?

A: Hoje a sociedade pega todos os jovens infelizmente e a mídia que joga que os jovens são criminosos bota todos os jovens no mesmo saco e tem duas versões: a parti dos bom jovens e dos maus, eu na minha opinião estou na parte dos bons jovens.;

B: Não sei;

C: Hoje, depende muito do lugar porque aqui muitos vem como bandidos, vagabundos, mais alguns não, alguns não, uma minoria é visto como futuro;

D: Para mim, eles acham que nos somos, eles acham que nos não fazemos nada, eles julgam muito os jovens;

E: Não vê bom, vê como uma coisa ruim, mais nem todos os jovens de hoje em dia pensam só na marginalidade, tem jovens bons;

F: Ah, sempre tem aquelas pessoas que vem o jovem baderneiros pois existe muitos jovens que fazem baderna e eles vem mais o jovem que faz baderna, vê por este lado como uma pessoa baderneira, que quer viver no meio do mundo;

G: É, não sei, é diferente, porque os jovens de hoje em dia não respeitam os idosos e nem aos pais, os filhos não respeitam mais os pais, tá uma coisa diferente, estranha, não é como antigamente;

H: Acho que a sociedade vê o jovem hoje por causa destas violências, digamos assim, como um marginal, como uma pessoa perigosa, é muito ruim também;

I: Eu acho que a sociedade vê o jovem como marginal;

J: Tem gente que vê os jovens maus mais tem gente que vê os jovens bem.

Um dos pontos de análise importante do Groppo (2004), reflete em seus inscitos na “dialética das juventudes modernas e contemporâneas” é o fenômeno em que a sociedade culpabiliza os jovens pela violência e pela forma de agressão que alguns têm em relação à sociedade. O autor afirma que existe uma visão funcionalista na sociedade moderna que absorve a concepção naturalista de juventude, e tal visão permeia principalmente a psicologia e a medicina. Para Groppo (2004), existem, na sociedade, os estados “normais” e/ou saudáveis estabelecidos por leis sociais, e se existe normalidade para a sociedade, também se tem a anormalidade, doença, uma anomalia – aquilo que foge do padrão, do esperado, que destoa e não faz “funcionar” corretamente o sistema social.

O jovem “A” cita o poder da mídia ao afirmar que o jovem é o causador da violência: *“Hoje a sociedade pega todos os jovens infelizmente e a mídia que joga que os jovens são criminosos bota todos os jovens no mesmo saco e tem duas versões: a parti dos bom jovens e dos maus, eu na minha opinião estou na parte dos bons jovens”*. Ele apresenta a

defesa afirmando que os jovens são bons, outros afirmam que é muito ruim esta situação de estigmatizado porque apenas alguns jovens são baderneiros e maus; a simbologia entre jovem e violência é algo que vem sendo construída ao longo de muitos e influencia a consciência da população para acreditar que os jovens são os causadores da violência.

A sociedade tem uma imagem dos jovens que atribuindo-lhes caracteres e papéis, trata de impor-lhes regras e valores e constata com angústia os elementos de desagregação (GEOVANNI, CLAUDE, 1996). Os autores analisam que estas formas simbólicas desempenham papel importante nas políticas de juventude, pois a sociedade tenta impor uma definição para identificar o jovem no contexto e algumas vezes tentam institucionalizá-los tanto pela idade como pela sua formação socioeconômica, com isso os autores afirmam:

Os jovens são os primeiros atores da cidade, são o primeiro sujeito ativo na história, as crianças em geral não vão além de um papel passivo. Já foi dito que o desenvolvimento dos Estados modernos modificou de maneira radical o papel dos jovens: as bases territoriais dilataram-se, fazendo dos jovens um grupo social com solidariedades que extrapolam a área da aldeia ou do bairro. (GEOVANNI; CLAUDE, 1996, p.16)

Por isso, a implantação de políticas públicas nos territórios é de suma importância, e o serviço de convivência é realizado nesta base territorial dos jovens. Os autores supramencionados defendem esta dilatação das políticas públicas para que a juventude possa participar das políticas e programas sociais

É necessário realmente observar, como cita o mapa da violência 2015, que as taxas de violência contra o jovem aumentaram 463,6%, pois em 1980 se tinha 4.415 mortes/ano e estas passaram para 24.882 datadas em 2012, ou seja, são 116 mortes de jovens por dia no Brasil, uma guerra! Isso demonstra, quando se levanta o perfil destes jovens mortos, que em sua maioria são jovens entre 15 e 29 anos, negros, moradores da periferia das grandes cidades. A sociedade então possui um senso comum quando menciona os jovens como autores da violência.

Os jovens asseveram sentir esta discriminação, mesmo aqueles que estudam e participam do serviço de convivência, sentem que a sociedade os vêem como marginais. Segundo Fialho (2015), é uma generalização utilizar essa imagem dos jovens como delinquentes, devemos então debater este assunto a nível acadêmico e social, sistematicamente, com reflexões baseadas na cientificidade, na razão e não na emoção, vejamos:

Logo, associar a imagem de jovens ociosos, órfãos, ou desamparados que perambulavam pelas ruas em busca de sobrevivência à imagem instantânea de

delinquentes configura-se uma generalização um tanto perversa e desumana. Tornou-se imperioso problematizar conceitos previamente estabelecidos, percebendo as nuances que perpassam a formação de tais paradigmas, para possibilitar análise mais crítica e criteriosa. Com efeito, para compreender a gênese da “delinquência” juvenil na contemporaneidade, se faz necessário desabsolutizar paradigmas naturalmente difundidos e paulatinamente incorporados pelas pessoas no convívio social, revendo conceitos mediante reflexão sistemática (FIALHO, 2015, p.24).

Não podemos esquecer que as desigualdades econômicas e sociais e a falta de direitos podem influenciar na vulnerabilidade social em que vivem esses jovens, e é por isso que se torna fundamental as políticas públicas serem efetivas. Iremos, todavia, discutir no próximo subcapítulo, como as falas dos jovens refletem a questão do serviço de convivência como política pública, afinal, analisar essas falas é pleitear que os direitos fundamentais dos jovens sejam cumpridos pelo Estado, e essa luta deve ser constante para a garantia de mais saúde, esporte, educação, lazer, assistência social, segurança dentre outras políticas públicas.

4.3 PROBLEMATIZANDO O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

Neste tópico, ainda na voz dos jovens, iremos apresentar como o SCFV Adolescente, que é uma política pública que, como tantas outras, pode ser melhorada e potencializada para inclusão e participação social dos seus usuários. Antes, porém, torna-se oportuno conhecer o que os jovens entendem sobre política pública, vejamos:

10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA?

- A: Na questão de política pública ela é bem ampla, pois tem a da saúde, da educação, do esporte e ela vem crescendo muito mais tem que crescer mais ainda;
- B: Também não sei
- C: Tenho pouco conhecimento;
- D: Não sei;
- E: Sim, sei que existe;
- F: Não sei;
- G: Não sei;
- H: Não, ainda não sei;
- I: Não sei;
- J: Não sei;

Para grande maioria dos adolescentes, a nomenclatura política pública não foi compreendida, apenas 3 adolescentes inferiram conhecer a terminologia, mas somente um conseguiu elaborar uma oração a respeito. Tal dado não significa que eles estejam completamente distantes das problemáticas políticas e que sejam alienados, pelo contrário, com as demais perguntas pudemos perceber que eles são conhecedores de muitos serviços

decorrentes de políticas públicas e conseguem avaliar o que está funcionando bem. O que eles não dominam é o significado da categoria políticas públicas. Então, podemos concluir que não é que a juventude não conheça a realidade, mas a compreensão limitada do construto impossibilitou qualquer comentário mais aprofundado. O mesmo ocorreu quando questionamos sobre o SUAS, os jovens não sabiam do que se tratava.

A autora Gadelha (2008), nos remete que ao longo da década de 1990 foi acelerado no Brasil e principalmente aos adolescentes as políticas públicas, talvez pela criação do ECA e a Pactuação dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) que o governo federal teve que organizar e pensar o que teria que ser feito a longo prazo com a temática, juventude como política pública, neste sentido a autora escreve:

Tornou-se bastante expressiva, desde a década de 1990, a implementação de políticas públicas dirigidas aos adolescentes, em especial aos que são considerados em situação de risco e vulnerabilidade social. Tais políticas, em sua maioria, propõem uma educação voltada para a profissionalização e inserção no mercado de trabalho como forma de reduzir o fenômeno da violência juvenil, visto, de maneira geral, atrelado às questões da pobreza, da exclusão social e como integrante da “crise da adolescência”, refletindo a lógica presente na doutrina neoliberal e os conceitos universalizantes de adolescência (GADELHA, 2008, p.151).

Por isso, são tão necessárias políticas públicas eficazes para que se possa amenizar essa fase de vida, para GADELHA (2008, p.158) :

É preciso compreender de que maneira as pessoas ou grupos que são objetos de uma distinção, e não têm acesso a bens e serviços, vão se construindo como uma categoria à parte. Com efeito, a exclusão sempre produz uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupais, com interface material e simbólica (pertença, reconhecimento pessoal, etc.) por meio da qual ela se traduz e, embora, não se caracterize apenas pela situação de pobreza, está sem dúvida, articulada com esta circunstância.

Um desafio para todos que fazem as políticas públicas de juventudes é fazê-las conhecer pelos seus usuários que são os jovens, afinal, dos dez entrevistados apenas um mencionou que são normas a serem cumpridas. As políticas de juventude ficaram restritas ao debate sobre a sua implantação nos municípios, enfraquecendo ao longo dos anos a força de mobilização dos jovens, pois tentaram implantar políticas institucionalmente sem as mobilizações juvenis, a prova disso é o número reduzido de secretarias de juventude no Ceará e no Brasil.

Vejamos então o que os jovens sabiam especificamente sobre a política de juventude:

11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ?

- A: Sobre está política pública eu não conheço;
- B: Não sei;
- C: Eu tenho pouco conhecimento, mas ela significa normas a serem cumpridas e significa que não somos como qualquer animais, então, a gente tem normas ai para seguir;
- D: Não conheço;
- E: Não sei;
- F: Já ouvi falar, mas não sei muito bem o que significa;
- G: Não sei dizer;
- H: Não conheço;
- I: Também não, não conheço;
- J: Não conheço;

Tais depoimentos expressão o desconhecimento acerca da política de juventude. Para Ortiz e Salamanca (2000) pensando numa política pública dirigida aos jovens, assinalam:

Deve satisfazer três funções básicas: identificar, priorizar e recomendar as ações e programas sociais, para satisfazer as demandas e necessidades da população jovem. Para isso, torna-se necessário desenvolver, além disso, funções de coordenação técnica e assessoria no nível executivo, como trabalhos de gestão político-programática com os diferentes setores do governo, e o monitoramento de iniciativas programáticas destinada aos jovens (ORTIZ ;SALAMANCA, 2000, p.3).

Necessitamos, então, reorganizar as bases sociais e debater as políticas públicas de juventude, atraí-los pelos meios que eles conhecem, a tecnologia, a arte, a internet, dentre outros; é necessário que possamos compreender a língua da juventude para que se possa levar temas importantes e que necessitam de sua participação. A luta de muitos jovens deram resultados, como a implantação nacional de uma secretaria de juventude além do conselho nacional e o estatuto, agora cabe aos jovens de hoje conhecê-las e fiscalizar sua implementação, caso contrário, serão apenas leis sem efetividade e conhecimento crítico desse grupo, é preciso conhecer para saber o porquê de nossas lutas.

Já no que concerne ao serviço de convivência, o questionamento é respondido, na voz dos jovens, com sabedoria, pois, mesmo não utilizado os termos técnicos, eles respondem demonstrando conhecimento por estarem inseridos no serviço e poderem falar de acordo com suas vivências. Importa salientar que esta pergunta é uma das questões chaves desta pesquisa, vejamos o que eles mencionam:

12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE?

- A: O serviço de adolescente é uma coisa que junta todos os adolescentes e procura rever os conceitos de cada um e ajuda de certa forma;
- B: É bom pois você aprende o que é o certo e o que é errado;
- C: É um serviço de proteção aos adolescentes, é um serviço que permite que a gente saia da situação de risco e como a gente mora no bairro bastante ligado as drogas e as essas coisas e isso permite da gente se ocupar de alguma coisa e sair desta situação de risco;
- D: Eu acho que é um local onde o jovem deve se comportar na sociedade;

- E: É ótimo somente, é oportunidade do jovem se entrosar e fazer a mesma coisa e muitas atividades;
- F: Ele para mim é o local que ajuda muito os jovens né, a sair do meio da rua para poder pensar, refletir um pouco na vida;
- G: Espaço de aprendizado para gente;
- H: É uma parte do dia-a-dia que a gente passa, e convive com outras pessoas para se distrair, passar um tempo, é isso;
- I: Para mim eu não consigo nem explicar, é tanta coisa, é bom demais, é isso;
- J: É um lugar onde os jovens passam um pouco do seu tempo para aprender.

Segundo as normativas, o serviço de convivência é:

Trata-se de um Serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). E foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº01/2013. Esse Serviço é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida, de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Os usuários do SCFV são divididos em grupos a partir de intervalos de faixas etárias. O trabalho nos grupos é organizado em percursos de forma a estimular as trocas culturais e a partilha de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2014, p. 05)

O jovem A menciona: *“O serviço de adolescente é uma coisa que junta todos os adolescentes e procura rever os conceitos de cada um e ajuda de certa forma”*. O fato é que são os trabalhos em grupos estimulando as trocas culturais, o juntar é nada mais que o a socialização dos adolescentes nos grupos.

Já a narrativa de B afirma que *“se aprende o certo e o errado”*. O serviço estimula o protagonismo dos jovens buscando trabalhar os percursos dos temas socioeducativos.

O jovem C que salienta:

É um serviço de proteção à aos adolescentes, é um serviço que permite que a gente saia da situação de risco e como a gente mora no bairro bastante ligado as drogas e as essas coisas e isso permite da gente se ocupar de alguma coisa e sair desta situação de risco (Jovem C)

Essa resposta contempla o foco da política de assistência social, pois sendo um serviço socioeducativo, integra ações da proteção social básica do SUAS, visando a proteção e garantia de direitos. O SCFV Adolescente é destinado, como afirma sua legislação, à famílias de extrema pobreza, vivendo em diversas situações de riscos sociais como trabalho infantil, abuso e/ou exploração sexual, negligência, fora da escola ou com defasagem escolar,

medidas socioeducativas; e a resposta do jovem está de acordo com legislação, em outras palavras, é congruente com o objetivo do programa.

O convívio oportunizado pelo serviço de convivência, promove a participação cidadã e estimula ao mundo do trabalho. Outro ponto positivo em Maracanaú é que todos os usuários devem passar por todas as oficinas promovidas pelo serviço de convivência, principalmente no que concerne a oficina socioeducativa, pois é lá que são trabalhados os temas transversais, com um trabalho de conscientização e fortalecimento de vínculo entre o jovem e a família.

Nossa última análise deste bloco é em relação ao conhecimento do jovem sobre a política de assistência social, é a pergunta de número 13:

13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL?

A: O SUAS assim dizendo é uma política de assistência social de certa forma, os CRAS e amplia o conhecimento dos adolescentes e das crianças além de ministrar oficinas e palestras e diversas coisas;

B: Sim;

C: Um pouco, já ouvi falar, mais não tenho muito conhecimento não;

D: Não;

E: Sei, mas não estou lembrada agora

F: Não

G: Já ouvi falar;

H: Não;

I: Sim;

J: Não;

O reconhecimento da juventude sobre a política de assistência social é restrita, pois as falas inferem pouca segurança para falar acerca da assistência social. São 11 anos de trabalho firmados na consolidação de direitos, mas esse trabalho ainda não é claro para os jovens. A narrativa: *“O SUAS assim dizendo é uma política de assistência social de certa forma, os CRAS e amplia o conhecimento dos adolescentes e das crianças além de ministrar oficinas e palestras e diversas coisas”* (Jovem A) exemplifica o conhecimento que os jovens deveriam possuir acerca desse serviço. Definir PAIF, PAEF, SUAS e SCFV não é tarefa fácil.

Devemos compreender que não necessariamente os jovens e suas famílias precisam saber estas nomenclaturas, ou siglas, a propósito, às vezes nem os profissionais que trabalham na política conhecem todas, o importante é que o entendimento do jovem e de seus familiares conheça o serviço. Assim, segundo Couto, Raichelis, Silva e Yazbek (2012):

Os usuários mais jovens tendem a associar a desesperança decorrente da ausência de alternativas de trabalho nos municípios à compreensão de que vivenciam uma exclusão digital crescente o que dificulta a possibilidade de competição pelos postos de trabalho existentes em mercados cada vez mais orientados por novas tecnologias de informação e de comunicação. Assim a identificação revivida da política de

assistência social brasileira com o assistencialismo, de triste memória, merece explicação de fundo, elas mergulham no âmago complexo e contraditório do problema, poderão obter a resposta precisa para o fato estrutural de que no capitalismo não há lugar para a política social de direitos. (COUTO; RAICHELIS; SILVA; YAZBEK, 2012, p.15-16)

Nessa conjuntura, percebemos que a política de assistência social se torna uma possibilidade real para as famílias em seus territórios, ainda que desconhecida por muitos. É um local para o atendimento e garantia dos direitos sociais das famílias.

Hoje podemos afirmar que a assistência social é uma política que busca trabalhar em um modelo de gestão participativo e descentralizado sendo realizado nos territórios de vulnerabilidade social, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são trabalhados e articulados pelos três entes federados aprimorando de forma coesa um sistema único que se torna uma realidade em movimento, difere assim de um modelo assistencialista, clientelista e desarticulado, entretanto somos sabedores que existem municípios que ainda trabalham nessa situação e em pleno ano de 2016 a nível nacional se desenha um modelo neste formato, um formato de primeiro damismo, do voluntariado e da caridade.

3) Atividades que o entrevistado participa e/ou participou durante a sua permanência no serviço de convivência

O terceiro bloco de perguntas se refere às atividades das quais o jovem participou durante a permanência no SCFV adolescente. Dialogamos com os jovens e estes mencionaram suas oficinas preferidas, sua convivência social e a participação cidadã, bem como relataram se ao longo de suas atividades tiraram algum documento, ou participaram de atividades esportivas e/ou culturais.

Questionamos aos jovens o que eles faziam antes de ingressar ao SCFV e se após sua entrada e participação nas atividades houve mudanças em suas vidas. Os momentos de dificuldade também vieram à tona nos questionamentos, conhecendo com quem os jovens podem contar nos momentos difíceis de suas vidas.

Qual a relação com o orientador social e os outros profissionais do SCFV também foi pergunta importante para perceber os vínculos com estes profissionais. A última pergunta permite refletir e realizar uma avaliação do SCFV Adolescente, bem como dos seus profissionais - se eles faltam muito, se estão presentes nas atividades. Todavia, importa salientar que nos anexos estão as entrevistas completas dos entrevistados.

Assim, iniciaremos a discussão acerca do questionamento na pergunta de número 03: No SCFV adolescente do CRAS é possível desenvolver a convivência social e a participação cidadã? Se sim, como?

A: Sim, pois além de ser uma introdução ao mercado de trabalho, e nos ensina a como se comportar numa entrevista de emprego, e como se portar no meio das pessoas e isso nos ajuda muito;

B: SIM;

C: Eu acho que seria possível sim;

D: Sim, eles tratam a gente super bem e tem algumas coisas que a gente participa e vê que eles não estão ai pra gente,

E: Há sim, a gente se apresenta muito nas escolas e na comunidade e nas praças e conforme a gente vai se apresentando vai se tornando mais conhecida, e a gente fica com mais convivência com os outros;

F: Sim, você vai aprender a lidar com as pessoas mais a frente;

G: Participando de todas as oficinas e que vai mudar muito na vida, aqui participando;

H: Sim, você interagindo com outras pessoas aqui, assim você pode interagir com as pessoas de fora, na sociedade;

I: Não entendi, sim, um pouquinho, desenvolver a convivência social;

J: Sim, muito;

Todos os jovens afirmaram que o serviço de convivência possibilita ampliar a participação cidadã e a convivência social. O jovem G representa infere: *“Participando de todas as oficinas e que vai mudar muito na vida, aqui participando”*. Essa afirmação assevera que as oficinas fortalecem o seu desenvolvimento integral. Segundo o caderno do orientador social do ciclo I “percurso socioeducativo III – coletivo pesquisador” é trabalhada a dimensão lógica, reflexiva, cognitiva, afetiva, ética, estética e lúdica, assim os jovens podem interagir com as outras pessoas na comunidade fortalecendo seus vínculos comunitários que é um dos objetivos do serviço como política pública, contudo, apontamos a fragilidade deste serviço quando abordamos um dos três eixos estruturantes que é o mundo do trabalho, os primeiros passos de preparação ao mercado de trabalho deixa muitos jovens decepcionados, haja vista que desejam muito adentrar a este mercado por inúmeros fatores e o programa não atende essa expectativa.

Um dos objetivos do SCFV Adolescente é desenvolver a convivência social e a participação cidadã, observamos que as respostas dos jovens estão de acordo com aquilo que eles vivenciam nas oficinas - o teatro, o esporte, a dança e o socioeducativo – que contribui para o desenvolvimento integral dos jovens como afirma o “caderno do ciclo I – percurso socioeducativo II – consolidação do coletivo” (2009, p.28):

É a articulação entre os eixos estruturantes e os temas transversais que propicia aos jovens uma visão integrada entre os conhecimentos sobre

cultura, direitos humanos e socioassistenciais, esporte e lazer, meio ambiente, saúde e trabalho.

Este trabalho é conduzido pelo orientador social conjuntamente com seu técnico de referência que irá planejar as atividades. Os facilitadores de cultura e esporte também participam, com isso, toda equipe sabe quais temas irão trabalhar com os jovens. O objetivo é proporcionar conhecimentos através dos temas transversais por meio de círculos de conversa, valores éticos e desenvolvimento da concepção de sujeito de direitos, conhecedores de seu protagonismo.

A oficina mais desafiadora é o socioeducativo, pois tem que ter muitos atrativos para “prender” a atenção do público jovem, já que eles não são obrigados a ir ao SCFV Adolescente, então, deve-se criar um espaço atrativo e prazeroso para eles, desafio contínuo. Todavia, é no socioeducativo que o debate acontece com maior ênfase, pois os temas transversais são debatidos além dos três eixos estruturantes do serviço – a convivência social, a participação cidadã e o mundo do trabalho.

As oficinas realizadas, informática em algumas unidades e um ônibus para lazer reservado pela gestão do serviço de convivência na secretaria de assistência social também proporcionam um trabalho complementar para as unidades, contribuindo com este trabalho realizado na ponta pelos profissionais.

Ao perguntar “você participa através do SCFV adolescente de atividades culturais no município? Se sim, quais?” Podemos observar as seguintes respostas:

A: Sim como apresentação de capoeira, que nos saímos muito fora e no Dorian Sampaio que é o teatro daqui de Maracanaú que a gente sempre se apresenta com algumas peças teatrais, apresentações danças e várias outras coisas;

B: Não;

C: Sim, sim, ano passado teve atividades artística e a quadrilha que tem todo ano aqui em Maracanaú, e foi minha primeira vez dançando quadrilha aqui, também nos foi na Ceasa fazer uma manifestação contra o trabalho infantil e vários outros como teve aqui a manifestação da paz e vários outros;

D: Não;

E: Sim;

F: Sim, mais no momento não lembro quais mais já participei de muitas;

G: Sim, dança, teatro, balé;

H: Já, já, já me apresentei no Dorian Sampaio e no começo do ano nos jogos da paz em Maracanaú;

I: Sim, futebol, dança;

J: Sim, dos jogos da paz.

Pelo calendário do SCFV Adolescente, que está no anexo deste trabalho, identificamos atividades de cultura e esporte ao longo do ano de 2016, e isso permite que os jovens possam participar valorizando a criação de vínculos com os outros jovens de todas as

unidades da proteção básica. Os jogos da paz, por exemplo, foram realizadas em três dias de atividades esportivas no campo do estádio Carlos Jereissati em Maracanaú no mês de abril do ano corrente, e é trabalhado ainda pelo CRAS Mucunã - com os jogos de futsal - pelo CRAS Pajuçara – com o carimba dentre outras atividades como handebol e vôlei ao longo do ano. Essa iniciativa propicia uma interação entre seus pares além de fortalecer a prática esportiva dos jovens, ou seja, é a política pública de assistência social contribuindo para o desenvolvimento do esporte de seus usuários, no entanto, é preciso salientar a fragilidade de muitos CRAS, que não possui estrutura para as atividades esportivas.

Outra forma de contribuição da política pública de assistência social é com a cultura, Apresentações culturais, como C afirma: *“Sim, sim, ano passado teve atividades artística e a quadrilha que tem todo ano aqui em Maracanaú, e foi minha primeira vez dançando quadrilha aqui, também nos foi na Ceasa fazer uma manifestação contra o trabalho infantil e vários outros como teve aqui a manifestação da paz e vários outros”*. O que o jovem mencionou foram atividades culturais como a valorização da cultura local e o teatro, esta oficina, importante para o desenvolvimento artístico, não está em todas as unidades, apontamos isso como aspecto dificultador da política pública, pois as outras unidades se fragilizam por não ter esta oficina, e os jovens mencionam que se sentem prejudicados por não ter oficina de teatro em seu CRAS.

Em relação à quadrilha, é o segundo ano consecutivo que o CMDCA, a assistência social e a cultura realizam o festival infanto-juvenil, reunindo 30 escolas e os 10 CRAS na preservação dessa expressão cultural. Fornecendo as roupas, profissionais para apresentações e ônibus para levá-los ao São João de Maracanaú são fomentadas as apresentações folclóricas, inclusive há um ônibus para levar os familiares dos jovens que participam. Essa é uma das apresentações culturais mais prestigiadas e que possibilita aos jovens desenvolver sua participação e a convivência social. Entretanto, salientamos a dificuldade em obter roupas apropriadas para as atividades culturais nas unidades, o vestuário apropriado para o dia a dia, para o balé, por exemplo, são antigas, para os eventos, etc.

A pergunta de número 08 deste bloco foi refletida como um contraponto entre o que está nos documentos norteadores do serviço de convivência e o que encontramos na prática, diante da realidade efetiva do serviço como política pública, sendo problematizada. Perguntamos aos jovens se eles mudaram participando das atividades, e eles responderam:

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU?

A: Assim quando eu comecei a entrar no serviço de convivência a minha vida mudou muito não somente na parte de convivência eu aprendi ser uma pessoa melhor dentro da sociedade;

B: Comecei a respeitar mais as pessoas;

C: Com certeza, antes eu não tinha conhecimento nenhum dos meus direitos, direito de participar da sociedade, direito de dá uma opinião e hoje o Cras me proporcionou isso, de ter uma voz no meio da sociedade;

D: Melhorou, antes eu ficava aqui em casa estressada e desenvolvo atividades aqui e não joga os stress na família;

E: Mudou bastante pois a gente entra aqui tímido e conforme a gente vai ensaiando e se apresentando a gente desenvolve mais a comunicação;

F: Acho que mudou para melhor assim, mais eu continuo a mesma pessoa, mudei mais continuo a mesma pessoa ainda;

G: Sim, tive mais oportunidade e trabalhar a timidez pois eu era muito tímida e foi isso;

H: Sim, eu mudei muito minha interação com as pessoas pois eu era muito tímido, isolado, e digamos assim, eu to mais solto, eu converso mais com as pessoas;

I: Sim, mudou muito, eu era muito rebelde e agora estou mais ou menos, estou mudando;

J: Muito, antes eu ficava em casa e não tinha coragem de ajudar minha mãe e agora eu tenho;

Como política pública, o SCFV Adolescente se propõe a propiciar aos jovens conquistas e aquisições de possibilidades oferecidas nas oficinas, não podemos perder o foco que está se realizando um trabalho adaptativo no qual se prepara os jovens para desenvolverem suas atribuições de boa convivência em relação ao mercado de trabalho, à convivência harmônica em sociedade, estamos moldando, dentro do serviço, o que o mercado ou a sociedade deseja.

Contudo, os jovens afirmaram que com o tempo, seus comportamentos foram melhorando, desenvolvendo características de sua condição social na comunidade mais tolerante e coletiva. A convivência social é atribuída como eixo principal no serviço possibilitando assim uma capacidade adaptativa dos jovens na sociedade, que, segundo a voz C, enseja o conhecimento pelos direitos como algo que mudou sua vida: *“Com certeza, antes eu não tinha conhecimento nenhum dos meus direitos, direito de participar da sociedade, direito de dá uma opinião e hoje o CRAS me proporcionou isso, de ter uma voz no meio da sociedade”*. O desenvolvimento de atividades culturais também proporciona mudança de atitude como afirma a voz E: *“Mudou bastante, pois a gente entra aqui tímido e conforme a gente vai ensaiando e se apresentando a gente desenvolve mais a comunicação”*. As apresentações culturais transformam aquele jovem tímido em um jovem articulado e participativo, mais solto, como diz a voz H, capaz de posicionar e ser mais protagonista.

E, para encerrar o terceiro bloco de perguntas aos jovens, foi contemplada a avaliação desta política pública, na pergunta 12, quando indagamos qual nota os jovens dariam ao SCFV adolescente proporcionado pela assistência social. Visualizamos que os

jovens desta pesquisa responderam de acordo com o que achavam do serviço, que para eles está sendo utilizado como única válvula de escape naquele território, sendo insatisfatório, ainda que recebendo boa avaliação. Vejamos a avaliação dos jovens:

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE?

A: De 0 a 10 o centro de convivência merece a nota 8;
 B: 8;
 C: Dou a nota 8;
 D: 10 porque eu gosto daqui;
 C: 10;
 F: 10;
 G: 8;
 H: Eu daria um 8;
 I: Com certeza 10;
 J: 10

Identificamos, pelas respostas dos jovens, a importância do serviço reconhecida. Mesmo tendo algumas dificuldades estruturais e de materiais, os jovens percebem um compromisso dos profissionais em realizarem as atividades e o esforço que realizam para apresentar um excelente trabalho para eles, como será demonstrado a seguir. Quatro jovens deram nota 8, enquanto seis deram nota 10, ou seja, para os jovens entrevistados o serviço de convivência adolescente em Maracanaú está sendo realizado a contento, diante dos depoimentos o desafio será de organizar um serviço que não pode retroceder mesmo com as dificuldade econômica nos municípios e que se articule e mobilize outras esferas públicas, na luta pela garantia dos direitos.

O bom relacionamento entre os profissionais do SCFV Adolescente proporciona um bom espaço de convivência social e participação cidadã, pela gestão da política vem o trabalho em contratar profissionais e mantendo-os por quatro anos naquele CRAS. A pesquisa realizada nos diferentes CRAS faz compreender que os jovens avaliam positivamente este serviço público por ser ele o único no seu território, ou um dos poucos que oferece várias atividades dentro de suas comunidades, somente a escola, com o Programa Mais Educação, é que tem também estrutura de oficinas, todavia, o programa não está em toda escola do município.

4) Contribuição do serviço para a vida do jovem entrevistado

No 4º bloco de perguntas aos jovens, debatemos sobre a contribuição do serviço para a sua vida, nesta pergunta, buscamos refletir sobre sua interação na família e na

comunidade, compreender se sua participação no serviço de convivência é positiva ou negativa no contexto de protagonismo juvenil. Apontamos algumas falhas de estrutura nas unidades e no repasse de algumas informações importantes aos jovens.

Outro ponto de análise é a questão de número 01 deste bloco, onde foi perguntado se o SCFV adolescente está contribuindo com sua interação familiar e comunitária. Vejamos as respostas:

A: Sim, pois além de ter a educação de casa no polo, amplia a educação aqui onde podemos levar e também para sociedade e com as pessoas que convivemos;

B: Não sei, não sei;

C: Sim, porque alguns assuntos sobre sexualidade e outras coisas, antes eu não procurava saber sobre isso, sobre DST's e essas coisas e aqui a gente tem essa convivência e a gente debate isso sem preconceito;

D: Contribui, pois não sou como antes;

E: Sim;

F: Sim, está fazendo eu me relacionar cada vez mais com meus familiares;

G: Ah, é, os cursos são muito bom, e que vai ajudar muito lá fora, no currículo, a desenvoltura e é isso;

H: Sim, está contribuindo também porque em várias reuniões que tem meu pai ou minha mãe que vem, não pode vim o vizinho pois tem que ser o responsável, então meu pai e minha mãe é que vem.

I: Sim, com muitas coisas, eu não sei explicar mais com muitas coisas;

J: Está, eu sei que está.

As vozes dos jovens mencionam, de uma forma resumida, a importância da participação deles no serviço de convivência e como os aprendizados estão tendo resultados em sua vida na comunidade e nas famílias. A participação se insere na vida dos jovens como um elemento no debate sobre fortalecimento de vínculos, deste modo, os jovens ampliam suas relações na perspectiva da vivência da cidadania, da interação familiar. Afinal, pressupõe-se compreender que a participação exige que condições sejam criadas para favorecê-la e essas condições tem relação com acesso à informação, com os conteúdos debatidos nos grupos através do socioeducativo e das outras oficinas.

A voz A explicita: *“Sim, pois além de ter a educação de casa no polo, amplia a educação aqui onde podemos levar e também para sociedade e com as pessoas que convivemos”*. Percebemos desde a afirmação que os jovens aproveitam o que aprendem para levar o aprendizado a comunidade e a sua família. O Jovem C também menciona o quanto é importante às informações para poder participar ativamente na sociedade ao afirmar: *“Sim, porque alguns assuntos sobre sexualidade e outras coisas, antes eu não procurava saber sobre isso, sobre DST's e essas coisas e aqui a gente tem essa convivência e a gente debate isso sem preconceito”*.

Segundo os traçados do serviço de convivência, na página 22, o sentido de participar é:

Participar não se restringe a aderir, pressupõe o compartilhar, o pôr-se em movimento, o que exige a motivação para um objetivo. Assim, participação pode ser um qualificativo da convivência, uma visão ampliada que inclui estar, posicionar-se nas decisões que lhe diz respeito. (MDS, 2009).

Na pergunta de número 03 deste bloco foi questionado aos jovens sobre quais os aspectos negativos no serviço de convivência, eis as respostas dos jovens:

- A: Falando do negativo algumas pessoas quer segurar o seu mundinho querendo utilizar somente o CRAS, somente o polo e ficar somente neste canto;
- B: Alguns professores;
- C: E o aspecto negativo, claro que não é um sistema perfeito e alguns são mais isolados e principalmente o Se liga que a todo ano fica trocando os professores ai;
- D: As crianças insultam muito os adolescentes e os adolescentes vão logo querendo falar palavrão com as crianças;
- E: Não sei agora;
- F: Nenhum, não achei nenhum ponto negativo;
- G: Negativo é que eu não gosto como o esporte e a capoeira;
- H: De negativo é que acontece algumas discussões de adolescentes aqui e isso não contribui muito, isso é ruim;
- I: Os negativos é que tem muita sujeira;
- J: Não tem nada negativo eu gosto de tudo;

Nesta pergunta, pretendem-se trazer algumas reflexões sobre o que os jovens consideram como negativo ao serviço de convivência, a resposta de B enseja uma questão fundamental no serviço, critica alguns professores, no entanto, quando ela fala dos professores, está se remetendo aos profissionais do serviço de convivência, orientador social e facilitadores de cultura e esporte. Essa narrativa afirma a importância de profissionais qualificados e comprometidos, com formação adequada para exercer a mediação de conflitos e ampliar a convivência saudável.

Um fato que devemos apontar e a influência nas oficinas de alguns facilitadores de esporte e dança, ou seja, quando a unidade pela sua estrutura física não dispõe de espaço para a dança e o esporte é prejudicando, aquele profissional na realização de suas atividades é muito prejudicado e, conseqüentemente, alguns vão se acomodando. A falta de material adequado pode também influenciar nas atividades e desestimular o profissional.

O fato é que ter profissionais compromissados e com perfil técnico deve ser critério para futuras seleções da secretaria, a legislação já apresenta um perfil mínimo dos profissionais tanto de nível superior que compõem a equipe técnica da Proteção Social Básica – a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 17, de 20/06/2011, a resolução do CNAS nº 9, de 15 de abril de 2014 - que ratificam e reconhecem as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de nível médio e fundamental de escolaridade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A voz C traz um problema crucial para os jovens neste ano de 2016 no serviço de convivência, com a falta de bolsa da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Formação Tecnológica – SETEC para contratação de estagiário se profissionais para trabalhar no programa *Se Liga*, de informática. O fato é que dentro das unidades que tem estrutura e laboratório de informática, que já não são todas, não está acontecendo as oficinas de informática ou estas estão sendo realizadas apenas em um turno, manhã ou tarde, causando um enorme prejuízo para o serviço de convivência, como assevera o jovem C: *“E o aspecto negativo, claro que não é um sistema perfeito e alguns são mais isolados e principalmente o Se liga que a todo ano fica trocando os professores ai”*.

O Estado não deve atuar apenas como regulador das ações de mercado, mas interferir de forma ativa como indutor do desenvolvimento local potencializando os jovens do serviço de convivência. Essa ação deve acontecer na forma de parcerias entre os governos além de empresas, universidades, organizações não governamentais, sociedade civil e todos os outros atores locais interessados, inclusive chamando os jovens para um debate sobre esta problemática.

Outras informações foram dadas como a sujeira em alguns CRAS, que são apontadas pelos jovens como algo negativo. É de fundamental importância que a gestão da secretaria observe essa situação, pois a limpeza é fundamental neste processo do cuidado, afinal, como vamos falar de sustentabilidade se o poder público não faz sua parte?

A estrutura é novamente apresentada pelos jovens. A mistura entre crianças e adolescentes foi algo citado como ponto negativo. As oficinas de capoeira e esporte foram citadas como negativas, aqui pela falta de estrutura, que é essencial, pois as unidades não possuem espaço para estas atividades e as que possuem espaço, não existe quadra coberta ou mesmo uma quadra com estrutura. O CRAS Acaracuzinho possui uma quadra, mas com buracos, além do sol que inviabiliza uma oficina com qualidade.

5) Avaliação do jovem entrevistado sobre o funcionamento do serviço

Para finalizarmos nossa pesquisa, iremos abordar o último bloco de perguntas. Este quinto bloco tem a intenção de conhecer a avaliação do jovem sobre o funcionamento do programa, as principais perguntas serão apresentadas começando pelo questionamento acerca de qual oficina dentro do SCFV adolescente eles mais gostavam e a que menos gostavam:

A: A que eu mais gosto é a capoeira e o esporte, e a que eu não goste mais a que eu menos pratico é a de artes;

B: O que eu mais gosto é a dança e o que eu menos gosto é o esporte por que não tem estrutura;

C: Menos gosto é da atividade de informática porque a situação aqui não é muito boa, é um pouco precária, na maioria das vezes está sem internet, o próprio professor não tem culpa porque fica praticamente impossível dá prosseguimento ao curso com a internet sem condições;

D: Eu gosto de informática porque é legal e que a que eu não gosto não tem nenhuma, eu gosto de todas;

E: O que eu mais gosto é o balé pois a gente dança e aprende e isso é muito bom para os adolescentes e o que eu não gosto é a oficina que a gente fica somente em uma sala conversando e ninguém sai pra fora para conversar;

F: A que eu mais gosto é o balé e a que eu menos gosto é o socioeducativo pois passa muito tempo falando da mesma coisa;

G: A que eu mais gosto é o balé e a que menos gosto é da capoeira;

H: A que eu mais gosto são duas, é o esporte e a informática e há o que eu menos goste, não é a eu odeio mais, eu não gosto mais eu vou pelas amizades é o ballet, é porque eu tenho muitas amizades nesta oficina;

I: Eu gosto mais da dança e menos do coletivo na quarta;

J: Futebol, a que eu mais gosto é futebol, a que eu menos gosto é pintar, desenhar.

Pela avaliação dos jovens, a oficina cultural de dança é a que mais é bem aceita, é a que mais gostam, e em geral, a oficina que menos gostam é o socioeducativo, como cita três jovens (E, F, I). As duas oficinas devem ser uma preocupação dos gestores, pois a dança que eles gostam mais não tem estrutura de ser realizada em metade das unidades e nas outras a estrutura é precária. A oficina principal, que é o socioeducativo, é considerada uma oficina chata, como diz o jovem F: “A que eu menos gosto é o socioeducativo, pois passa muito tempo falando da mesma coisa”. Deve-se então rever as estratégias de atuação destas oficinas.

A falta de estrutura para o esporte e a inexistência da oficina de informática são novamente citadas pelos jovens. Na prática, percebemos que existe uma ausência de estrutura que se torne presente, no cotidiano dos jovens, ocasionando uma sistematização de improvisos por parte dos profissionais, ou seja, a falta de ações governamentais para sanar tal situação perdura e os jovens a percebem.

Outra questão importante neste bloco é a que questiona qual o tema trabalhado na oficina socioeducativa que lhe chama mais atenção. Essa questão teve como objetivo saber o que é trabalhado nessa oficina e que se torna significativa para os jovens. Vejamos o que eles mais mencionaram:

A: Na minha opinião, eu acho que a questão sexual foi bem abordado aqui no CCS;

B: Exploração da criança e do adolescente;

C: A exploração do trabalho infantil que é uma temática que a gente sempre vem trazendo a tona e a cada vez vem surpreendendo mais porque é a maior realidade da região é a exploração do trabalho infantil;

D: Eu não me lembro;

E: Foi o dia da paz;

F: É, foi sobre a exploração de crianças e adolescentes;

G: A exploração de crianças e adolescentes;

H: Exploração infantil;

I: Os jogos da paz;

J: Foi o trabalho infantil;

Três temas, dentre muitos que são trabalhados no socioeducativo, em Maracanaú, durante o ano inteiro, foram os mais citados pelos jovens: exploração sexual, trabalho infantil e jogos de paz.

A questão da exploração sexual foi a primeira a ser apresentada pelos jovens A, B, F, G e H. O caso nos remete a analisar a questão de como a vulnerabilidade social afeta diretamente nossas crianças e adolescentes, o que eles identificam como significativo é um reflexo de suas vidas, por isso a importância do serviço de convivência para trabalhar e identificar casos de exploração e, consecutivamente, comunicar ao conselho tutelar e CREAS.

O trabalho infantil é outro tema muito lembrado por eles (C, J) e ainda é uma realidade nos bairros em que habitam. A situação de extrema pobreza potencializa as famílias a colocarem suas crianças e adolescentes a trabalharem em situações extremas, desde pedir em sinais, vender dindim, carregar sacos de arroz na Ceasa, dentre outros. Bairros como Pajuçara, Alto da Mangueira e Alto Alegre são apontados pelo IBGE (2010) como os bairros identificados com maior índice de situação de trabalho infantil. O serviço de convivência vem realizando várias ações de conscientização - como caminhadas nos bairros, palestras com as famílias no CRAS - todavia, a situação de exclusão intensa é generalizada.

Os órgãos de controle devem fiscalizar essa questão do trabalho infantil, contudo, sabemos da importância dos jovens em iniciar a atividade laboral, de acordo com a legislação atual no Brasil. Os autores ANDRADE E MACAMBIRA (2014, p.148), falam da qualificação dos jovens para o desenvolvimento sustentável:

É evidente a importância do trabalho na vida dos jovens brasileiros, assim como urge a necessidade de melhorias na qualidade dos postos de trabalho que estão sendo gerados, de maneira a contribuir com as carreiras profissionais de tantos jovens que sonham com melhores oportunidades de trabalho e de cidadania. Para isso, é preciso ampliar os estudos e a formação profissional, atributos estes que são decisivos na esfera de mercados de trabalho cada vez mais competitivos que exigem mais conhecimentos e criatividade das pessoas.

Por fim, a temática dos jogos da paz é a terceira mais citada pelos jovens (E;I) como um dos temas mais importantes dentro do serviço de convivência, o desejo de paz é fruto de vivência de violência no cotidiano. Os jogos da paz são compostos por várias atividades culturais, esportivas e socioeducativas que são trabalhadas nos grupos com a temática paz em todas as unidades da proteção social básica de Maracanaú. Devemos perceber que o impacto da vivência de situações de violência na trajetória dos jovens precisa ser considerado na intervenção, tendo como direção a perspectiva de que essa e as demais

situações de vulnerabilidade descritas à cima podem ser enfrentadas e alteradas, mais ainda, que a vinculação a outros grupos, a vivência de outras experiências ou mesmo o restabelecimento de vínculos distintos com grupos e pessoas com quem se relaciona é uma oportunidade para esse enfrentamento dentro do serviço de convivência, vejamos outros grupos que sofrem violência:

As crianças, adolescentes, mulheres, homossexuais e negros têm um histórico social de ser alvo de violência. As situações de maus tratos, abuso sexual, se viciamento para práticas delituosas e uso de drogas vivenciadas por esses segmentos ganharam estatuto de crime há algumas décadas, apenas colocando em evidência que deixava de ser uma questão de âmbito privado. (BRASIL, 2013, p. 33)

Perguntamos aos jovens, também, sobre a evasão no serviço, por que alguns jovens abandonam o serviço:

- A: Na minha opinião é que a juventude de hoje está querendo coisas novas constantemente e o que o serviço demonstra a ela não é sempre mais por isso que acontece a evasão de jovens;
- B: Por que alguns não se sentem a vontade com a estrutura;
- C: Como eu já disse muitas vezes pelo isolamento e alguns não conseguem se adaptar e a minoria assim mais também tem outros;
- D: Eu acho que é porque eles não gostam;
- E: Não sei;
- F: Muitos saem pelo socioeducativo, pois acham um negócio entediante, parado, aquele negócio parado e resolvem não vim mais;
- G: Porque falta de interesse e por que uns não gostam;
- H: Por que várias vezes o adolescente e acaba ele não se dando bem no ambiente e com as pessoas e não se dá bem e acaba ele saindo, ele não gosta e não vem mais, não pode mais praticar;
- I: Porque eles logom vem e sai atrás de emprego, tem que ir trabalhar por isso que ele sai;
- J: Porque chega em uma certa idade em que ele tem que trabalhar.

A oficina socioeducativo é o maior problema do serviço de convivência, já que esta trabalha justamente com as leis, programas e projetos que assistem a juventude, bem como discute mecanismos de convivência harmônica em sociedade, princípios, valores e possibilidades de resistência e ações interventivas fundamentais para o protagonismo social. Justamente essa oficina ter sido considerada “parada e que os jovens não vem mais”, como afirma a jovem F, é preocupante.

A questão do trabalho é outro aspecto mencionado como motivador da evasão dos jovens. A inserção dos jovens no mercado de trabalho é algo que preocupa tanto os CRAS como as escolas, pois se percebe que a evasão do jovem não é apenas um alerta de que o serviço ou programas não estão interessando aos jovens, mas de que o trabalho informal, em condições precárias, está se configurando mais necessário ou interessante que as atividades formativas. Em Maracanaú destacamos, inclusive, o CRAS Piratininga que está com um

número muito pequeno de jovens participando do serviço de convivência, já ocorreu até reuniões com a gestão da proteção social básica para que se possa encerrar o serviço de convivência adolescente e implantar o serviço de crianças haja vista o número grande de evasões dos jovens.

O lanche é algo fundamental no serviço de convivência, muitos dos usuários saem de casa sem se alimentar, muitas vezes por não ter alimento em casa, como, tanto pela manhã como pela tarde, é ofertada alimentação aos grupos do serviço de convivência, o lanche se torna um atrativo para os que vivem a fome e a pobreza extrema. A pergunta aborda sobre o que eles acham do lanche:

A: Bem, o lanche do centro de convivência é uma coisa bem saudável que ajuda muito porque tem as atividades que o polo propõe e que cansa muito e que acontece muito de as pessoas de fora e algumas crianças e adolescentes não tem o lanche em casa e o polo ajuda muito isso;

B: Bom;

C: Eu não posso dizer que é ruim não, na minha opinião é o melhor da região e eu acho que se for pegar todos este aqui é o melhor;

D: Eu merendo de vez em quando, mas a merenda é boa;

E: Bom, mas poderia melhorar bastante;

F: É bom, mas precisa melhorar;

G: Eu acho ruim porque antigamente era bom e hoje é ruim, tá caindo e não é bom mais;

H: O lanche daqui é muito bom apesar de em alguns dias é um pouco ruim, mas em muitos outros dias ele é bom;

I: Eles reclamam muito porque é muito repetitivo, vem as mesmas coisas, vem bolacha e pão, ai eles reclamam muito e vem o mesmo suco;

J: Mais ou menos, mas pode melhorar;

A avaliação sobre o lanche do serviço de convivência é avaliada positivamente pelos jovens, ter esse serviço para eles é uma coisa muita boa. No entanto, quanto à questão da qualidade, eles afirmam que o serviço deixa a desejar, que poderia ser melhor, mais variado. Por mais que a gestão afirme se esforçar para manter os lanches, os entrevistados acham ruim o fato de ser quase sempre bolacha e bolo com suco e não ter variedades. Alguns jovens, mesmo considerando o lanche bom, avaliam que pode melhorar ainda mais. A situação é preocupante, pelo fato de que em muitos casos uma das únicas refeições de muitos adolescentes ser justamente esse lanche, deve-se ter com urgência uma forma de melhorar o lanche e sua capacidade nutritiva, caso contrário será outro fator de evasão.

A oitava pergunta é de fundamental importância para avaliar o serviço de convivência adolescente de Maracanaú. Nessa inquietação foi questionado aos jovens o encerramento do SCFV. Vejamos:

8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2016 NÃO LHE FARIA FALTA?

A: Para mim e para outras pessoas o centro de convivência ajuda muito e que ela amplia o conhecimento e também se ele se acabasse faria muita falta, pois muitas pessoas dependem dele;

B: Faria;

C: Sim, para mim e para muitos adolescentes ele faria muita falta, e os que estão em situação de risco, e aqui serve para isso, né. Dá uma ocupação aos adolescentes, e tirar eles dessa situação de risco que é bem presente aqui no bairro;

D: Iria fazer muita falta, pois eu gosto daqui;

E: Ele é muito importante, pois aqui é o único local onde a gente se fala, se junta e debate as coisas e se socializar com os outros;

F: Sim, ele é muito importante e se acabar faria muita falta;

G: Sim, faria muita falta, era uma perda de tempo em nossas vidas se acabar;

H: Sim, faria muita falta, pois não iria ter está integração e interagir com outras pessoas, faria um pouco de falta sim;

I: Faria muita falta, muita mesmo;

J: Faria falta, faria muita falta, pois se ele se acabar eu ia ficar em casa sem fazer nada de novo.

Mesmo o serviço tendo muitas dificuldades de estrutura, oficinas, o problema de evasão, e restrições no tocante a oficina socioeducativo, todos os jovens pesquisados não desejam que o serviço encerre as atividades em suas comunidades. Como mencionado neste trabalho, em alguns territórios, dos jovens pesquisados, não existe uma estrutura mínima de cultura e/ou esporte prejudicando sua formação; o lazer e a ocupação de tempo também são distanciados aos jovens de bairros periféricos, neste sentido o serviço de convivência se torna importante por ter estas oficinas que aglutinamos grupos para vivência saudável e na participação social, comunitária e familiar.

Neste sentido, a convivência nos grupos do SCFV Adolescente, são importantes, pois fomentam formação e evitam que o tempo seja desperdiçado com atividades que não contribuem para sua relação social, sua participação no serviço serve para construção de sua identidade:

A convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança, desse modo a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2011, p.177)

Dessa forma, os jovens afirmam que o serviço de convivência é importante em suas vidas, cabe aos gestores fortalecer esta política pública. É necessária uma série de reflexões para que nos próximos anos muitas ações possam se efetivar para proporcionar um serviço melhor, uma estrutura física mais adequada, outras salas e oficinas que os jovens desejem, um lanche mais variado e nutritivo, além da necessidade de reestruturar a oficina socioeducativa para que seja mais atrativa. Afinal, o serviço de convivência deve contribuir

com o desenvolvimento e protagonismo de nossos jovens juntamente com as outras políticas públicas como educação, juventude, cultura, esporte dentre outras.

Sobre a atuação dos profissionais envolvidos nas atividades do serviço de convivência - os orientadores sociais, facilitadores de cultura e esporte - que atuam diretamente com os usuários, os jovens os avaliam com conceito de zero a dez e comentam:

- A: A avaliação dos profissionais é bem boa com as crianças e adolescentes, eles procuram realizar seu trabalho e se importam muito com os alunos que frequentam o CCS;
- B: 5;
- C: Tem alguns professores que faltam e que faltam muito nesta parte de inclusão, mas tem professores que dão sustentação e neste projeto eu dou nota 9;
- D: 10;
- E: 10, são muito bom com nós;
- F: 10 a todos eles;
- G: 10;
- H: A todos os profissionais aqui do CRAS e de todas as atividades eu daria 9,5;
- I: 10, eles trabalham bem, tratam a gente bem, então é 10;
- J: 10.

Tivemos uma nota 5 (B) que corresponde um distanciamento do usuário com a equipe, não existe fortalecimento de vínculos e as atividades soa cansativas e enfadonhas, com certeza nesta nota está embutida a estrutura, lanche e as oficinas. Outra fala importante foi em relação as faltas dos profissionais (C) que prejudica todo um trabalho organizado nas unidades por todos os profissionais, quando um falta e não comunica à equipe e em especial a (o) técnico de referência ou ao coordenador(a) os jovens ficam “soltos” na unidade sendo necessário um plano “B” para que os jovens não sejam convidados a irem embora, o compromisso de todos os profissionais envolvidos da unidade e os serviços (PAIF / SCFV) é fundamental para o sucesso deste serviço público para os usuários e em especial aos nossos jovens.

O papel dos profissionais é de fundamental importância dentro de um serviço sendo realizado a contento por uma política pública, na opinião dos jovens. Quando, no entanto, se observa ações de profissionais individualizadas para realização desta ou daquela atividade, percebemos como o assistencialismo e a individualização ainda são recorrentes dentro da política pública de assistência social; esta cultura precisa ser alterada e os profissionais qualificados e selecionados com adequação a NOB RH.

Esses profissionais possibilitam um caminho de direitos para os jovens e como menciona a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB RH:

Esses dois elementos – certeza e satisfação de necessidades sociais - nos ajudam a responder para quem vale a referência que as equipes de profissionais do SUAS

constroem: são referências de proteção social para as famílias e indivíduos, que têm nas equipes a certeza de que encontrarão respostas qualificadas para suas necessidades. Uma referência, portanto, construída a partir de conhecimentos técnicos específicos e de uma postura ética que, ao acolher as necessidades sociais dos cidadãos como direito, acenam em direção a horizontes mais acolhedores, compartilhados e de maior autonomia. (NOB-RH, 2011, p. 42).

Para finalizarmos nossa pesquisa, vamos apresentar a última pergunta realizada, nesta, buscamos saber dos jovens se o SCFV Adolescente contribui com sua inclusão social:

13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO?

A: Pode, pode nos inserir em alguns projetos e alguns estágios, como aqui já teve, até mesmo o Projovem ele está nos ajudando muito;

B: Sim;

C: Sim como eu já disse aqui é tratado de forma igualitária e essa inclusão é bastante importante e é um lugar onde acontece e essa inclusão existe de verdade;

D: Sim que eles vão ver a gente como cidadão e não como criança;

E: Pode, conforme nos vem se apresentando as danças, a gente fica mais conhecido e se entrosa mais com as pessoas;

F: Sim, porque a sociedade vai ver este jovem como cidadão;

G: Sim, contribui muito;

H: Ele pode influenciar um pouco, nem é toda criança ou todo adolescente que vem aqui para o CRAS, mais pode sim ajudar com uma boa parte;

I: Sim;

J: Pode muito.

A inclusão social é algo de grande importância para os jovens, pois é o momento de resiliência ou superação das refrações das desigualdades econômicas e sociais. É necessário urgentemente de uma grande articulação para que os jovens possam utilizar esta ferramenta no SCFV Adolescente.

O serviço de convivência através dos seus eixos estruturantes (convivência social, participação cidadã e mundo do trabalho) conjuntamente com os temas transversais (juventude e saúde, juventude e esporte / lazer, juventude e meio ambiente, juventude e direitos humanos sócio assistenciais, juventude e cultura e juventude e trabalho) servem para que os jovens possam adquirir valores e se constituir como sujeitos de direitos, possibilitando sua inclusão social e assim se concretizar em seu processo formativo o desejo do protagonismo juvenil.

No traçado metodológico, no caderno ciclo I, no percurso socioeducativo III, “coletivo pesquisador”, na página 12, é salientado que a convivência social é definida pela importância de vínculos, a importância de interação dos jovens com a família e o seu meio social:

[...] valorização da pluralidade e da singularidade da condição juvenil, de suas formas particulares de sociabilidade, da criação de vínculos e interação com os seus pares, a família, a escola, o mundo do trabalho, e a comunidade.

O serviço nasce dentro de um CRAS do território e se organiza na proteção social básica para que se busca trabalhar o fortalecimento de vínculos daquele território e daqueles jovens, este serviço dará ao trabalho coletivo sua sustentação e fará que o jovem pautado no individualismo possa ser lapidado como um diamante. A política de assistência social, como afirma SPOSATI (2009, p.27), é uma política que visa combater a desigualdade e promover o desenvolvimento humano:

A construção de uma concepção de fortalecimento de vínculos no âmbito da proteção básica de assistência social se anuncia e se configura como um desafio de extrema relevância porque contribui com a sedimentação do entendimento de que lidar com vulnerabilidades do campo relacional é uma responsabilidade pública e que, uma política que busca combater desigualdades e promover o desenvolvimento humano tem um papel central nesse diálogo, pois o trânsito do ambiente individual para o social é a raiz fundante da política pública que exige seu distanciamento da mediação da benemerência ou da caridade.

Percebemos na pesquisa que os jovens vêm o serviço de convivência não somente como um local para passar o tempo mais como espaços coletivos, nos quais são desenvolvidas atividades coletivas. Estratégias devem ser tomadas para que a oficina socioeducativa seja atrativa, contudo mesmo reclamando os jovens acabam participando e suas vivências são transformadas em ações em seu cotidiano e na comunidade, os jovens quando participam corroboram com a construção de uma democracia e participação social mais consciente.

Assim, constatamos na pesquisa que necessita ser implantado, como afirma o Ministério, uma gestão compartilhada entre os profissionais, gestão, jovens para que se organize, execute e avalie sempre o serviço e que seja de uma forma participativa, a participação segundo os cadernos socioeducativos é um meio e um fim, vejamos:

O Projovem Adolescente a participação é um meio e é um fim. É um meio ao se criarem condições para que os jovens se tornem sujeitos do processo socioeducativo e assumam papel destacado na decisão, organização, execução e avaliação das ações socioeducativas, instituindo se a gestão compartilhada do “fazer socioeducativo” entre os jovens, os Orientadores Sociais e os Facilitadores de Oficinas Culturais e Esportivas e da Formação Técnica Geral para o mundo do trabalho. A participação é um fim, ao se fornecerem insumos e instrumentos que possibilitem aos jovens desenvolverem experiências estruturantes de ações coletivas de interesse público na comunidade e imprimirem visibilidade pública aos seus anseios, interesses, demandas e posicionamentos como cidadãos, sujeitos de direitos. (MDS, 2009, p. 26)

O serviço de convivência adolescente de Maracanaú trabalha para alcance da valorização dos jovens, além de tentar superar processos de individualização e de competição, por meio de reflexões, atividades culturais e esportivas que potencializam as tomadas de

decisão destes jovens do serviço. Assim, percebe-se que o serviço oferece aos jovens momentos para um compartilhamento de decisões coletivas e reflexão acerca das consequências às escolhas feitas no cotidiano e em seu caminhar para o futuro buscando sempre a cidadania. Este serviço público da política de assistência social é importante para o combate à exclusão de jovens, e fomenta o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender as concepções que os jovens possuem sobre o desenvolvimento do Serviço de Convivência Adolescente realizado no município de Maracanaú, no Estado do Ceará. A pesquisa contribuiu não apenas com a produção teórica no campo da Assistência Social e Juventude, mas possibilitou reflexões e novos delineamentos na efetivação prática dessa política social no município.

Metodologicamente, com a realização de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, investigamos o serviço de convivência desenvolvido pelos dez CRAS, que compõem a rede de proteção básica existente no Município de Maracanaú. Foram selecionados dez colaboradores aleatoriamente, jovens que participam do serviço de convivência, sendo um de cada CRAS. Cada jovem foi entrevistado com base em um roteiro semi-estruturado e as entrevistas foram gravadas, transcritas, textualizadas e validadas.

O serviço de convivência uma ação de política pública voltada para nossa juventude capitaneada pela proteção social básica, proteção esta de grande importância na política de assistência social por desenvolver atividades culturais, esportivas e socioeducativas para nossas juventudes. O atendimento a este segmento da sociedade é de fundamental importância pelo seu trabalho ético, pautado na defesa dos direitos humanos. O foco no segmento juvenil demonstra todo um cuidado para uma das camadas que se apresenta em vulnerabilidade.

Entretanto, mesmo sendo uma decisão política investir na juventude, a pesquisa demonstrou suas vulnerabilidades e a importância de ouvir a voz dos jovens a fim de aprimorarmos os serviços a eles destinados. Cabe aos gestores procurar formas de melhoria e de investimentos para que se tenha um serviço dinâmico, afinado com os desejos dos jovens, com infraestrutura - conter materiais tanto para o esporte como para a cultura -adequada e as oficinas atraentes e produtivas. A informática deve ser cuidada pela secretaria de assistência social por sua importância para ciência, tecnologia e inovação.

Dessa forma, o trabalho realizado durante o ano com os temas transversais e com os eixos estruturantes deve servir como uma proposta básica de ensinamentos, conhecimentos e participação com os quais se busca desenvolver os jovens na perspectiva de garantir sua inserção na sociedade, sua atitude cidadã, conhecimentos básicos para sua introdução no mercado de trabalho e como fomentar um convívio salutar com a sociedade. Porém, são inúmeros os desafios no fomento a convivência, pois sozinhos os jovens não conseguem o

protagonismo, ele é intersetorial e interpessoal, pautado na necessidade de realizar parcerias com outras instâncias de poder, outros sujeitos, com ações conjuntas.

A incorporação da cidadania e de ações comunitárias são demonstrações que o serviço deve e pode contribuir com a inserção social de seus jovens na comunidade, estas atitudes provocam nos jovens uma dimensão maior de cidadania, amplia seus direitos quando os jovens passam a participar de atividades de cultura e se envolvem com as transformações sociais, principalmente no que concerne ao combate à exclusão e de violência.

Neste trabalho, apresentamos a política de assistência social e juventude que ao longo de onze anos teve um impacto na vida dos jovens de Maracanaú, mas percebemos o quão distante ainda estamos em relação à qualidade ideal. O estado deve primeiro compreender as especificidades da condição juvenil, ouvir os jovens, perceber como muitos direitos fundamentais estão sempre sendo violados. A informática e o mundo do trabalho são dois assuntos que devem ser tratados com urgência pelos gestores, pois é muito frágil a situação no serviço de convivência, além de ser fundamentais para o processo de formação em suas vidas.

A pesquisa mostrou, com o perfil socioeconômico dos jovens, que eles são moradores da periferia de Maracanaú, que possuem baixa renda e a maioria vive em situação de vulnerabilidade social, estando a mais de um ano inseridos no serviço. A média da renda familiar é um salário mínimo, dividido por cerca de quatro pessoas na família, uma média de R\$ 200,00 per capita, situação de vulnerabilidade.

Quase todos os entrevistados não participaram de nenhuma seleção de estágio, acreditamos serem necessárias ações conjuntas das secretarias de assistência social, trabalho e empreendedorismo e recursos humanos para o incentivo dos jovens que participam de projetos e serviços da prefeitura em estágios da própria prefeitura e com convênios com empresas privadas. Outro ponto importante foi diagnosticar que todos os jovens entrevistados estão estudando, isso é um fator de grande importância, a maioria dos jovens ainda não fez um curso profissionalizante, sendo necessária também uma articulação de outras secretarias, pois sabemos como o mercado de trabalho exige cada vez mais cedo jovens preparados, e os jovens sonham em ganhar seu primeiro salário e assim iniciar sua independência financeira.

Os entrevistados possuem projetos pessoais, sonhos, e buscam um dia concretizá-los. Os jovens consideram sua participação e o convívio com outros jovens como peça fundamental, que contribui muito com sua formação pessoal e coletiva.

Diversas definições foram expostas pelos jovens sobre o que seria a juventude, demonstrando a confusão que são para os próprios entrevistados o que seria esta categoria.

Ser feliz ou fazer sem compromisso, foram características mais usuais pelos jovens para definir a juventude. Em contraponto, o trabalho é aferido como um dos componentes para ser cidadão, e expressou importância singular na vida dos jovens.

Poucos jovens souberam dizer o que seria política pública e demonstraram desconhecimento acerca das leis e políticas voltadas para a juventude – ECA, Estatuto da Juventude, Política de Juventude - ensejando necessário ampliar a discussão sobre esses aparatos norteadores e reguladores. Poucos souberam informar o que seria a política de assistência social e o SUAS, o que aponta ser necessário, também, um diálogo com os jovens sobre esta política pública. As atividades culturais e esportivas foram citadas como sendo de grande valia para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, objetivos do serviço de convivência, os jogos da paz e as apresentações teatrais ganharam destaque na fala dos jovens. Mencionam que o serviço contribui tanto para o acesso a alimentação como para melhorar a capacidade comunicativa - trabalhando a timidez- como para o fortalecimento de vínculo familiar e comunitário.

O vínculo entre os profissionais e os jovens foi apontado como positivo, e mesmo sendo salientado o prejuízo das faltas a pouca rotatividade dos profissionais – alterados apenas a cada quatro anos por serem servidores temporários - possibilita estabelecimento de vínculos. Os jovens atribuíram uma nota média de 8 pontos, numa escala de zero a dez, para o serviço de convivência e afirmaram que o mesmo contribui com sua formação e sua vida, todavia, os jovens narram que é necessário melhorias, em especial, no que concerne a infraestrutura e de metodologia de trabalho, principalmente, na oficina socioeducativa.

A paz, a exploração sexual e o trabalho infantil foram os temas mais citados pelos jovens como assuntos trabalhados no serviço de convivência. Os motivos da evasão dos jovens do serviço foram inúmeros, dentre os principais estiveram: a gravidez para as meninas, as oficinas que não atraem os jovens, e do ingresso no mercado de trabalho informal. Todos os jovens entrevistados afirmaram que se o serviço de convivência é muito importante nas suas vidas.

Afirmaram, inclusive, que já indicaram o serviço para outros amigos, demonstrando que acreditam na qualidade do trabalho desenvolvido. Quanto ao CRAS, todos salientaram a importância de tê-lo em seus territórios e de como ele “ajuda” as famílias. Os resultados, em suma, a partir das narrativas juvenis, permitiram inferir que o serviço de convivência, apesar de ensejar o fortalecimento de vínculos, tem dificuldades de estimular, a contento, o protagonismo juvenil devido a inúmeros fatores estruturais da política de Assistência Social em Maracanaú.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES. Miriam; Eliane Ribeiro; Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, Mec/Unesco, 2007.

ABRAMO; FREITAS; LEON. Helena Wendel; Maria Virginia de; Oscar Dávila. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ed. Ação Educativa, 2005.

ABRAMO. Helena Wendel; PAULO. Pedro Matoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2ª reimpressão. 2011.

_____. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, 1997.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, v. 14, n. 40, jul. 1999.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOCK, A.M.B. Discutindo a concepção de adolescência. **Recriação**, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o Direito Natural**. CHEVALIER, J-J., História do Pensamento Político. Tomo I, Rio de Janeiro: Guamabara, 1982.

_____. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12. ed. Brasília: Editora da UNB, v. 2. 2002

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva In: **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA. Elza Franco; GADELHA. Eugênia Bridget. **Estado e Políticas Públicas: vivências e criticidade**. Fortaleza: UFC, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social 2004**. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Traçado Metodológico. - Brasília: 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Reordenamento Serviço de Convivência – perguntas e respostas** - Brasília: 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População: Resultados da Amostra**. IBGE, 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_populacao.shtm. Público acesso em 10 de novembro de 2015.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8. 742/93. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2003.

_____. Projovem Adolescente: **Serviço Socioeducativo**: Caderno do Orientador- Ciclo I: Percurso Socioeducativo I: “Criação do Coletivo”. Brasília, 2009b.

_____. IBGE. Diretoria de pesquisas, coordenação de trabalho e rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (2015)**. Brasília, 2016.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Fortaleza: IOCE, 1991.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazonei. **Política social e democracia**. 2.ed.São Paulo:Cortês,2002.

CALLIGARIS, Contardo. A Adolescência. São Paulo: **PubliFolha**. 2000.

CASTRO, Mary Garcia. **Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes**. São Paulo: Unesco. 2004.

CASTRO, I. M. N. de. A travessia do SUAS: um olhar sobre os benefícios eventuais em Maracanaú-Ceará. In: **Benefícios Eventuais da Assistência Social: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, MDS/SAGI, n. 12, p.51-60, 2010.

DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos de estilo e identidade. **Educação em Revista**, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.

DURKHEIM, Émile Davi. **Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 11. ed. São Paulo: Civilização Brasileira. 1987.

FALEIROS. Vicente de Paula, 1941. **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e Assistência Social**. São Paulo: Cortez 12. ed, 2009.

FIALHO. Lia Machado Fiuza, 2015. **A vida de jovens infratores privados de liberdade**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

FREITAS, M.V. (Org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50. ed. Global Editora. 2005.

GEOVANNI, Levi; CLAUDE, Jean. **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**- tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GROPPO, Luís Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, Ano 13 – n.25, dez / 2004.

HOBBS, Thomas de Malmesbury, **Leviatã**. Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília : Ipea,v.5. 2015

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o governo civil**. Cap. III, § 19 e Cap. IX, § 123. apud BOBBIO, Norberto, Locke e o Direito Natural. 2002.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2. 3.ed, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, 1843 / Karl Marx ; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão e notas Marcelo Backes. - 2.ed. **Revista Bom tempo** - São Paulo, 2010.

MACAMBIRA. Júnior; ANDRADE. Francisca Rejane Bezerra; **Estado e políticas sociais: fundamentos e experiências** – Fortaleza: IDT. Editora UECE, 2014.

MATTEUCCI, Nicola. Contratualismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de, v. 1, p. 272. Brasília, 1998.

MADDEN; SANTOS. ROSEMARY BARBER. TAIS DE FREITAS. **A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro**. Brasília: Ipê comunicação, 2007.

MINAYO, M. C. S. (org); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. 1864-1920. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel

Cohn - Brasília, DF :Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.p.586. 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, 82. São Paulo, Cortez, 2005. Disponível em: <https://docs.google.com/document>. Acesso em: 20 jul. 2016.

NOVAES, Regina. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Fundação Friederich Ebert, 2006.

MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

ORTIZ, Laura; SALAMANCA, Fernando. “**Cuidaddanía juvenil y el diseño y evaluación de políticas**”. Santiago. Mimeografado. 2000.

PARENTE, Josênio C., “A Construção da Ordem Liberal: I. Maquiavel e o Nascimento do Estado Moderno” in Humanidade e Ciências Sociais, **Revista da Universidade Estadual do Ceará – UECE**, ano 1, v. 1, n.1, jan/jun, semestral, 1999.

_____. A liberdade e a igualdade como valores da modernidade: A visão de Alexis de Tocqueville. In Humanidade e Ciências Sociais, **Revista da Universidade Estadual do Ceará – UECE**, ano 1, v.1, n.1, jan/jun, 1999.

PLATÃO. **O Mito da Caverna**. Extraído de "A República" de Platão . 6.ed. Ed. Atena, p. 287-291. 1956.

PEREIRA, T. da S. Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: **Renovar**, 1996.

POCHMAN, Marcio. “Emprego e desemprego juvenil no Brasil – as transformações nos anos 1990”. In: **Revista Movimento**, 2000.

SILVA, Ivaldo. **Síntese da História de Maracanaú: 1648 – 1992**. Maracanaú: Prefeitura de Municipal, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Contrato Social**– ebookbrasil. Edição RidendoCastigatMores RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUSA, Manoel Alves de. **Maracanaú, história e vida: O vôo das maracanãs auriverdes e o pouso dos ventos da industrialização**. Fortaleza: Tropical, 1996.

SPOSATI. **Desafios do sistema de proteção social**. São Paulo: Le Monde Diplomatique, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

SPOSITO, CARRANO. Marília Pontes. Paulo César. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Artigo publicado simultaneamente em Políticas públicas de juventude em América Latina, organizado por Oscar Dávila León para Ediciones CIDPA, de Viñadel Mar, Chile e apresentado na 26ª Reunião Anual do ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, de 5 a 8 de outubro de 2003.

_____. **“Jovens e educação: novas dimensões da exclusão”**. In: Em aberto. Ano 11, n. 56, Brasília, out./dez 1992.

WASELFFISZ, J.J. **Mapa da violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaviolencia2015.pdf>> Acesso em: 20 jul.2016.

VELHO, Gilberto (Org.). **Individualismo e Juventude**. Comunicações do PPGAS, n. 8, Programa de Pós- graduação em Antropologia Social, UFRJ. 1990.

VENTURI, Gustavo e ABRAMO, Helena. **Juventude, política e cultura**. In: Teoria e Debate 45. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jul./set. 2000.

VITIELLO, N. **Reprodução e sexualidade**. São Paulo: CEICH, 1994.

ANEXOS

ANEXO A - Entrevistas Completas

Bloco 1 – Dados referentes ao perfil pessoal / econômico**1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: A**

2. SUA IDADE HOJE? 17

3. SEXO: Masculino

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? 2007

7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? Além do meu irmão que entrou em 2010, tem um primo meu que entro na mesma época que eu.

8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ A renda na minha casa é 1 salário mínimo

9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? Comigo moram 4 pessoas

10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?
Quando eu tenho um tempo livre eu gosto de praticar esportes;

11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Estágio ainda não;

12. ESTUDA? Sim;

14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Sim, já fiz um curso de informática;

15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? Pertença a um grupo da igreja;

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? Pretendo ASSIM QUE ENSERRAR O ensino médio fazer a faculdade de medicina;

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE: Contribui com várias coisas não só com a convivência além das pessoas aqui do polo como também das pessoas de fora do polo,

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: B

2. SUA IDADE HOJE? 15

3. SEXO: Feminino

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? Janeiro de 2015

7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? Meus primos e minha irmã;

8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ 800

9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? 5

10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?

Visitar os amigos

11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Não

12. ESTUDA? Sim;

14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Não

15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? Não

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? Estudar medicina

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE: Bom,

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: C

2. SUA IDADE HOJE? 18

3. SEXO Masculino

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? Julho de 2015

7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? Não;

8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ 1.300

9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? 4

10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?

Tocar violão e ler livros de romance;

11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Sim, na escola Almir Freitas Dutra e ainda estou estagiando;

12. ESTUDA? Sim;

14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Não;

15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? Não;

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? É se formar e cursar um nível superior, ir além da experiência que já tenho como engenharia elétrica;

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE Sou bem participativo e tenho minha contribuição aqui no cras;

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: D

2. SUA IDADE HOJE? 13

3. SEXO Feminino

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? Não me lembro
7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? Não
8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ Não sei, não tenho ideia;
9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? 7
10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?
Eu fico no celular;
11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Não
12. ESTUDA? Sim;
14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Não
15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? Só do colégio pois sou líder de sala;
16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? Crescer, só crescer, eu não penso nisso muito.
17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE É bom;

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: E

2. SUA IDADE HOJE? 17
3. SEXO Feminino
6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? 2014
7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? Não
8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ 1.800
9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? 5
10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?
Quando não estou nem na escola ou no Cras eu estou em casa sem fazer nada;
11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Não;
12. ESTUDA? Sim.
14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Não
15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? Sim, na igreja e aqui no Cras;

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? Primeiramente é terminar o 3º ano do ensino médio e cursar uma faculdade de administração;

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE Boa;

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: F

2. SUA IDADE HOJE? 14

3. SEXO: Masculino

5. QUAL COLETIVO PARTICIPA? CRAS ACARACUZINHO

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? EM 2013;

7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? Sim, minhas irmãs.

8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ 2.000 reais eu acho;

9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? 5

10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?
Ir para casa dos meus amigos.

11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Não;

12. ESTUDA? Sim na Escola Ulisses Guimarães

14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Ainda não;

15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? Sim, na igreja;

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? Me tornar um artista, ter meu trabalho digno, ter uma boa condição de vida e ajudar meus pais no futuro;

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE – É uma experiência muito boa para o futuro e a gente aprende como viver no futuro, na sociedade, no meio da sociedade.

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: G

2. SUA IDADE HOJE? 17

3. SEXO: Feminino

4. SEU BAIRRO: Luzardo Viana

5. QUAL COLETIVO PARTICIPA? CRAS MUCUNÃ

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? 2014

7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? R- Sim, meu primo e minha irmã;

8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ 1.200

9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? 5

10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?

R- Estudar, sair, e a praça

11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Não

12. ESTUDA? Sim;

13. SÉRIE? 3º ano do ensino médio;

14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Não;

15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? Não;

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? R – Fazer uma faculdade de odontologia

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE: R – É importante porque a gente convive com as pessoas e acaba perdendo a timidez;

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: H

2. SUA IDADE HOJE? 14

3. SEXO: Masculino

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? R – desde de 2010

7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? Sim, meu irmão vem mais eu;

8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ 3.500

9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? 4 pessoas

10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?

R – Minha opção de lazer é ir para a casa de minha namorada;

11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Não;

12. ESTUDA? Sim;

14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Já, informática;

15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? Sim, participo de um grupo de jovens da igreja católica;

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? R- Eu pretendo me formar em perito legista;

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE R – É boa, é uma experiência muito boa, por que me interacho com outras pessoas aqui dentro;

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: I

2. SUA IDADE HOJE? 17

3. SEXO Feminino

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? R - 2013

7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? R – Não, mais já saiu;

8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ Eu não sei;

9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? R - 6

10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?
R – Só fico em casa assistindo;

11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? R – Não;

12. ESTUDA? Sim;

14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? R – Não;

15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? R – Não mais já participei de um grupo de jovens da igreja;

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? R – Me formar em medicina.

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE. R – Bom;

1. NOME DO ADOLESCENTE ENTREVISTADO: J

2. SUA IDADE HOJE? 13

3. SEXO: Masculino

6. EM QUE MÊS / ANO ENTROU NO SCFV ADOLESCENTE? 2015

7. EXISTIA/ EXISTE MAIS ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA QUE PARTICIPAVA/ PARTICIPOU OU PARTICIPA DO SCFV ADOLESCENTE? R- Sim, meu irmão;

8. RENDA FAMILIAR MÉDIA: R\$ Não sei;

9. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ HOJE? R -5

10. O QUE GOSTA DE FAZER NAS HORAS VAGAS? QUAL SUA OPÇÃO DE LAZER?

R – Jogar bola;

11. TRABALHA? ESTAGIA? EM QUE ÁREA? HÁ QUANTO TEMPO? COMO INGRESSOU? Não

12. ESTUDA? Sim;

14. JÁ FEZ OU FAZ CURSO PROFISSIONALIZANTE? QUAL ? Não;

15. PARTICIPA DE ALGUM GRUPO DE JOVENS? R – Sim, na Igreja;

16. QUAIS SEUS PLANOS PARA O FUTURO? R – Ser jogador de futebol;

17. O QUE VOCÊ ACHA DA SUA EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE. R – Boa;

BLOCO 02 - PERGUNTAS SOBRE A VIVÊNCIA DO ADOLESCENTE NO SERVIÇO- DISCUTINDO ACERCA DAS CATEGORIAS DA PESQUISA

Entrevistado A:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? A juventude hoje é uma coisa muito amplo, porque é a época em que o jovem mais tem mudanças e que mais se diferencia da sociedade, parece uma fase da vida que não vai acabar nunca, é muito ampla por que tudo acontece na vida do adolescente.

2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? Na minha opinião eu me considero um adolescente pois o jovem pois está seguindo para pré adolescência podemos chamar;

3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? Sim, pois o adolescente é mais cabeça, tem pensamento para o futuro, enquanto o jovem vem desde criança até uma certa versão da vida;

4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? Uma fase da vida, é a fase da alegria e das amizades, só alegria, sem grandes responsabilidades;

5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? Dignamente hoje ele tem que ter uma moradia, tem que ter seus pais que é muito importante e além da assistência social que possa ter alimentação, ter estudos e várias coisas para ajudar na adolescência;

6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? Nos dias de hoje um cidadão adolescente deve ter seus direitos e deveres e respeitando todo mundo, além de ter documentação como o estudo, assim ele é pode ser considerado cidadão;

7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Na minha opinião eu me considero um cidadão pois eu faço tudo isso e tendo seguir as regras e as leis, os direitos e deveres;

8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? Hoje a sociedade pega todos os jovens infelizmente e a mídia que joga que os jovens são criminosos bota todos os jovens no mesmo saco e tem duas versões: a parti dos bom jovens e dos maus, eu na minha opinião estou na parte dos bons jovens.

9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? Na minha opinião este estatuto ajuda muito na vida dos adolescentes porque além de contribuir com a família pode invadir de certa forma podendo ajudar as pessoas que estão precisando podendo ajudar em várias coisas os adolescentes e as crianças;

10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA? Na questão de política pública ela é bem ampla pois tem a da saúde, da educação, do esporte e ela vem crescendo muito mais tem que crescer mais ainda;

11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? Sobre está política pública eu não conheço;

12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? O serviço de adolescente é uma coisa que junta todos os adolescentes e procura rever os conceitos de cada um e ajuda de certa forma

13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? O SUAS assim dizendo é uma política de assistência social de certa forma, os cras e amplia o conhecimento dos adolescentes e das crianças além de ministrar oficinas e palestras e diversas coisas,

14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? O SUAS é o Sistema único de Assistência Social como eu já disse anteriormente amplia os conhecimentos dos jovens de hoje;

Entrevistado B:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? Não sei

2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? Adolescente

3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? Não

4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? Aprender as coisas do mundo;
5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? As companhias;
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? Não sei;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Considero, considero;
8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? Não sei.
9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? Não conheço;
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLÍTICA PÚBLICA? Também não sei
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? Também não sei;
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? É bom pois você aprende o que é o certo e o que é errado;
13. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? Sim,
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Não;

Entrevistado C:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? Juventude é ter o direito de participar das decisões do mesmo sendo jovem das decisões do Estado e da comunidade aqui;
2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? Sim, me considero um jovem;
3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? Sim, o adolescente é o que tem a menor idade, e o jovem é aquele que é mais velho mais tem este rótulo de jovem;
4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? Adolescência, adolescente é ter o direito garantidos, garantia de participação da sociedade e ter seus direitos garantidos;
5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? Para mim, principalmente uma educação de qualidade, sempre também ter essa participação e do direito de ser ouvido
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? Ter direitos e deveres;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Sim;

8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? Hoje, depende muito do lugar porque aqui muitos vem como bandidos, vagabundos, mais alguns não, alguns não, uma minoria é visto como futuro,
9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? Eu conheci através do CRAS o ECA e ele pode contribuir garantindo os meus direitos na sociedade;
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA? Tenho pouco conhecimento;
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? Eu tenho pouco conhecimento mais ela significa normas a serem cumpridas e significa que não somos como qualquer animais, então a gente tem normas ai para seguir;
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? É um serviço de proteção à aos adolescentes, é um serviço que permite que a gente saia da situação de risco e como a gente mora no bairro bastante ligado as drogas e as essas coisas e isso permite da gente se ocupar de alguma coisa e sair desta situação de risco;
13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? Um pouco, já ouvi falar, mais não tenho muito conhecimento não;
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Serviço Único de Assistência Social, já ouvi falar;

Entrevistado D:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? Pra mim a juventude é ser jovem e viver a vida como eles querem sem se preocupar com o que os outros vão dizer,
2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? Uma adolescente;
3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? Não;
4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? Como eu disse, é viver a vida sem se preocupar com o que os outros vão dizer
5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? Que eles tenham seus direitos
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? Ser respeitoso com as pessoas;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Sim.
8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? Para mim, eles acham que nos somos, eles acham que nos não fazemos nada, eles julgam muito os jovens.

9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? Já ouvi falar
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA? Não
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? Não
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? Eu acho que é um local onde o jovem deve se comportar na sociedade
13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? Não
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Não

Entrevistado E:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? É todos os jovens unidos e tendo oportunidade de fazer aquilo que gostam;
2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? Adolescente
3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? Sim.
4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? É viver sem preocupação sem procurar emprego e outras coisas
5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? Respeito,
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? Sem comentários;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Sim,
8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? Não vê bom, vê como uma coisa ruim, mais nem todos os jovens de hoje em dia pensam só na marginalidade, tem jovens bons.
9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? Conheço e pode sim;
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA? Sim
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? Não sei;
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? É ótimo somente; É oportunidade do jovem se introzar e fazer a mesma coisa e muitas atividades;
13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? Sei mais não estou lembrada agora
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Não sei;

Entrevistado F:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? Juventude são aquelas pessoas que no futuro vão ficar no lugar dos adultos que estão hoje em dia, onde o Brasil vai precisar;
2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? Adolescente
3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? Sim, o jovem é aquele mais maduro e o adolescente é aquele que está em processo;
4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? O adolescente tem a responsabilidade de estudar para o futuro ter um trabalho digno;
5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? Ele precisa do apoio dos pais, precisa ter seu estudo, estudar e etc.
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? R – Que ele possa ser uma pessoa compromissada, e responsável ;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Sim,
8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? Ah, sempre tem aquelas pessoas que vem o jovem baderneiros pois existe muitos jovens que fazem baderna e eles vem mais o jovem que faz baderna, vê por este lado como uma pessoa baderneira, que quer viver no meio do mundo
9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? Não conheço;
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA? Não;
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? Já ouvi falar mais não sei muito bem o que significa;
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? Ele para mim é o local que ajuda muito os jovens né, a sair do meio da rua para poder pensar, refletir um pouco na vida;
13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? R- Não
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Já ouvi falar mais não sei o que significa

Entrevistado G:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? R- É uma fase que todo mundo passa ilhal a nascer, é uma fase de alegrias e problemas
2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? R- Adolescente

3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? R- Não, eu acho que é a mesma coisa;
4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? R – É uma fase legal de nossa vida, é uma fase diferente;
5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? R- Estudar e querer ser alguém na vida, procurando fazer algum curso ou faculdade;
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? R – É respeitar os outros, andar nos caminhos certos, e não andar fazendo besteiras;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Sim;
8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? É, não sei, é diferente, porque os jovens de hoje em dia não respeitam os idosos e nem aos pais, os filhos não respeitam mais os pais, tá uma coisa diferente, estranha, não é como antigamente;
9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? Já ouvi falar mais não lembro;
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLÍTICA PÚBLICA? Não sei;
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? Não;
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? Espaço de aprendizado para gente;
13. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? Já ouvi falar;
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Já ouvi falar;

Entrevistado H:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? R – É uma fase que você está saindo da adolescência, saindo da adolescência para a fase adulta, saindo para mais responsabilidades,
2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? Eu me considero um adolescente;
3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? R – Sim, existe,
4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? R- Adolescente é ser uma fase um pouco criança e um pouco adolescente, é um pouco dos dois. É ser adolescente e não adulto ainda;

5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? R – É ele ser respeitoso com as pessoas e ter um caracter dentro da sociedade;
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? R – É ele viver bem em sociedade, na comunidade;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Sim;
8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? R – Acho que a sociedade vê o jovem hoje por causa destas violências, digamos assim, como um marginal, como uma pessoa perigosa, é muito ruim também;
9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? Não, não ouvi falar ainda não;
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA? R – Não, ainda não;
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? Também não, não conheço;
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? R – É uma parte do dia-a-dia que a gente passa, e convive com outras pessoas para se distrair, passar um tempo, é isso;
13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? Não;
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Ainda não;

Entrevistado I:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? R – Alegre, extrovertido;
2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? R – os dois;
3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? Não;
4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? R – É brincar, ser divertido;
5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? R – respeito, trabalhar é isso;
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? R – Eu acho que a mesma coisa, trabalhar e é isso;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? Sim;
8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? Eu acho que a sociedade vê o jovem como marginal;

9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? R – É importante porque cuida das crianças, das crianças violentadas, dos jovens, por isso que é importante por causa disto;
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA? R – Não;
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? R – Também não sei não;
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? R – Para mim eu não consigo nem explicar, é tanta coisa, é bom demais, é isso.
13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? R – Sim,
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Não;

Entrevistado J:

1. COMO VOCÊ DEFINE JUVENTUDE? R – Curti, ajudar os pais;
2. VOCÊ SE CONSIDERA JOVEM OU ADOLESCENTE? R – Um jovem;
3. EXISTE UMA DIFERENÇA ENTRE SER JOVEM E SER ADOLESCENTE? R – Não;
4. COMO VOCÊ DEFINE ADOLESCÊNCIA? R – A mesma coisa, curti, ajudar o pai e a mãe;
5. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE VIVA DIGNAMENTE HOJE? R – Trabalhar, estudar;
6. O QUE É NECESSÁRIO PARA QUE UM JOVEM/ ADOLESCENTE SEJA CONSIDERADO CIDADÃO? R – Estudar para quando crescer ter um futuro;
7. VOCÊ SE CONSIDERA UM CIDADÃO? R – Sim porque eu estudo;
8. COMO VOCÊ ACHA QUE A SOCIEDADE LHE VÊ? R – Tem gente que vê os jovens maus mais tem gente que vê os jovens bem;
9. VOCÊ CONHECE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE? EM QUE ELE PODE CONTRIBUIR PARA A SUA VIDA? R – Bom, eu não conheço muito;
10. O QUE VOCÊ SABE SOBRE POLITICA PÚBLICA? R – Não;
11. VOCÊ CONHECE A POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE? O QUE ELA SIGNIFICA PARA VOCÊ? R – Não conheço;
12. O QUE É O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ADOLESCENTE? É um lugar onde os jovens passam um pouco do seu tempo para aprender;
13. VOCÊ CONHECE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL? Não;
14. VOCÊ SABE O QUE SIGNIFICA SUAS? Não;

BLOCO 03 - ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

Entrevistado A:

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? Durante a minha estadia no centro de convivência eu já fiz capoeira, futebol, agora eu faço dança, e todas as atividades que o centro propõe

3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? Sim pois além de ser uma introdução ao mercado de trabalho, e nos ensina a como se comportar numa entrevista de emprego, e como se portar no meio das pessoas e isso nos ajuda muito;

4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). Documentação não;

5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO? Se sim, quais? Sim como apresentação de capoeira, que nos saímos muito fora e no Dorian Sampaio que é o teatro daqui de Maracanaú que a gente sempre se apresenta com algumas peças teatrais, apresentações danças e várias outras coisas;

7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? Não fazia nada, apenas estudava;

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? Assim quando eu comecei a entrar no serviço de convivência a minha vida mudou muito não somente na parte de convivência eu aprendi ser uma pessoa melhor dentro da sociedade;

9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)? Eu procuro os meus amigos mais próximos, os profissionais da assistência social e meu professor de capoeira principalmente;

10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? Com o orientador social eu tenho uma boa convivência e eu sempre conto coisa para ela, e assim como os outros professores eu tenho uma boa convivência;

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Bem a minha participação aqui no serviço de convivência é bem ampla, procuro está em todas as atividades além de querer de medicar a tudo que o polo propõe,

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE? De 0 a 10 o centro de convivência merece a nota 8;

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? Sim pois além de ter a educação de casa no polo, amplia a educação aqui onde podemos levar e também para sociedade e com as pessoas que convivemos;

2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? A convivência é o que mais nos ajuda nos dias atuais como falei anteriormente, dinâmica de grupos para uma entrevista de emprego, ele também nos ajuda a convivência lá fora, assim como o modo de falar com as pessoas

3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? Falando do negativo algumas pessoas quer segurar o seu mundinho querendo utilizar somente o cras, somente o polo e ficar somente neste canto;

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? Sim, elas me ajudam muito;

2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? A que eu mais gosto é a capoeira e o esporte, e a que eu não goste mais a que eu menos pratico é a de artes;

3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? Na minha opinião eu acho que a questão sexual foi bem abordado aqui no ccs;

4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. Na minha opinião acho que poderia ter o teatro e diversos esportes pois está tendo somente o futebol;

5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? Na minha opinião é que a juventude de hoje está querendo coisas novas constantemente e o que o serviço demonstra a ela não é sempre mais por isso que acontece a evasão de jovens;

6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? Conheço várias pessoas que estavam no serviço de convivência e saíram e conheço uma mulher, uma jovem, que engravidou e saiu do centro e no outro caso de um amigo meu ele conheceu amizades erradas e acabou saindo do centro de convivência;

7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? Bem, o lanche do centro de convivência é uma coisa bem saudável que ajuda muito porque tem as atividades que o polo propõe e que cansa muito e que acontece muito de as pessoas de fora e algumas crianças e adolescentes não tem o lanche em casa e o polo ajuda muito isso

8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2016 NÃO LHE FARIA FALTA? Para mim e para outras pessoas o centro de convivência ajuda muito e que ela amplia o conhecimento e também se ele se acabasse faria muita falta pois muitas pessoas dependem dele;

9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? A avaliação dos profissionais é bem boa com as crianças e adolescentes, eles procuram realizar seu trabalho e se importam muito com os alunos que frequentam o CCS.

10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE. Na minha opinião a melhoria um olhar diferente para os cras, para o ccs, para que entre mais verba para o centro de convivência que poderia melhorar ainda mais o lanche, dos esportes e outras atividades;

11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? Sim recomendaria assim como já recomendei para muitos amigos meus;

12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? O Cras é um centro de referência como o seu nome já diz ele ajuda os moradores de um certo bairro a ter uma referência mais ampla que eles querem buscar independente de qual seja;

13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? Pode, pode nos inserir em alguns projetos e alguns estágios, como aqui já teve, até mesmo o Projovem ele está nos ajudando muito.

ENTREVISTADO B

- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? A dança aqui no centro de convivência;

3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? Sim;

4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). Não;

5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO? Se sim, quais? Não;

7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? Nada, ficava só em casa mesmo;

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? Comecei a respeitar mais as pessoas;

9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)? Os amigos;

10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? Boa;

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Boa

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE? 8;

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? Não sei, não sei;

2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? As atividades;

3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? Alguns professores;

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? Sim;

2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? O que eu mais gosto é a dança e o que eu menos gosto é o esporte por que não tem estrutura;

3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? Exploração da criança e do adolescente;

4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. Teatro e Balé;

5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? Por que alguns não se sentem a vontade com a estrutura;

6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? Não;

7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? Bom;

8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2016 NÃO LHE FARIA FALTA? Faria;

9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? 5

10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE. A estrutura; lanche reforçado e os profissionais;

11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? Recomendaria;

12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? É

13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? Sim;

- ENTREVISTADO C:

- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? Participo além das atividades culturais como dança e capoeira e teatro, participo também das atividades esportivas e principalmente a atividade social;

3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA oi maior aqui eu acho que seria possível sim,

4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). Apenas atualizei o numero do NIS, estava desatualizado e fiz isso para garantir alguns direitos ai;

5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICIPIO? Se sim, quais? Sim, sim, ano passado teve atividades artística e a quadrilha que tem todo ano aqui em Maracanaú, e foi minha primeira vez dançando quadrilha aqui, também nos foi na Ceasa fazer uma manifestação contra o trabalho infantil e vários outros como teve aqui a manifestação da paz e vários outros;

7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? Eu andava com meus amigos, amigos esses que hoje estão nas casas de recuperação, outros usam mais tem outros que fazem faculdade e tem um ensino superior garantido;

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? Com certeza, antes eu não tinha conhecimento nenhum dos meus direitos, direito de participar da sociedade, direito de dá uma opinião e hoje o cras me proporcionou isso, de ter uma voz no meio da sociedade;

9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)? Principalmente minha mãe, as vezes meu pai mais nem tanto pois ele foi muito

ausente em minha adolescência, e sim, procuro minha mãe principalmente, as vezes as pessoas aqui do Cras, tem o serviço de convivência que a gente pode dá dando uma opção para o tema, e procuro os profissionais daqui também e minha mãe principalmente.

10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? Tenho uma relação bem direta com alguns, menos com o professor de informática que ele chegou agora que sempre vive trocando, é o único que não tenho uma relação e os outros é uma relação bem direta;

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Eu acho boa porque eu participo muito e vai fazer 1 ano que estou aqui, e eu posso sugerir temas e tenho está liberdade e tenho o direito de opinar sempre aqui no Cras;

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE? Dou a nota 8;

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? Sim, porque alguns assuntos sobre sexualidade e outras coisas, antes eu não procurava saber sobre isso, sobre DST's e essas coisas e aqui a gente tem essa convivência e a gente debate isso sem preconceito;

2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? O aspecto positivo como eu já falei é o direito de opinar e independente do tipo de adolescente que você seja você tem a liberdade de participar igualmente que nem eu e igual aos outros;

3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? E o aspecto negativo, claro que não é um sistema perfeito e alguns são mais isolados e principalmente o Se liga que a todo ano fica trocando os professores ai;

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? Sim, sim, a gente tem ai uma reflexão maior ai na sociedade e nas oficinas;

2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? Menos gosto é da atividade de informática porque a situação aqui não é muito boa, é um pouco precária, na maioria das vezes está sem internet, o próprio professor não tem culpa porque fica praticamente impossível dá prosseguimento ao curso com a internet sem condições;

3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? A exploração do trabalho infantil que é uma temática que a gente sempre vem trazendo a tona e a cada vez vem surpreendendo mais porque é a maior realidade da região é a exploração do trabalho infantil;

4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. Cara eu acho que oficina de artes, as vezes a gente trabalha artes no Serviço Social mais neste contexto social e na oficina de artes nos poderemos expressar os nossos sentimentos e é na arte que a gente faz o que a gente quer, e outra oficina que ajudaria muito era oficina de leitura e a gente não tem acesso a uma biblioteca que é proporcional a educação que é em qualquer lugar

5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? Como eu já disse muitas vezes pelo isolamento e alguns não conseguem se adaptar e uma minoria assim mais também tem outros;

6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? Sim, sim, conheço alguns que foi esse negócio que não conseguiram se adaptar, outros que vão fazer curso e acaba que não tem tempo para vir para cá, e assim não dá prosseguimento;

7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? Eu posso dizer que é ruim não, na minha opinião é o melhor da região e eu acho que se for pegar todos este aqui é o melhor;

8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2016 NÃO LHE FARIA FALTA? Sim, para mim e para muitos adolescentes ele faria muita falta, e os que estão em situação de risco, e aqui serve para isso NE, dá uma ocupação aos adolescentes, e tirar eles dessa situação de risco que é bem presente aqui no bairro;

9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? Tem alguns professores que faltam e que faltam muito nesta parte de inclusão mais tem professores que dão sustentação e neste projeto eu dou nota 9;

10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE. Como eu já falei o espaço, deveria ser maior, o tempo do serviço eu também acho muito curto, deveria ter um aumento no tempo ai, e a estrutura que faz muito calor nas salas e deveria ter uma estrutura melhor mais adequada,

11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? Com certeza inclusive o meu desejo é que meus outros amigos pudessem participar aqui mais a realidade é que muitos não tem está condição e não tem tempo e de sua realidade degradante

12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? Para mim o Cras é minha segunda casa é claro que é bastante importante porque antes eu tava nas ruas, frequentando locais perigosos sem nem minha mãe saber e meu pai não era muito presente como já mencionei e o Cras é um porto seguro, local onde eu tenho segurança e onde tenho meus prazeres aqui dentro também;

13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? Sim como eu já disse aqui é tratado de forma igualitária e essa inclusão é bastante importante e é um lugar onde acontece e essa inclusão existe de verdade.

- ENTREVISTADO D:

- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOUNO SCFV ADOLESCENTE? Informática, esporte e o sócioeducativo.

3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? Sim, eles tratam a gente super bem e tem algumas coisas que a gente participa e vê que eles não estão ai pra gente,

4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). Não

5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICIPIO? Se sim, quais? Não;

7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? Ficava em casa;

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? Melhorou, antes eu ficava aqui em casa estressada e desenvolvo atividades aqui e não joga os stress na familia

9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)?

Os amigos pois não moro nem com meu pai e nem com minha mãe;

10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? É boa mais eu só falo com 2 professores

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? É média pois eu participo de algumas coisas, eu não participo de todas;

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE? 10 porque eu gosto daqui,

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? Contribui pois não sou como antes;

2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? Os funcionários que tratam a gente super bem pois tem pessoas que julgam a gente pela roupa

3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? As crianças insultam muito os adolescentes e os adolescentes vão logo querendo falar palavrão com as crianças

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? Gosto

2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? Eu gosto de informática porque é legal e que a que eu não gosto não tem nenhuma, eu gosto de todas.

3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? Eu não me lembro

4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. Karatê e Maitay

5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? Eu acho que é porque eles não gostam
6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO?
7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? Eu merendo de vez em quando mais a merenda é boa;
8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2016 NÃO LHE FARIA FALTA? Iria fazer muita falta pois eu gosto daqui;
9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? 10
10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE. Poderia ter mais pessoas
11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? Sim, todos os dias falo pros meus amigos que é legal;
12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? Significa sei lá, não sei;
- 13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? Sim que eles vão ver a gente como cidadão e não como criança.

- ENTREVISTADO E:

- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? Balé e um curso de comunicação que a gente discuti sobre vários temas e do que está acontecendo hoje em dia;
3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? Assim, a gente apresenta muito nas escolas e na comunidade e nas praças e conforme a gente vai se apresentando vai se tornando mais conhecida, e a gente fica com mais convivência com os outros
4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). Não

5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO? Se sim, quais? Sim;

7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? Nada,

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? Mudou bastante pois a gente entra aqui tímido e conforme a gente vai ensaiando e se apresentando a gente desenvolve mais a comunicação

9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)?

Primeiramente se for uma coisa muito pessoal eu procuro minha mãe e nas outras coisas eu procuro um orientador aqui que eles são muito legais;

10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? Muito boa, eles me amam e eu os amo.

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Boa,

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE? 10

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? Sim

2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? Vários mas não sei falar no momento

3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? Não sei agora.

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? Sim;

2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? O que eu mais gosto é o balé pois a gente dança e aprende e

isso é muito bom para os adolescentes e o que eu não gosto é a oficina que a gente fica somente em uma sala conversando e ninguém sai pra fora para conversar;

3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? Foi o dia da paz

4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. No momento eu não sei;

5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? Não sei

6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? Sim, várias adolescentes vem mais depois sai mais eu não sei dizer o porque;

7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? Bom mais poderia melhorar bastante;

8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2015 NÃO LHE FARIA FALTA? Ele é muito importante pois aqui é o único local onde a gente se fala, se junta e debate as coisas e se socializar com os outros;

9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? 10 são muito bom com nos;

10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE. De primeira mão mais a estrutura pois o chão não é adequado para balé e quadra também pois ela é sem cobertura e é ruim de fazer qualquer atividade lá;

11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? Sim;

12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? Muito, ele é como nossa segunda casa pois quando a gente chega aqui a gente é bem recebido, a gente faz o que quer em relação as atividades e tem entrosamento

13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? Pode, conforme nos vi apresentando as danças a gente fica mais conhecido e se entrosa mais com as pessoas;

- ENTREVISTADO F:**- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE**

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? R- Faço balé, teatro e o sócioeducativa;
3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? R- Sim, você vai aprender a lidar com as pessoas mais a frente;
4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). R- Não;
5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO? Se sim, quais? R- Sim, mais no momento não lembro quais mais já participei de muitas;
7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? R – Antes de participar do serviço de convivência eu participava do mais educação ai eu parei, fiquei um bom tempo parado, em casa sem fazer nada;
8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? R- Acho que mudou para melhor assim, mais eu continuo a mesma pessoa, mudei mais continuo a mesma pessoa ainda;
9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)?
R- Minha Orientadora Social;
10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? Minha relação com ele é muito boa, muito boa, é ótima, excelente;
11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? R- A avaliação que eu tenho no serviço de convivência é ótima, eu me dou como ótima aqui dentro;
12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE? 10

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? R – Sim, está fazendo eu me relacionar cada vez mais com meus familiares;
2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? R – Todos,
3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? Nenhum, não achei nenhum ponto negativo

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? R- Sim, gosto muito;
2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? R- A que eu mais gosto é o balé e a que eu menos gosto é o socioeducativo pois passa muito tempo falando da mesma coisa
3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? R – É, foi sobre a exploração de crianças e adolescentes;
4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. R- Oficina de música para fazer, eu acho que só;
5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? R – Muitos saem pelo socioeducativo pois acham um negócio etendiante, parado, aquele negócio parado e resolvem não vim mais;
6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? R- Sim, conheço uma amiga minha e saiu pois passou a estudar a tarde e tem preguiça de vim de manhã e parou de vim;
7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? R – É bom mais precisa melhorar;
8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2016 NÃO LHE FARIA FALTA? R – Sim, ele é muito importante e se acabar faria muita falta;
9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? R- 10 a todos eles;

10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE: A nossa quadra, a sala de balé e só, eu acho que só;

11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? R- Sim, recomendaria;

12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? R – Sim, ele é muito importante porque quando o jovem se escreve ele passa a não ficar mais em casa a não fazer nada, a não ficar na rua durante a tarde, por isso que ele nos ajuda muito;

13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? R- Sim, por que a sociedade vai ver este jovem como cidadão.

- ENTREVISTADO G:

- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? R- É do balé, do esporte, da informática e artes;

3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? R- Participando de todas as oficinas e que vai mudar muito na vida, aqui participando

4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). R – Não mais eu já tenho tudo;

5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO? Se sim, quais? R- Sim, dança, teatro, balé;

7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? R- Eu participava de uma associação que se chama sobef e que lá tinha balé e informática;

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? R- Sim, tive mais oportunidade e trabalhar a timidez pois eu era muito tímida e foi isso;

9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)? R – Minha mãe que é minha melhor amiga;

10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? R – Bom , eu respeito muito eles e eles são muito legais;

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? R- É boa eu venho todos os dias e participo de todas as oficinas;

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE? R- 8

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? R- Ah, é, os cursos são muito bom, e que vai ajudar muito lá fora, no currículo, a desenvoltura e é isso;

2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? R- Eu acho a dança, os cursos, o teatro mesmo tendo saído mais eu gosto;

3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? Negativo é que eu não gosto como o esporte e a capoeira;

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? R- Sim, gosto muito do balé;

2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? R – A que eu mais gosto é o balé e a que menos gosto é da capoeira;

3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? R – A exploração de crianças e adolescentes;

4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. R – Teatro que não tem mais, e mais cursos, mais cursos;

5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? R – Porque falta de interesse e por que uns não gostam;

6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? R – Sim, eu conheço mais é por causa da idade que já completou, e ela teve que sair;

7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? R- Eu acho ruim porque antigamente era bom e hoje é ruim, tá caindo e não é bom mais;

8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2016 NÃO LHE FARIA FALTA? R- Sim, faria muita falta, era uma perda de tempo em nossas vidas se acabar;

9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? R - 10

10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE. R – Falta mais oficinas e professores;

11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? R – Sim porque está tirando das ruas e de fazer alguma coisa errada;

12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? R – Sim, é muito importante é onde nós procuramos ajuda, prum trabalho, prum curso e para tirar algum documento;

13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? R – Sim, contribui muito;

-ENTREVISTADO H:

- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? R – Mais é a parti do esporte;

3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? R – Sim, você interagindo com outras pessoas aqui, assim você pode interagir com as pessoas de fora, na sociedade;

4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). R – Aqui no Cras não;

5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO? Se sim, quais? R – Já, já, já me apresentei no Doriam Sampaio e no começo do ano nos jogos da paz em Maracanaú;

7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? R – Eu ficava e casa, na maior parte estudando,

8. Como era antes do SCFV? Sim, eu mudei muito minha interação com as pessoas pois eu era muito tímido, isolado, e digamos assim, eu to mais solto, eu converso mais com as pessoas;

9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)?

R – Quando eu estou nestes momentos assim eu procuro mais minha mãe, um amigo meu ou minha namorada que me aconselha muito.

10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? R – É boa, é muito boa, tem alguns que eu não tenho tanta intimidade mais tem outros que sim que eu conheço a mais tempo;

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? R – Eu avaliou assim, uma boa participação e conviver com outras pessoas;

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE? Eu daria um 8;

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? R – Sim, está contribuindo também porque em várias reuniões que tem meu pai ou minha mãe que vem, não pode vim o vizinho pois tem que ser o responsável, então meu pai e minha mãe é que vem.

2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? R- O que eu acho positivo são as amizades que a gente cria e vai desenvolvendo;

3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? R – De negativo é que acontece algumas discussões de adolescentes aqui e isso não contribui muito, isso é ruim,

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCVF? R – Sim, eu gosto, é boa as oficinas;
2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? R – A que eu mais gosto são duas, é o esporte e a informática e há o que eu menos goste, não é a eu odeio mais, eu não gosto mais eu vou pelas amizades é o ballet, é porque eu tenho muitas amizades nesta oficina;
3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? R- Exploração infantil
4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. R – No momento eu não tou lembrado de algumas, mais com certeza deveria ter algumas à mais;
5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? R – Por que várias vezes o adolescente e acaba ele não se dando bem no ambiente e com as pessoas e não se dá bem e acaba ele saindo, ele não gosta e não vem mais, não pode mais praticar,
6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? R – Sim, conheço várias pessoas que tiveram que sair pra outro canto e se mudar pra outro canto e não puderam vim mais;
7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? R – O lanche daqui é muito bom apesar de em alguns dias é um pouco ruim mais em muitos outros dias ele é bom.
8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2015 NÃO LHE FARIA FALTA? R – Sim, faria muita falta pois não iria ter está integração e interagir com outras pessoas, faria um pouco de falta sim;
9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? R – A todos os profissionais aqui do CRAS e de todas as atividades eu daria 9,5;
10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE. R – As sugestões é um pouco de estrutura na quadra, também alguns brinquedos para as crianças e uma melhora dentro das salas que seria bom também;
11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? R – Sim, recomendaria e já recomendei como alguns amigos

que já vinheram, vários amigos meus, porque é muito bom você interagir com as outras pessoas e quando participa ele conhece as outras pessoas e interagi, participa, é muito bom.

12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? R – O Cras é importante sim, é muito importante sim como eu já falei, faz a interação entre os adolescentes e crianças e os profissionais aqui do Cras;

13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? R – Ele pode influenciar um pouco, nem é toda criança ou todo adolescente que vem aqui para o Cras, mais pode sim ajudar com uma boa parte.

ENTREVISTADO I:

- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? R – Eu participo da dança, do teatro e do coletivo;

3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? R – Não entendi, sim, um pouquinho desenvolver a convivência social;

4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). R – Sim tirei segunda via de registro de nascimento;

5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO? Se sim, quais? R – Sim, futebol, dança;

7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? Nada, ficava só em casa mesmo;

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? R – Sim, mudou muito, eu era muito rebelde e agora estou mais ou menos, estou mudando;

9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)?

R – Minha mãe e as vezes até o pessoal daqui;

10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? R – Bem a gente conversa muito é muito boa a relação.

11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? R – Mais ou menos, é bom, só um pouquinho danada mais é bom;

12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE?

R – Com certeza 10;

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? R – Sim, com muitas coisas, eu não sei explicar mais com muitas coisas;

2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? R – Ah, o positivo é que é muito bom aqui;

3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? Os negativos é que tem muita sujeira;

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? Sim , eu gosto da dança;

2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? R – Eu gosto mais da dança e menos do coletivo na quarta;

3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? R – Os jogos da paz

4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. R – Hipo Hop e exercícios físicos;

5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? R – Porque eles logos vem e sai atrás de emprego, tem que ir trabalhar por isso que ele sai;

6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? Sim, eu conheço, sei que arrumou emprego e teve que sair para trabalhar;

7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? R –Eles reclamam muito porque é muito repetitivo, vem as mesmas coisas, vem bolacha e pão, ai eles reclamam muito e vem o mesmo suco;
8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2017 NÃO LHE FARIA FALTA? R – Faria muita falta, muita mesmo,
9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? R – 10, eles trabalham bem, tratam a gente bem, então é 10;
10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA no SCFV ADOLESCENTE. R – Aqui no Cras é só limpeza mesmo, só está, as salas, o chão, as paredes.
11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? Sim, com certeza eu recomendaria;
12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? R – Sim, é importante, quando as pessoas precisam de alguma coisa, precisando de uma recomendação elas vem aqui no Cras;
- 13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? R – Sim,

ENTREVISTADO J:

- ATIVIDADES DAS QUAIS O JOVEM PARTICIPOU DURANTE A PERMANÊNCIA NO SCFV ADOLESCENTE

1. DE QUAIS ATIVIDADES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU NO SCFV ADOLESCENTE? R – Futebol, o que está tendo agora o coletivo, é pintar, essas coisas;
3. NO SCFV ADOLESCENTE DO CRAS É POSSÍVEL DESENVOLVER A CONVIVÊNCIA SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ? Se sim, como? R – Sim, muito;
4. VOCÊ TIROU ALGUMA DOCUMENTAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? Se sim, cite qual(is). R – Aqui não;
5. VOCÊ PARTICIPA ATRAVÉS DO SCFV ADOLESCENTE DE ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICIPIO? Se sim, quais? R – Sim dos jogos da paz;
7. O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE PARTICIPAR DO SCFV ADOLESCENTE? R- Ficava em casa assistindo televisão sem nada para fazer;

8. COMO VOCÊ ERA ANTES DO SCFV ADOLESCENTE? ALGO MUDOU? R – Muito, antes eu ficava em casa e não tinha coragem de ajudar minha mãe e agora eu tenho;
9. NA QUESTÃO DE VÍNCULOS, QUEM VOCÊ PROCURA PARA DIALOGAR SOBRE DIFICULDADES (PAI, MÃE, ORIENTADOR SOCIAL, IRMÃO, PROFESSOR OU AMIGOS)? R – Meu pai, minha mãe, irmãos;
10. COMO É SUA RELAÇÃO COM O ORIENTADOR SOCIAL E OS OUTROS PROFISSIONAIS DO CRAS? Boa;
11. COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? R – Boa, muito boa;
12. DE 0 A 10 QUAL A NOTA QUE VOCÊ DÁ AO SCFV ADOLESCENTE HOJE?

R - 10

- CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VIDA DO JOVEM ENTREVISTADO

1. O SCFV ADOLESCENTE ESTÁ CONTRIBUINDO COM SUA INTERAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA? SE SIM, COMO? Está, eu sei que está;
2. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA POSITIVO NO SCFV? R – Positivo é que tem várias coisas boas, o tempo que eu passo aqui eu poderia está em outros lugares e não tem nada negativo eu gosto de tudo;
3. QUAIS OS ASPECTOS QUE VOCÊ CONSIDERA NEGATIVO? Não tem nada negativo eu gosto de tudo;

AVALIAÇÃO DO JOVEM SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

1. VOCÊ GOSTA DE PARTICIPAR DAS OFICINAS DO SCFV? Muito;
2. QUAL OFICINA DENTRO DO SCFV ADOLESCENTE VOCÊ MAIS GOSTA, A QUE MENOS GOSTA E POR QUÊ? Futebol, a que eu mais gosto é futebol. A que eu menos gosto é pintar, desenhar;
3. QUAL TEMÁTICA TRABALHADA NAS OFICINAS DO SCFV ADOLESCENTE MAIS LHE CHAMOU A ATENÇÃO? Foi o trabalho infantil;
4. SUGIRA 2 OFICINAS QUE VOCÊ QUERIA VER NO SCFV ADOLESCENTE. R – Uma quadra para esportes e informática;
5. POR QUE OCORRE EVASÃO DE ADOLESCENTES NO SCFV ADOLESCENTE? R – Porque chega em uma certa idade em que ele tem que trabalhar;

6. VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE PARTICIPOU DO SCFV ADOLESCENTE E SAIU? SABE O MOTIVO? R – Conheço muitos, mais não sei um motivo;
7. O QUE VOCÊ ACHA DO LANCHE DO SCFV ADOLESCENTE? R – Mais ou menos mais pode melhorar;
8. O SCFV ADOLESCENTE É IMPORTANTE OU SE ELE ENCERRAR EM 2017 NÃO LHE FARIA FALTA? Faria falta, faria muita falta pois se ele se acabar eu ia ficar em casa sem fazer nada de novo;
9. AVALIE A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DO SCFV ADOLESCENTE – QUAL NOTA DARIA DE 0 A 10? R - 10
10. DÊ TRÊS SUGESTÕES DE MELHORIA NO SCFV ADOLESCENTE. R – Eu queria que melhorasse algumas coisas, a sala, os ventiladores, só;
11. VOCÊ RECOMENDARIA A UM AMIGO SEU, A PARTICIPAÇÃO NO SCFV ADOLESCENTE? POR QUÊ? R-Sim, eu recomendo muito a meus amigos pois é bem legal;
12. PARA VOCÊ, O QUE É O CRAS? ELE É IMPORTANTE? POR QUÊ? R – Eu não sei definir o que é o Cras mais sei que ele é muito importante;
- 13 O SCFV ADOLESCENTE PODE CONTRIBUIR PARA A INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM QUE DELE PARTICIPA? SE SIM, COMO? R – Pode muito.

ANEXO B – Planejamento das Atividades de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 2016



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – SASC

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – PSB

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV

Planejamento das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 2016

Sugestões de Conteúdo	Etapa	Janeiro			
		Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Colônia de Férias;	Criança				
⑩ Mobilização de novos usuários e reorganização dos grupos;	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: Início das atividades do SCFV: 11 de Janeiro de 2016.					

Fevereiro					
Tema Transversal: Direitos Humanos					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Início das atividades regulares (01.02) ⑩ Quem Somos nós? ⑩ Construção das regras de convivência com os grupos; ⑩ Igualdade, direito à diferença e diversidade; ⑩ Direitos civis e políticos; ⑩ Carnaval – prevenção DST AIDS, uso de drogas, violência nas festas de ruas;	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: Ciclo 01 – Nos Conhecendo – Conhecendo o outro, criando vínculose conhecendo o caminho. - Reuniões Técnicos SCFV Criança / Adolescente: 17.02.16 (quarta) 9h CCI; - Reunião Técnicos SCFVI: 24.02.16 (quarta) 9h CCI					

Março					
Tema Transversal: Direitos Humanos					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Dia do Município de Maracanaú (06) ⑩ Dia Internacional da Mulher (08); ⑩ Dia Internacional pela eliminação da discriminação racial (21) ⑩ Páscoa (24) ⑩ Libertação dos Escravos no Ceará (25) ⑩ Dia do Circo e do Teatro (27); ⑩ Direito de Assistência Social; ⑩ Direitos sociais e o papel da sociedade civil organizada; ⑩ Direitos da população específica;	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
<p>Observações: Propor discussão sobre a construção de uma identidade; Reflexão sobre o reconhecimento do usuário como sujeito autônomo; Possibilitar o conhecimento dos direitos que regem a pessoa humana e a sociedade; Despertar o interesse de uma boa vivência social e comunitária.</p> <p style="text-align: center;">Apresentação da Mostra de Dança de 2015 – Clássicos do cinema.</p> <p>ENCONTRÃO SCFV: 18.03.16 (sexta-feira) 8h CRAS PAJUÇARA</p>					

Abril					
Tema Transversal: Território: Um mundo de possibilidades? Conhecendo o mundo, o país, o Estado e o território					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Dia Mundial da Saúde (07) ⑩ Dia Mundial de combate ao câncer (08) ⑩ Dengue em meu território; ⑩ Valorização da etnia indígena Pitaguary (19); ⑩ Tiradentes (21); ⑩ Conteúdo da Paz da Fundação Demócrito Dummar; ⑩ Conhecendo o mundo, Brasil, Ceará, Maracanaú e meu bairro; - Jogos da Juventude por uma Cultura de Paz (26-crianças / 27-28 adolescentes)	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: - Analisar o contexto em que o usuário está inserido (mundo, Brasil, Ceará e Maracanaú); Diagnosticar o território em que vivem identificando as potencialidades e as vulnerabilidades; Despertar o sentimento de pertença no território em que vivem; Colaborar com a prevenção de algumas violações de direitos que estão presentes no território; Construir uma cultura de paz entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. - Será necessário uma atividade relacionada pela paz nos territórios incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos do SCFV. - Reuniões Técnicos SCFV Criança / Adolescente: 13.04.16 (quarta) 9h CRAS JEREISSATI; - Reunião Técnicos SCFVI: 20.04.16 (quarta) 9h CCI;					

Maio					
Tema Transversal: Trabalho e Território: Um mundo de possibilidades? Conhecendo o mundo, o país, o Estado e o território					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Dia do Trabalho (01); ⑩ Dia do/a Assistente Social (15); ⑩ Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infante Juvenil (18); ⑩ Dia das Mães (08); ⑩ Profissões da atualidade; ⑩ Trabalho Infantil; ⑩ Exploração Sexual; ⑩ Drogas; ⑩ Dengue no meu bairro, como combater?	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: ENCONTRÃO SCFV: 20.05.16 (sexta-feira) 8h no CRAS ACARACUZINHO					

Junho					
Tema Transversal: Meio Ambiente e Território: Um mundo de possibilidades? Conhecendo o mundo, o país, o Estado e o território					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Dia Mundial do meio Ambiente (06) – Junho Ambiental; ⑩ Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12) ⑩ Dia Mundial contra a violência em relação a pessoa Idosa (15) ⑩ Dia Internacional de luta contra as drogas (26); ⑩ Dengue no Meio Ambiente o que fazer para eliminar os focos em meu bairro e na minha casa? ⑩	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: - Reuniões Técnicos SCFV Criança / Adolescente: 15.06.16 (quarta) 9h CRAS TIMBÓ; - Reunião Técnicos SCFVI: 22.06.16 (quarta) 9h CCI;					

Julho					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
Ⓢ Colônia de Férias;	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: Torneio de Futsal do SCFV: Crianças (05) / Adolescentes (06 e 07) na quadra do CRAS MUCUNÃ. ENCONTRÃO SCFV: 22.07.16 (sexta-feira) 8h no CRAS MUCUNÃ					

Agosto					
Tema Transversal: Ciclo 3 – Podemos fazer? Pensando no território					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ 10 anos de criação da Lei Maria da Penha (7) ⑩ Dia dos Pais (14); ⑩ Dia do Estudante (11); ⑩ Cultura no meu bairro; ⑩ Zika; ⑩ Eleição Prefeito e Vereador por que é importante para mim?	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
<p>⑩ Observações: Evidenciar uma vulnerabilidade presente no território; Reconhecer o contexto histórico-social da vulnerabilidade evidenciada; Conhecer os conceitos que subsidiam a discussão da temática; Elaborar um projeto de intervenção objetivando a transformação da vulnerabilidade identificada.</p> <p>⑩ Gincana Arte Jovem Org: CCS Timbó (31); - Reuniões Técnicos SCFV Criança / Adolescente: 17.08.16 (quarta) 9h CCS TIMBÓ; - Reunião Técnicos SCFVI: 24.08.16 (quarta) 9h CCI;</p>					

Setembro					
Tema Transversal: Ciclo 3 – Podemos fazer? Pensando no território					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Dia Internacional de luta pela igualdade da mulher (06) ⑩ Independência do Brasil (07); ⑩ Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (21); ⑩ O que faz um Prefeito? O que faz um Vereador? ⑩ Trabalhar a vulnerabilidade com os grupos.	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: - Torneio de Carimba: Crianças (14); Adolescentes (15) no CRAS PAJUÇARA; ENCONTRÃO SCFV: 23.09.16 (sexta-feira) 8h no CCS TIMBÓ;					

Outubro					
Tema Transversal: Quem conhece, faz!					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
<ul style="list-style-type: none"> ⑩ Dia Nacional da Pessoa Idosa (01) evento no CCI; ⑩ Estatuto do Idoso (01) 13 anos da garantia de direitos aos idosos; ⑩ Eleições Municipais (02); ⑩ Dia Internacional da Saúde Mental (10); ⑩ Dia das Crianças (12); ⑩ Dia do Professor (15); ⑩ Saúde da criança, adolescente, jovem e idosos; ⑩ Dengue; ⑩ DST's; ⑩ Álcool e outras drogas como dizer não? ⑩ Alimentação Saudável; 	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
<p>Observações: De acordo com os projetos de intervenção sugeridos nos grupos pode ser realizada nas seguintes áreas: Saúde, Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Lazer, Direitos Humanos e Socioassistenciais e Trabalho.</p> <p>Reuniões Técnicos SCFV Criança / Adolescente: 13.10.16 (quinta) 9h PSB - SASC; Reunião Técnicos SCFVI: 20.10.16 (quinta) 9h CCI;</p>					

Novembro					
Tema Transversal: Saúde					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Dia da Consciência Negra (20); ⑩ Dia de combate a violência contra a mulher (25);	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: - Promover o projeto de intervenção na comunidade; Realizar a intervenção na comunidade até 30 de novembro; Avaliar a intervenção realizada; - Mostra Intergeracional de Dança (10) no Teatro Dorian Sampaio às 14h; - ENCONTRÃO SCFV: 18.11.16 (sexta-feira) 8h no CRAS PARQUE SÃO JOÃO (CEU); - Espetáculo CRAS ACARACUZINHO (30) no Teatro Dorian Sampaio às 14h;					

Dezembro					
Sugestões de Conteúdo	Etapa	Sócio Educativo	Esporte e Lazer	Arte e cultura	Inclusão digital
⑩ Dia Mundial de Luta contra a AIDS (01); ⑩ Confraternizações de Final de ano (09); ⑩ Encerramento das atividades do SCVF (16);	Criança				
	Adolescente				
	Idoso				
	18 a 59 anos				
Observações: - Reuniões Técnicos SCFV Criança / Adolescente (Avaliação SCFV 2016): 07.12.(quarta) 9h CCS TIMBÓ - Reunião Técnicos SCFVI: 14.12.16 (Avaliação SCFVI) (quarta) 9h CCI; - Encontrão SCFV Confraternização natal: 09.12.16 (sexta-feira) no CRAS PAJUÇARA; - Encerramento das atividades SCFV 2016: 16.12.16 (sexta-feira);					

Equipe Proteção Social Básica
 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV